



**Universidade do Minho**  
Instituto de Educação

Inês Gomes Azevedo Duarte

**Prevenção do Risco e Proteção de Crianças em Contextos Sociais de Prostituição: articulação de abordagens psicológicas e sociológicas no âmbito de um estudo de caso**





**Universidade do Minho**  
Instituto de Educação

Inês Gomes Azevedo Duarte

**Prevenção do Risco e Proteção de Crianças em Contextos Sociais de Prostituição: articulação de abordagens psicológicas e sociológicas no âmbito de um estudo de caso**

Dissertação de Mestrado  
Mestrado em Estudos da Criança  
Área de especialização em Intervenção Psicossocial com Crianças e Famílias

Trabalho efetuado sob a orientação do  
**Professor Doutor Carlos Alberto Gomes**

## **DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS**

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada.

Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.

### **Licença concedida aos utilizadores deste trabalho**



**Atribuição-NãoComercial-Compartilhalgal**  
**CC BY-NC-SA**

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>

## **Agradecimentos**

Antes de qualquer outro, ao meu orientador científico, Professor Doutor Carlos Alberto Gomes, pelo saber que transmitiu, pelas opiniões e críticas, pela orientação e tempo disponibilizado ao longo do desenvolvimento de todo o trabalho, bem como as suas palavras de incentivo.

Um sincero agradecimento aos meus pais, que nunca me deixam só nem que nada me falte. Fontes inigualáveis de inspiração e de valores. Os meus exemplos de humanidade, pais em todos os sentidos, da educação ao amor, cultivaram em mim o sentido de esforço e sonho. Obrigada por tudo, pelo esforço monetário, pelo incentivo para continuar mesmo com todas as dificuldades encontradas.

Ao meu irmão, cuja distância nos afasta, obrigada pelo colo e pela paciência. A ele, que é um exemplo de coragem e determinação, obrigada por seres o meu porto de abrigo.

Aos meus amigos, que me acompanham há 12 anos, sorte a minha de ter encontrado amigos que são irmãos. Agradeço por me terem ensinado o valor da amizade e a importância da demonstração de afeto.

Por fim, a todos os entrevistados, pela sua colaboração, disponibilidade e participação, pois sem eles não seria possível a realização deste trabalho.

A todos, expresso a minha gratidão e o meu apreço.

Obrigada!

## **DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE**

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

# **Prevenção do Risco e Proteção de Crianças em Contextos Sociais de Prostituição: Articulação de abordagens psicológicas e sociológicas no âmbito de um estudo de caso**

## **Resumo**

---

O tema abordado na presente dissertação versa sobre o fenómeno prostitucional, mais especificamente sobre a prevenção do risco e proteção de crianças em contextos sociais de prostituição. O objetivo central deste trabalho é analisar este fenómeno e identificar, em base empírica, a necessidade de criação de políticas públicas de prevenção e proteção dos direitos das crianças em contextos sociais de risco.

No que diz respeito ao quadro teórico e conceptual, estabeleci como prioridades o debate teórico sobre a proteção dos direitos das crianças, a compreensão do contexto social de prostituição, a prostituição vista como trabalho sexual, e as respetivas implicações para os direitos das crianças.

Esta investigação caracteriza-se por uma abordagem qualitativa, inspirada nos pressupostos e objetivos do estudo de caso, recorrendo às fontes documentais e às entrevistas, como técnicas de recolha de dados.

Os resultados obtidos no âmbito da realização da dissertação em questão possibilitaram a construção de uma perspetiva ou visão mais sobre a prostituição e sobre a prostituição vista como trabalho sexual, sobre os contextos sociais em que a prostituição se insere e sobre os riscos e os perigos que as crianças e as próprias mulheres enfrentam neste contexto social, resultante das experiências vividas e relatos dos profissionais que têm contacto direto com os atores sociais.

---

**Palavras-chave:** direitos das crianças, perigo, prostituição, risco e trabalho sexual.

# **Risk Prevention and Protection of Children in Social Contexts of Prostitution: Articulating psychological and sociological approaches within a case study**

## **Abstract**

---

The theme addressed in this dissertation is about the prostitution phenomenon, more specifically about the risk prevention and protection of children in social contexts of prostitution. The main objective of this work is to analyze this phenomenon and identify, on an empirical basis, the need to create public policies for the prevention and protection of children's rights in risky social contexts.

With regard to the theoretical and conceptual framework, I established as a priority the theoretical debate on the protection of children's rights, understanding the social context of prostitution and prostitution seen as sex work and the respective implications for children's rights.

This investigation is characterized by a qualitative approach, inspired by the assumptions and objectives of the case study, using documentary sources and interviews as data collection techniques.

The results obtained within the scope of the dissertation in question allowed the construction of a perspective or vision more about prostitution and about prostitution seen as sex work, about the social contexts in which prostitution is inserted and about the risks and dangers that children and women themselves face in this social context, resulting from the lived experiences and reports of professionals who have direct contact with social actors.

---

**Keywords:** children's rights, danger, prostitution, risk and sex work.



## Índice

Agradecimentos.....	iii
Resumo.....	v
Abstract.....	vi
Lista de Abreviaturas e Siglas .....	ix
Índice de figuras.....	x
Introdução.....	1
1. A proteção dos direitos da criança: dispositivos éticos, normativos e institucionais de alcance global, europeu e nacional.....	4
1.1. Escala global/universal.....	4
1.2. Escala europeia (união europeia) .....	6
1.3. Escala nacional (Portugal).....	7
2. Prostituição convencional/histórica e prostituição vista como trabalho sexual: implicações para os direitos das crianças.....	9
2.1. A prostituição .....	9
2.1.1. Reação social .....	11
2.2. Prostituição vista como trabalho Sexual.....	12
2.2.3 Enquadramento político da problemática da prostituição e do trabalho sexual.....	14
2.2.3.1 Modelo legal em vigor da prostituição em Portugal .....	16
2.2.3.2 Dados sobre a prostituição em Portugal .....	18
2.3. Riscos e perigos potenciais e reais associados à prostituição e trabalho sexual feminino (serviços sexuais mercantis) com repercussões nas crianças e jovens (filhos/filhas) .....	18
2.3.1 As crianças (riscos e perigos).....	18
2.3.2 Comércio sexual e as suas implicações.....	23
2.3.3 O mundo familiar do comércio sexual .....	25
3. Pesquisa empírica: opções metodológicas, procedimentos éticos e análise de resultados .....	28
3.1. Descrição detalhada (pormenorizada) da experiência de pesquisa, justificação das opções metodológicas, descrição e justificação dos procedimentos éticos. ....	28
3.2. Apresentação e análise de dados (entrevistas) .....	33
Conclusão .....	51
Referências Bibliográficas .....	54
Referências Documentais .....	57
Anexos .....	59
Anexo I – Carta-Convite: Concessão de entrevista (Exemplo).....	60

Anexo II – Nota de divulgação .....	61
Anexo III –Tertúlia - Trabalho Sexual, Migrações, Combate ao Tráfico: experiências e relfexões críticas .....	63
Anexo IV – Guião de entrevista A (Entrevista 1).....	64
Anexo V – Guião de entrevista B (Entrevista 2) .....	66
Anexo VI – Entrevistas transcritas.....	68
Entrevista 1: .....	68
Entrevista 2: .....	88

## **Lista de Abreviaturas e Siglas**

APS – Associação Portuguesa de Sociologia

CC – Código Civil

CP – Código Penal

CDC – Convenção sobre os Direitos da Criança

CDH – Convenção dos Direitos Humanos

CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

CRP – Constituição da República Portuguesa

DUDH – Declaração Universal dos Direitos Humanos

LPCJP – Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo

ONG – Organização não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

VIH/SIDA – Vírus da Imunodeficiência Humana/ Síndrome da Imunodeficiência Adquirida

## **Índice de figuras**

Figura 1 - Os eixos da política e da ação social na economia do sexo (Silva & Ribeiro, 2010, p.280) ...	16
Figura 2 - Modelo ecológico (Xarepe, et al. 2017) .....	19

## **Introdução**

A presente dissertação foi desenvolvida no âmbito do mestrado em Estudos da Criança, na área de especialização em Intervenção Psicossocial com Crianças e Famílias, no Instituto de Educação da Universidade do Minho

O propósito deste estudo é realizar uma pesquisa teórica e empírica sobre a problemática “Prevenção do Risco e Proteção de Crianças em Contextos Sociais de Prostituição: Articulação de abordagens psicológicas e sociológicas no âmbito de um estudo de caso”.

O tema foi escolhido com base no meu interesse pessoal, e também por se tratar de um problema relevante dos pontos de vista educacional, social, político e humano. A escolha deveu-se também ao facto de existirem diversos estudos que se focam na prostituição, abordando temas como a vivência destes atores sociais, os sistemas jurídico-políticos, migrações, tráfico de seres humanos, doenças sexualmente transmissíveis, entre outros, sendo escassos os que destacam este contexto social e as respetivas implicações para os filhos(as), não obstante o seu interesse cívico. Para além destas razões pesou também a minha expectativa de vir a trabalhar em instituições de apoio à criança.

Nesta dissertação pretendo contribuir para a expansão do conhecimento científico sobre o tema em estudo. Posteriormente, com os resultados obtidos na pesquisa empírica procuro contribuir para o desenvolvimento da pesquisa sobre tema/problema em análise, e para a criação e promoção de políticas públicas de prevenção do risco e proteção dos direitos das crianças em contextos sociais de risco, como é o caso da prostituição.

A fundamentação teórica do estudo empírico desenvolvido na presente dissertação baseou-se em vários autores e conceitos relevantes. Os principais objetivos do estudo são, nomeadamente, analisar a proteção dos direitos das crianças, compreender o conceito de prostituição, e da prostituição vista como trabalho sexual, na população do sexo feminino, e perceber as repercussões que esta atividade tem nos filhos/filhas das mulheres envolvidas em contextos e práticas de prostituição convencional, ou não, e refletir sobre a problemática da proteção social e política das crianças que vivem neste contexto.

A abordagem teórica e analítica apoiou-se em contribuições teóricas e conceituais de um conjunto de ciências sociais e humanas, com relevância para o estudo, sendo estas, a sociologia, o direito e a psicologia.

De acordo com os objetivos pretendidos na investigação, a metodologia qualitativa é a abordagem mais adequada. A pesquisa qualitativa é definida como um tipo de investigação direcionada para aspetos qualitativos de uma determinada questão, isto é, considera a parte subjetiva de um problema ou situação. No quadro desta opção metodológica fez sentido recorrer a várias técnicas de recolha e registo de dados. No estudo em perspetiva utilizei o recurso a técnicas como a pesquisa documental, a pesquisa bibliográfica e a entrevista. As entrevistas requerem a construção de um guião concebido com base em dimensões de análise inspiradas na análise teórica.

Ao longo do processo de investigação os desenhos da pesquisa empírica ocorreram diversas alterações. Inicialmente o objetivo era estabelecer contacto direto com mulheres prostitutas com o intuito de obter histórias de vida. No entanto, a crise pandémica em consequência do COVID-19, impôs a necessidade de adaptar e reconfigurar a pesquisa de modo a cumprir as medidas impostas pelo governo português, e por uma questão de saúde pública. Posto isto, contactei no total seis associações que dispusessem de projetos de intervenção de contacto direto com a prostituição, com o objetivo de serem a ponte entre o entrevistador e as entrevistadas, optando por entrevistas via online, com recurso a uma plataforma digital de videoconferência. Sendo este método também recusado, optei por entrevistar 1) uma responsável de uma instituição de apoio a mulheres inseridas em meio prostitucional e 2) e duas responsáveis de uma organização política de defesa dos direitos das mulheres, pois reconheci que estas possuíam conhecimentos e práticas adequadas para intervir nos problemas identificados, concluindo, assim, que foi o método mais fiável, devido a todos limites e condicionalismos encontrados ao longo da investigação.

Neste sentido, foi importante garantir que cumpriria todas as normas éticas das ciências sociais, das ciências da educação, assim como o Código de Ética da Universidade do Minho, sendo totalmente garantida a confidencialidade e o anonimato dos participantes no estudo, bem como a utilização exclusiva para fins académicos dos dados recolhidos.

A dissertação está dividida em três capítulos, com o objetivo de tornar mais claro e organizado o presente trabalho. Na primeira parte versamos sobre o enquadramento teórico que

serviu de base e fundamentação ao projeto que levámos a cabo, com esta investigação. Em seguida, na metodologia, abordo o processo de realização do estudo, e apresento a metodologia utilizada, isto é, os métodos e técnicas usadas no percurso da investigação realizada. Seguidamente, passo para a apresentação de resultados recolhidos, e, posteriormente, à sua respetiva análise, o que me permitiu passar à etapa seguinte que consistiu na problematização.

## **1. A proteção dos direitos da criança: dispositivos éticos, normativos e institucionais de alcance global, europeu e nacional**

Este primeiro capítulo tem como foco a análise documental de vários documentos que fazem referência aos direitos humanos e das crianças nas perspectivas ou escalas global/universal, europeia e nacional.

Neste capítulo será analisado cada documento com base nas dimensões anteriormente referidas. Destacarei os artigos e alíneas mais importantes para a investigação, dando assim maior ênfase aos direitos das crianças. Terei, como principal objetivo, mostrar que aos olhos da lei somos todos iguais nos direitos, e que, por isso, não deve haver crianças excluídas.

Por fim, é por isso imprescindível falar dos direitos humanos e das crianças no capítulo inicial, com o objetivo de refletir e problematizar a temática em estudo, apoiando assim a elaboração do estudo empírico. Não sendo possível tomar posição ou problematizar sem ter em atenção o que já foi institucionalizado.

### **1.1. Escala global/universal**

“Considerando que o desconhecimento e o desprezo dos direitos do homem conduziram a actos de barbárie que revoltam a consciência da Humanidade e que o advento de um mundo em que os seres humanos sejam livres de falar e de crer, libertos do terror e da miséria, foi proclamado como a mais alta inspiração do homem”

(Declaração universal dos Direitos Humanos)

Os direitos humanos foram o grande passo e o mais próximo da dignificação do homem enquanto ser humano. A **Declaração Universal dos Direitos Humanos** (DUDH), estabelecida em 1948, tem como objetivo evitar guerras, promover a paz e revigorar os direitos humanos. Sendo este, um documento que protege os direitos de todos os indivíduos desde adultos a crianças inseridos em qualquer classe social. É a primeira declaração que “enuncia direitos de carácter civil e político, mas também de natureza económica, social e cultural de que todos os seres humanos (incluindo as crianças) devem beneficiar” (Albuquerque, 2000, p. 28)

Fazendo referência aos artigos 25º e 26º como fundamentais para o tema em estudo, pois na alínea 1 assegura “a saúde e o bem-estar”, na alínea 2 do mesmo artigo refere que “a maternidade e a infância têm direito a ajuda e a assistência especiais.” Menciona que “todas as crianças, nascidas



dentro ou fora do matrimónio, gozam da mesma protecção social”. O artigo 26º faz referência ao direito à educação por parte de todos os indivíduos, e no seguimento deste artigo anuncia que “Aos pais pertence a prioridade do direito de escolher o género de educação a dar aos filhos.”

A **Declaração de Genebra**, implementada em 1924, foi o primeiro documento oficial que remete para os direitos das crianças, sendo esta reconhecida na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

“A Declaração reconhece que a criança deve ser protegida independentemente de qualquer consideração de raça, nacionalidade ou crença, deve ser auxiliada, respeitando-se a integridade da família e deve ser colocada em condições de se desenvolver de maneira normal, quer material, quer moral, quer espiritualmente. Nos termos da Declaração, a criança deve ser alimentada, tratada, auxiliada e reeducada; o órfão e o abandonado devem ser recolhidos. Em tempos de infortúnio, a criança deve ser a primeira a receber socorros. A criança deve ser colocada em condições de, no momento oportuno, ganhar a sua vida, deve ser protegida contra qualquer exploração e deve ser educada no sentimento de que as suas melhores qualidades devem ser postas ao serviço do próximo.” (Albuquerque, 2000, p. 27)

Em 1946 foi criada nas Nações Unidas a UNICEF. Esta organização “tem como missão defender e promover os direitos da criança e criar condições duradouras para o seu desenvolvimento.” (UNICEF, n.d.)

Em 1959 foi promulgada a segunda **Declaração Universal dos Direitos da Criança**, atribuindo, assim, à criança o direito à educação, direito a brincar, direito à saúde, definindo assim a criança como sujeito. “De acordo com esta Declaração, a criança deve gozar de protecção especial e beneficiar de oportunidades e facilidades para desenvolver-se de maneira sadia e normal e em condições de liberdade e dignidade.” (Albuquerque, 2000, p. 28)

A DUDC é composta por dez princípios que os Estados, forças de segurança e os pais se devem reger para garantir os direitos das crianças, não tendo esta Declaração obrigatoriedade jurídica. Todas as crianças usufruem dos direitos estabelecidos na Declaração, sem qualquer tipo de discriminação, destacando-se neste documento o direito à segurança social, à saúde e à educação. Salvaguardando o desenvolvimento mental, moral e físico de todas as crianças e tendo sempre como objetivo alcançar o superior interesse da criança.

Deste modo, compreendemos que a infância nem sempre teve o mesmo significado, e só a partir de 1924 é que se começou a falar das crianças como atores sociais e a importância de criar agendas políticas para debater as problemáticas existentes.

Posto isto, cuidar das crianças é, cada vez mais, uma necessidade do presente e um investimento no futuro. É urgente inserir, tanto nos discursos académicos como nos discursos políticos, a problemática da infância vista à luz dos direitos humanos. A humanidade deve dar o melhor de si à criança.

## **1.2. Escala europeia (união europeia)**

Por sua vez, em 1953 entrou em vigor a **Convenção dos Direitos Humanos** fazendo referência à Declaração Universal dos Direitos Humanos. Com o objetivo de respeitar os princípios da declaração pondo em prática normas judiciais para um controlo da implementação dos direitos humanos, ou seja, assegurar e garantir a execução desses direitos.

A CDH está dividida em quatro partes. A primeira, referente aos direitos e liberdades; a segunda, ao Tribunal Europeu dos Direitos do Homem; a terceira, a disposições diversas, e, por fim, aos protocolos adicionais. Nesta análise, é de ressaltar o primeiro título referente aos direitos e liberdades do homem. Em termos de salvaguardar os direitos do homem, a Convenção é indispensável, destacando-se o direito à vida (art. 2º); o direito à liberdade e à segurança (art. 5º), mencionando a alínea d) se se tratar da detenção legal de um menor, feita com o propósito de o educar sob vigilância, ou da sua detenção legal com o fim de o fazer comparecer perante a autoridade competente; direito ao respeito pela vida privada e familiar (art. 8º) citando a alínea 1) qualquer pessoa tem direito ao respeito da sua vida privada e familiar, do seu domicílio e da sua correspondência; liberdade de expressão (art. 10º); proibição de discriminação (art. 14º). Com a finalidade de defender os direitos do homem e as suas liberdades fundamentais.

Em 1989, as Nações Unidas implementaram a **Convenção dos Direitos da Criança** (CDC), com o objetivo de promover o desenvolvimento das crianças e jovens, afirmando a sua importância e dignidade enquanto membros da sociedade. A infância e a juventude devem ser vistas como processos demorados e com uma fragilidade elevada, sendo que é necessário ter conhecimento sobre os direitos dos mesmos. Este protocolo exige que todos os Estados-membros da Organização das Nações Unidas cumpram com as medidas jurídicas nele estabelecidas. Os direitos na CDC estão fundamentalmente divididos em quatro partes, sendo estas:

- I. **A Sobrevivência:** com o objetivo de fornecer os cuidados adequados, assegurando assim a sua sobrevivência, como a alimentação, cuidados de higiene e saúde. Garantindo o acesso a serviços básicos e à igualdade de oportunidades.
- II. **O Desenvolvimento** das crianças engloba diversos direitos desde a educação, habitação, o acesso à cultura e informação, um ambiente familiar digno de um crescimento saudável, sendo só privado este direito se as autoridades competentes acharem que o superior interesse das crianças não está garantido.
- III. **A Proteção** os Estados Parte devem garantir a assistência a todas as crianças em caso de risco/perigo, como casos de maus-tratos físicos, psicológicos ou negligência, discriminação, de exploração, entre outros.
- IV. **A Participação** tendo por base o direito de ser ouvida, à liberdade de expressão e opinião, tomando assim a posição de um sujeito ativo.

A CDC assenta em quatro princípios basilares: direito à não discriminação (art. 2º); o direito ao superior interesse da criança (art. 3º); direito ao livre desenvolvimento e sobrevivência (art. 6º); e por último o direito a ser ouvida e expressar a sua opinião de forma livre (art. 12º). A CDC foi ratificada a 21 de setembro de 1990, em Portugal.

### **1.3. Escala nacional (Portugal)**

Analisando o contexto português, no que remete para os direitos humanos, e, por sua vez, aos direitos das crianças, é necessário começar por falar da Constituição da República Portuguesa.

A Constituição da República Portuguesa, datada de 1976, foi uma reviravolta histórica para Portugal e para todos os cidadãos. A Constituição, tem como objetivo primordial defender os direitos dos cidadãos portugueses.

“A Assembleia Constituinte afirma a decisão do povo português de defender a independência nacional, de garantir os direitos fundamentais dos cidadãos, de estabelecer os princípios basilares da democracia, de assegurar o primado do Estado de Direito democrático (...)”

Neste documento, podemos encontrar todos os direitos e deveres consignados a um cidadão português, e como a própria democracia vigente no país deve funcionar. Analisando a Constituição, consigo destacar o capítulo II, que se refere aos direitos e deveres sociais, mostrando que todos os cidadãos têm a mesma honorabilidade social e são iguais perante a lei. Sublinhando assim, a família

(art. 67º) tendo o Estado que garantir proteção às famílias promovendo, por sua vez, apoios sociais; seguidamente a paternidade e maternidade (art. 68º) destacando a proteção que se deve dar à mulher em contexto de gravidez; por último o artigo que remete à infância (art. 69º) ressaltando a alínea 1) “As crianças têm direito à proteção da sociedade e do Estado” em todo e qualquer tipo de violência, abandono ou negligência sobre a crianças, já na alínea 2) “O Estado assegura especial proteção às crianças órfãs, abandonadas ou por qualquer forma privadas de um ambiente familiar normal”.

Em síntese, é notório que existe uma correlação entre os vários documentos analisados. Neste capítulo compreendi que independentemente da escala, seja ela global, europeia, ou nacional, todas têm como objetivo estabelecer e fazer cumprir, de forma igualitária, os direitos humanos e os direitos das crianças. Enaltecendo a Declaração Universal dos Direitos da Criança e a Convenção dos Direitos da Criança que têm como propósito serem documentos específicos para dar resposta às necessidades das crianças. Estes documentos estabelecem os direitos das crianças, que todos os Estados devem fazer cumprir, devendo garantir assistência, quando não se executa estes direitos, dando assim à criança o papel de sujeito ativo.

Este capítulo dará um contributo indispensável para a análise de dados, pois concluímos que devem ser garantidos direitos a todas as crianças, de forma justa e igualitária, sendo assim importante analisar se os direitos são garantidos às crianças em contextos sociais de prostituição, pois nenhuma criança deve ver os seus direitos não reconhecidos.

## **2. Prostituição convencional/histórica e prostituição vista como trabalho sexual: implicações para os direitos das crianças**

Neste capítulo serão abordados conceitos relevantes para a elaboração do estudo empírico, fazendo uma contextualização sobre a prostituição e a prostituição vista como trabalho sexual, analisando só o sexo feminino, e todas as suas implicações.

Este capítulo tem como objetivo analisar os dois conceitos anteriormente referidos, conseqüentemente, compreender quais os riscos associados a esta atividade, e, por sua vez, à sua rede familiar, incluindo os seus filhos(as).

### **2.1. A prostituição**

Desde sempre ouvimos que a prostituição é conhecida como a profissão mais antiga do mundo. No entanto, por um lado, há realmente quem considere esta a profissão mais antiga do mundo; todavia, por outro lado, muitos outros autores assumem que o proxenetismo<sup>1</sup> é a profissão mais antiga do mundo. Historicamente houve várias mudanças que marcaram esta atividade, seja pela reação social, seja pelos seus vários modelos legais, e também os respetivos conceitos atribuídos à atividade.

Contudo, nem sempre foi esta a definição destes conceitos. Foi necessário haver uma mudança pois é imprescindível que se adaptem aos desenvolvimentos históricos e às diferentes gerações e populações. As principais alterações foram marcadas pelo reconhecimento do homem e de pessoas transgéneros na atividade, e, posteriormente, olhar para esta atividade como trabalho sexual, reivindicando assim os seus direitos<sup>2</sup>. Quando definimos este contexto social, é necessário considerar a multiplicidade de elementos que o caracteriza.

Conseqüentemente, os estudos feitos em volta deste contexto social trouxeram consigo outros dados. Passando a ser importante também estudar o contexto em que o comércio sexual ocorre e os fatores que levam à sua prática. Neste sentido, os fatores que as levam para este contexto social não diferem muito ao longo da história da prostituição. Contudo, as causas associadas ao ingresso na prostituição são muito diversas e complexas, não sendo possível encontrar uma só causa que a justifique.

---

<sup>1</sup> Um proxeneta ou um chulo é uma pessoa que explora quem pratica o comércio sexual, sendo este o intermediário entre o cliente e quem se prostitui ganhando assim uma parte dos lucros. A relação entre o chulo e as prostitutas é fundada num sentimento de afeto ilusório, vivido só pela prostituta.

<sup>2</sup> Havendo um conjunto de datas importantes que marcam esses progressos. Dia 2 de junho 1975 – Dia Internacional da Prostituição; o dia 3 de março de 2001 –Dia Internacional dos Direitos dos trabalhadores do sexo (*international Union of sex workers*); dia 17 de dezembro 2003 -Dia Internacional contra a violência sobre os trabalhadores do sexo.

Primeiramente é importante analisar o contexto familiar destas. Começando pela infância. A infância é por algumas delas (mulheres prostitutas) descrita como uma etapa positiva, recordando o afeto que a sua família lhes dava. No entanto, a maioria das mulheres recorda a infância pelos pontos mais negativos, vivenciando ondas de violência na sua rede familiar (Oliveira, 2011; Ribeiro, Silva, Schouten, Ribeiro, & Sacramento, 2007). Pertencentes a famílias com falta de recursos económicos, muitas vezes a passar fome, evitando falar deste tema sempre que questionadas (Ribeiro, *et al.* 2007). Mostrando, assim, que sofreram de carências afetivas profundas associadas à presença em famílias multidesafiantes, de modo geral: pais com problemas aditivos, falta de recursos económicos para sustento próprio ou do seu agregado familiar.

Justificando assim que a entrada na atividade prostitucional é predominantemente explicada pelo dinheiro que aqui se ganha, ou seja, com o intuito de alcançar uma estabilidade económica para os próprios trabalhadores, como para as suas famílias, pois, de acordo com Silva, a “ausência da figura paterna como garante da estabilidade financeira e de ambos os progenitores como orientadores imprescindíveis ao equilíbrio de cada indivíduo” (2007, p.803).

Um precedente da entrada no comércio sexual são as migrações. Muitas vezes encontram-se em países com fragilidade económica e vivem em péssimas condições. De acordo com Kellen “este fator, que não é de somenos importância, aparece como elemento condicionador da vontade das mulheres e fragiliza-as grandemente perante eventuais recrutadores” (cit in Silva & Ribeiro, 2010, p. 81). Optando por mudar de país com uma perspectiva económica favorável: porém, tal não acontece, por diversos fatores: seja por estarem numa situação irregular ou por aceitarem propostas de emprego. Quando chegam ao país de destino deparam-se com uma realidade diferente...

No estudo “Vidas na Raia”, os autores concluem que um dos principais fatores para o início e a permanência de uma mulher na atividade prostitucional também se deve ao facto de algumas serem mães e quererem garantir uma maior estabilidade económica para os seus filhos “as mulheres prostitutas têm origens semelhantes a outras mulheres não prostitutas, (pre)ocupam-se dos filhos enquanto mães como as demais mães, sendo este um dos móveis nucleares e/ou adicionais da sua entrada na prostituição.” (Silva & Ribeiro, 2010, p. 24). Neste mesmo estudo, foram analisadas as razões da escolha do comércio sexual como atividade, sendo que a maioria com uma percentagem de 52,1% afirmou ser “ganhar mais dinheiro” (p.177), no entanto, “Dar melhor educação aos filhos” (p.178) teve uma percentagem de 12,5% (Ribeiro *et al.* 2007). Entrando muitas vezes na atividade

prostitucional cedo, por casos de gravidez precoce, não tendo o apoio e o acompanhamento necessário, encontrando nesta atividade uma fonte de rendimento rápida.

A rede familiar para estas mulheres é essencial, sendo um meio de suporte no seu quotidiano. No entanto, muitas vezes não contam que estão a realizar esta atividade. Com o objetivo de as protegerem do estigma e da reação social negativa que pode ter para os seus filhos. Como afirma Manuel Silva, os próprios atores compreendem o constrangimento que a atividade tem a nível social: “a prostituição feminina não é um problema apenas relativo à condição das mulheres-prostitutas e à sua sobrevivência e dignidade social, mas prende-se também com preconceitos e estereótipos, representações e normas dominantes, amiúde interiorizadas pelas próprias mulheres” (Silva & Ribeiro, 2010, p. 15)

Quem pratica esta atividade não faz parte de um grupo homogêneo, pois não têm as mesmas características. São um grupo que constitui mulheres, homens, transgéneros de várias idades, diferentes nacionalidades, diferentes percursos de vida, múltiplos contextos familiares. Apoiando esta afirmação em Oliveira (2004a), as pessoas que se prostituem classificam-se segundo o sexo, orientação sexual, e idade. Concluindo, assim, que nem todos os trabalhadores sexuais entram no mundo da prostituição com os mesmos objetivos ou causas. Há, então, vários fatores que fazem com que entrem nesta atividade.

### **2.1.1. Reação social**

Apesar das mudanças encontradas no decorrer dos anos é notório que a reação social continua a ser fortemente negativa. Por muito que os anos passem e a sociedade se construa com novos conhecimentos, as pessoas que praticam esta atividade continuam a ser estigmatizadas. De acordo com Goffman o estigma é quando “a sociedade estabelece os meios de categorizar as pessoas e o total de atributos considerados como comuns e naturais para os membros de cada uma dessas categorias”. (2013, p. 11)

A prostituição foi historicamente oprimida, discriminada e estigmatizada. A estigmatização a que estas mulheres estão sujeitas influencia o seu quotidiano, levantando assim uma barreira moral entre elas e o que as rodeia. De acordo com Silva, a conceptualização da prostituição está predominantemente dividida por dois olhares: o primeiro, vê as mulheres como “aparentemente culpadas, cujo comportamento será motivado pelo prazer e, em menor extensão pelo dinheiro”; noutro olhar, as

mulheres são vistas como “aparentemente inocentes, forçadas a prostituírem-se por diversas razões” (2007, p.803)

A estigmatização leva à exclusão social. Para Giddens, a exclusão social são “as formas pelas quais os indivíduos podem ser afastados do pleno envolvimento na sociedade” (2014, p. 325). O conceito de exclusão social aplica-se também a quem tem uma rede social fraca ou limitada.

Para Oliveira, quem exerce o comércio sexual continua a ser vítima de reações sociais negativas: “as prostitutas têm sido vistas como anormais ou imorais, como desviantes e transgressoras, sendo alvo de estigmatização” (cit. in Silva & Ribeiro, 2010, p. 107).

Para Peraboa (2007, cit in Cordeiro 2012), o conceito de exclusão social é a “fase extrema do processo de «marginalização», entendido este com um percurso «descendente», ao longo do qual se verificam sucessivas ruturas do indivíduo com a sociedade” (pp. 10).

Por sua vez a exclusão social leva a que estas mulheres sejam desprovidas de exercer os seus direitos. “As prostitutas não têm voz própria, não estão associadas, estão excluídas da segurança social e do sistema fiscal e estão ainda, com frequência, privadas do seu direito a serem mães à custa de condenações morais.” (Oliveira, 2004b, p. 2)

Como a prostituição não é uma atividade legal, estas não se podem declarar como trabalhadoras, não lhes é atribuída uma profissão, é-lhes assim negado muitas vezes o acesso a bens e serviços, como é o caso do impedimento de inscrição na segurança social (Manita & Oliveira, 2002 cit in Oliveira, 2004b). Alexandra Oliveira retrata esta situação como uma forma de violência institucional, “a violência institucional é aquela que surge no âmbito do contacto que as prostitutas e prostitutos têm com as instituições na área da segurança social, da saúde e da justiça, quando aí recorrem e são discriminados e tratados com preconceito.” (Silva & Ribeiro, 2010, p. 114)

O estigma leva a que haja exclusão social das pessoas que se dedicam a esta atividade, o que leva a que estejam em situações de perigo e risco pois não veem os seus direitos a serem instituídos, sendo que os direitos devem ser garantidos a todos os cidadãos, sem exceção.

## **2.2. Prostituição vista como trabalho Sexual**

Como anteriormente referido, este fenómeno tem sofrido várias alterações no decorrer da história. Posto isto, é evidente que esta atividade é caracterizada por dois grandes conceitos: o de prostituição, e o de prostituição vista como trabalho sexual.



Maria Johanna Schouten com base nos estudos e realizados por Bossenbroek e Kompagnie (1998) afirma que «A palavra “prostituição”, que no sentido estrito indica “a prestação de serviços sexuais por uma compensação material, com parceiro indiscriminado”» tem associações negativas (Silva & Ribeiro, 2010, p. 85).

O conceito de trabalho sexual foi proposto por uma prostituta e ativista dos Estados Unidos da América (EUA), Carol Leigh, que defendeu a desestigmatização da atividade. Para ela o “trabalho sexual será uma atividade comercial de prestação de serviços em que é desempenhado um comportamento com um significado sexual ou erótico para quem compra. Incluída no trabalho sexual está, pois, a prostituição que é o desempenho comercial de relações sexuais” (Oliveira, 2011, p. 15).

Sendo uma definição também apoiada por autoras como Kempadoo (1998): a autora afirma que é uma atividade rentável, vista como uma fonte de rendimento para quem a pratica. Sendo uma perspectiva que pretende lutar e reivindicar pelos direitos de quem realiza esta atividade, com o objetivo de reconhecimento da atividade enquanto trabalho.

Este conceito tem vindo a ganhar espaço, quer em investigações, quer em estudos académicos, ou, até mesmo, em debates parlamentares. Neste sentido algumas pessoas que praticam esta atividade preferem autodenominar-se como trabalhador(a) do sexo, caracterizando, assim, a atividade como profissão e trabalho legítimo e consentido exercido por elas. Garantindo que este conceito diminui o estigma em volta de quem exerce o trabalho sexual. O trabalho sexual é também associado a outros serviços<sup>3</sup>, como a pornografia, danças eróticas, etc...

No entanto, o trabalho sexual é um tema que tem vindo a ganhar espaço, pois em Portugal e também noutros países houve a necessidade de criar uma Rede sobre o Trabalho Sexual. Este movimento tem como objetivo dar a conhecer o trabalho sexual, e, por conseguinte, reivindicar os seus direitos. Posto isto, é perceptível que este movimento começa a ganhar terreno, pelas iniciativas que propõem e o seu ativismo

“Enquanto membros da sociedade civil em contacto direto com os/as TS cumpre-nos o dever de informar o Governo sobre as consequências negativas que o atual enquadramento jurídico-político tem na vida das pessoas que exercem trabalho sexual e de propor um caminho alternativo, de forma a vermos garantidos os direitos fundamentais desta população.” (Agência Piaget para o Desenvolvimento, Rede sobre Trabalho Sexual, & Peixoto, 2012, p. pp.3-4)

---

<sup>3</sup> Nesta dissertação não há interesse em explorar outros tipos de trabalho sexual.

Esta breve definição de conceitos tem como objetivo evidenciar que há uma designação diferente para a mesma ação<sup>4</sup>. Retratando um conceito mais histórico e utilizado por quem apoia o sistema abolicionista, havendo outro que é um conceito que pretende reivindicar os direitos destas mulheres assumindo esta atividade como profissão.

### **2.2.3 Enquadramento político da problemática da prostituição e do trabalho sexual**

Foi então necessário haver intervenção e conhecimento do comércio sexual, para salvaguardar as condições de saúde, sociais, económicas destas pessoas.

A intervenção por parte da ONU deveu-se principalmente por questões de saúde pública, como é o caso de substâncias psicoativas, e também das doenças sexualmente transmissíveis predominantemente a Sífilis e o VIH/SIDA (Oliveira, 2004a). Foram implementadas campanhas de sensibilização e vários projetos de promoção social e de saúde. Apesar de já ser um tema estudado e debatido, estas e outras doenças sexualmente transmissíveis ainda são uma realidade na sociedade, incluído também no contexto social de prostituição. Neste sentido, Sónia Dias<sup>5</sup> fez parte dos maiores projetos em Portugal no que concerne às doenças sexualmente transmissíveis e os trabalhadores sexuais, com o total de 1513 migrantes trabalhadores do sexo (53% homens), com o intuito de combater a inexistência de informação sobre a infeção de quem faz a sua atividade o comércio sexual e a importância da intervenção “direccionadas para informação, prevenção, rastreio/diagnóstico e referência hospitalar” concluindo que apesar dos desenvolvimentos feitos em Portugal 20% dos inquiridos nunca recorreram ao Serviço Nacional de Saúde. É necessário melhorar as estratégias de intervenção neste grupo, havendo conhecimento da problemática por parte destes atores sociais, mas as implicações desta atividade condicionam a prevenção e intervenção neste campo.

A ONU promulgou em 1949 a Convenção para a Supressão do Tráfico de Pessoas e da Exploração da Prostituição de Outrem, aprovada por Portugal em 1991, considera que a “prostituição e o mal que a acompanha, a saber, o tráfico de pessoas ‘com vista à prostituição, são incompatíveis com a dignidade e valor da pessoa humana e põem em perigo o bem-estar do indivíduo, da família e da comunidade”.

---

<sup>4</sup> Este estudo não tem o objetivo de tomar uma posição no que se refere à designação da atividade

<sup>5</sup> Professora Catedrática, doutorada e Agregada em Saúde Internacional pela Universidade NOVA de Lisboa e Licenciada em Psicologia pela Universidade de Lisboa. Retirei de: Ação & Tratamentos VIH/SIDA.

[https://www.gatportugal.org/public/uploads/publicacoes/revista\\_acao\\_tratamentos/AcaoTratamentos31.pdf](https://www.gatportugal.org/public/uploads/publicacoes/revista_acao_tratamentos/AcaoTratamentos31.pdf)

<sup>6</sup> O tráfico de seres humanos é conhecido hoje por uma forma de “escravidão moderna” (ONU NEWS).

Consequentemente, com o decorrer da história emergiram diferentes posicionamentos, ideias e políticas. Iniciando assim, discussão nas agendas políticas de diversos países, e, por conseguinte, de vários autores, surgiram assim, um conjunto de sistemas político-jurídicos: o sistema proibicionista, o sistema abolicionista, o sistema regulador e o sistema regulador desestigmatizante. Havendo assim em toda a Europa e no resto do mundo uma variedade de quadros legais que servem de enquadramento à ação legislativa da prostituição.

Há países com um modelo legal abolicionista, pois apoiam a erradicação da prostituição, por outro lado existem os que defendem os direitos dos trabalhadores sexuais e apoiam a legalização do trabalho sexual e outros que só criminalizam a compra do trabalho sexual.

Os dois primeiros sistemas político-jurídicos focam-se mais na repressão sexual. Começando pelo modelo Abolicionista “a prostituição é uma forma de violência sobre as mulheres, que restringe as suas liberdades e cidadania (...) condena quem vive da prostituição de outro: o proxenetismo.” (Tavares, 2005, p. 3) Olhando para a mulher que se prostitui como vítima de um crime praticado por homens. Este modelo encontra-se fortemente enraizado na União Europeia como também no Brasil.

O modelo proibicionista considera que “a prostituição é um desvio moralmente condenável, constituindo a sua prática um crime a erradicar. Todos os atores sociais envolvidos, em especial as prostitutas, devem ser colocados sob a vigilância das forças policiais e perseguidos criminalmente pelos tribunais.” (Silva & Ribeiro, 2010, p. 281) Sendo que, este modelo é característico dos EUA e da China, como também de alguns países do leste europeu. Este modelo levanta várias questões e problemáticas para algumas organizações, pois veem que este modelo só fez com que a prostituição se praticasse de forma clandestina.

Noutro prisma dos sistemas político-jurídicos temos o lado da libertação sexual, compondo os modelos reguladores. O modelo regulador “considera a prostituição como fenómeno social não erradicável e, como tal, é preciso limitar os danos que pode causar na sociedade, regulamentando. Desde modo, desde que cumpram as regras estabelecidas pelo Estado, não existe penalização (...)”, ou seja, não comete crime a prostituta, o cliente e o proxeneta, sendo um sistema mais utilizado na Áustria e na Grécia. (Tavares, 2005, p. 3)

No modelo regulador desestigmatizante “A prestação de serviços sexuais mercantis passa a ser considerada como uma atividade económica e os atores sociais que a ela se dedicam definidos, face à lei e desejavelmente assim reconhecidos em termos sociais, como trabalhadores com todos os

direitos laborais” (Silva & Ribeiro, 2010, p. 283). Este modelo apoia a descriminalização de todas as atividades ligadas à prostituição, e a própria, no sentido de serem reconhecidos como trabalhadores do sexo, ou sexuais, com o intuito de desestigmatizar esta atividade e quem a pratica.

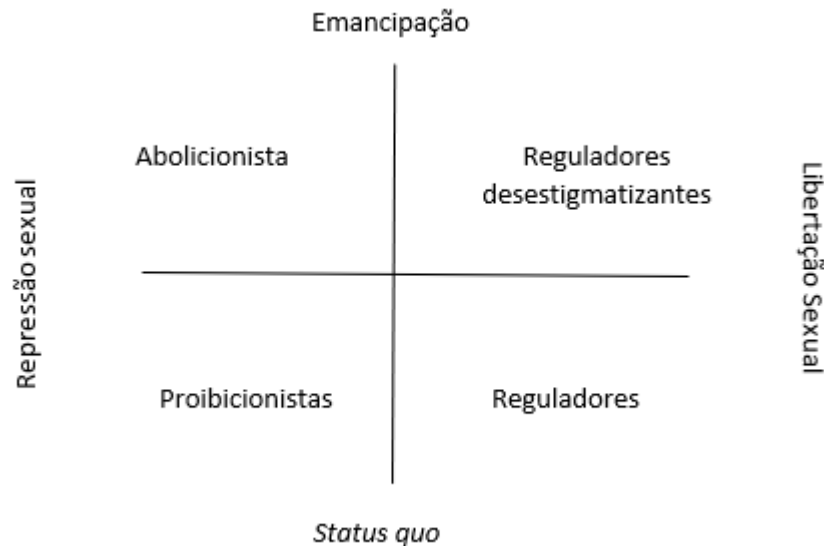


Figura 1 - Os eixos da política e da ação social na economia do sexo (Silva & Ribeiro, 2010, p.280)

### 2.2.3.1 Modelo legal em vigor da prostituição em Portugal

Observando o desenvolvimento da atividade prostitucional em Portugal é notório que houve várias etapas para chegarmos ao que conhecemos hoje como o trabalho sexual.

“A primeira regulamentação da prostituição, em Portugal, surgiu em 1853 (regulamento sanitário das meretrizes do Porto). Em 1858 foi decretada uma regulamentação mais geral que obrigava as prostitutas a matricularem-se num livro de registo na repartição da polícia ou no governo civil.” (Tavares, 2005, p. 2)

Anos mais tarde em Portugal, a atividade prostitucional era considerada crime, as mulheres eram levadas para a prisão de Custóias e a prisão de Tires. Por sua vez, eram colocadas em cadeias sem o mínimo de condições e muitas vezes sobrelotadas.

“A prostituta que entra em Custóias é a «rameira». Uma infância de miséria, com má comida, com doenças e porcarias, deu-lhe desde que nasceu um aspeto doentio. E a vida que levou por aí fora, foi-lhe estragando o físico. A fome, as caminhadas rua abaixo, rua acima, de sapatos de fino tacão, ao vento e à chuva, mas sempre com roupas leves para mostrar a mercadoria” (Carmo, l.; Fráguas, n.d., p. 21)

Atualmente a prostituição não é uma atividade regulada, mas também não é uma atividade proibida. No que diz respeito à prostituição, Portugal toma uma posição abolicionista, ou seja, a prostituição individual é permitida (com restrições impostas por lei), mas a exploração e encorajamento desta por terceiros é proibida.

De acordo com o artigo 169º n.º 1 do Código Penal (“Lenócio”), “Quem, profissionalmente ou com intenção lucrativa, fomentar, favorecer ou facilitar o exercício por outra pessoa de prostituição é punido com pena de prisão de seis meses a cinco anos.” Deste artigo concluímos que a prostituição em si não é um crime, nem os seus clientes são criminosos, mas são sim aqueles que fomentam/exploram, e que, para além disso, beneficiam desta atividade.

“1 - Quem, profissionalmente ou com intenção lucrativa, fomentar, favorecer ou facilitar o exercício por outra pessoa de prostituição é punido com pena de prisão de seis meses a cinco anos.

2 - Se o agente cometer o crime previsto no número anterior:

- a) Por meio de violência ou ameaça grave;
- b) Através de ardil ou manobra fraudulenta;
- c) Com abuso de autoridade resultante de uma relação familiar, de tutela ou curatela, ou de dependência hierárquica, económica ou de trabalho; ou
- d) Aproveitando-se de incapacidade psíquica ou de situação de especial vulnerabilidade da vítima; é punido com pena de prisão de um a oito anos.”

(Art. 169º Código Penal, com a redação da Lei 59/2007)

Neste prisma, o cliente também pode ser punido em duas situações distintas. Com base no artigo 160º do Código Penal comete crime se praticar o tráfico de pessoas para fins de exploração sexual, ou ter conhecimento da situação de exploração sexual. Por fim, se for cliente da prostituição de menores, no art. 174º do Código Penal, está também a cometer um crime perante a lei.

Para além disso, outras atividades ligadas à prostituição, como o tráfico de pessoas e a prostituição infantil são expressamente proibidas e condenáveis por lei, de acordo com o artigo 170º do Código Penal (“Importunação sexual”), “Quem importunar outra pessoa, praticando perante ela atos de carácter exibicionista, formulando propostas de teor sexual ou constringendo-a a contacto de natureza

sexual, é punido com pena de prisão até 1 ano ou com pena de multa até 120 dias, se pena mais grave lhe não couber por força de outra disposição legal.”

Em suma, a prostituição não é uma atividade ilegal, no entanto, não é uma atividade legalizada pela lei, uma vez que esta não é regulamentada. O que é realmente ilegal é a fomentação desta atividade por terceiros, por exemplo, através de bordéis ou de casas arrendadas com esse intuito.

### **2.2.3.2 Dados sobre a prostituição em Portugal**

Em Portugal, de acordo com as estatísticas do Observatório do Tráfico de Seres Humanos, relativamente ao ano de 2019, os últimos dados disponíveis – foram sinalizadas 261 presumíveis vítimas – analisando os dois principais motivos de tráfico exploração sexual e laboral. Observamos que as presumíveis vítimas de exploração sexual feminina são maioritariamente adultas (22) e 3 são menores (dando um total de 27 vítimas), não há registo de exploração sexual no sexo masculino. Já na exploração laboral há um total de 93 presumíveis vítimas do sexo masculino e 27 do sexo feminino (perfaz um total de 120). Concluindo assim, que em Portugal, o tráfico de seres humanos não está ligado só à exploração sexual, nem é o seu principal motivo.

## **2.3. Riscos e perigos potenciais e reais associados à prostituição e trabalho sexual feminino (serviços sexuais mercantis) com repercussões nas crianças e jovens (filhos/filhas)**

### **2.3.1 As crianças (riscos e perigos)**

A noção de infância mudou ao longo dos tempos, pois até finais do século XVII a criança não era considerada um sujeito. A noção moderna de infância de acordo com Tomás (2002) e Ferreira (2000) é “percebida como uma condição social que tem vindo a ser gerada no contexto de mudanças sociais e históricas que altera usos, conceções e perceções acerca das crianças” (cit. in Xarepe, Costa, & Morgado, 2017). As crianças são o futuro das sociedades, todo o investimento para alcançar o bem-estar das mesmas será compensado posteriormente.

De modo a ser claro o procedimento que decorre na sinalização, é imperativo analisar o conceito de perigo, e, sobretudo, a diferença entre risco e perigo. O risco reporta uma disposição de vulnerabilidade e potencialmente existe probabilidade de que a criança ou jovem seja envolvida/o numa situação de perigo que afeta a concreção dos seus direitos. Assim se a intervenção efetuada nesta situação se exibir ineficaz neste contexto, esta poderá realizar-se numa situação de perigo. O

perigo, por sua vez, diz respeito a uma situação de efetiva ingerência na concretização dos direitos da criança e/ou jovem.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) define a violência como “uso intencional da força física ou do poder, sob a forma de ato ou ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou comunidade que cause ou tenha muitas probabilidades de causar lesões, morte, dano psicológico, perturbação do desenvolvimento ou privação” (Krug et al., 2002). A violência pode ser de natureza física, sexual, psicológica ou assumir a forma de negligência.

Para melhor compreender a violência a OMS utiliza o modelo ecológico de Bronfenbrenner<sup>7</sup>. Este autor defende que os diferentes ambientes têm uma influência decisiva no desenvolvimento cognitivo, moral e racional de cada indivíduo, ou seja, não podemos olhar para o desenvolvimento da criança ou indivíduo sem olhar para os outros fatores e o envolvem.



Figura 2 - Modelo ecológico (Xarepe, et al. 2017)

A partir deste modelo foi importante para Krug et al. 2002 compreender que a violência é produto de múltiplos níveis de influência, por isso é importante:

“adotar medidas capazes de modificar comportamentos individuais de risco; investir na promoção de ambientes familiares saudáveis, assim como oferecer ajuda profissional e apoio às famílias que apresentam relacionamentos disfuncionais; monitorizar locais públicos (escolas, locais de trabalho, bairros) e adotar medidas para prevenir problemáticas que possam levar à violência; prevenir a desigualdade de género e as atitudes/práticas culturais adversas; adotar medidas que visem, entre outras, garantir a todos os cidadãos igual a bens, serviços e oportunidades.” (Xarepe, et al. 2017)

Os maus-tratos têm várias definições. Magalhães afirma que se trata de “qualquer forma de

---

<sup>7</sup> Urie Bronfenbrenner, psicólogo americano que desenvolveu a teoria dos sistemas ecológicos.

tratamento físico e/ou emocional, não acidental e inadequado, resultante de disfunções e/ou carências nas relações entre crianças/jovens e pessoas mais velhas, num contexto de uma relação de responsabilidade, confiança e/ou poder.” (2002). Podem ser atitudes de carácter passivo (negligência ou abandono) ou ativo (físico, psicológico ou sexual)

- **Maus-tratos físicos:**

Qualquer ato não acidental com recurso à força física contra a criança ou adolescente provocando danos, como queimaduras, traumatismos, fraturas, lesões, feridas, cortes, afogamento. (Magalhães, 2002)

- **Maus-tratos psicológicos:**

De ressaltar que maus-tratos psicológicos muitas vezes levam a que a vítima tenha dificuldade de se reconhecer como tal, sendo estes comportamentos que dificultam o desenvolvimento da criança no que diz respeito à compreensão e à adaptação no contexto ambiental em que se encontra. Os maus-tratos psicológicos são definidos também como uma ação repetida. Incapacidade de proporcionar à criança um ambiente de tranquilidade, bem-estar emocional e afetivo, indispensável ao seu crescimento, desenvolvimento e comportamento adequado (Canha, 2000). Exemplos como a ameaça, a violência emocional, o *bullying*, problemas relacionais entre pais e criança, a violência doméstica e situações de alienação parental.

- **Abuso sexual:**

O abuso sexual pode ocorrer de várias formas, desde o incentivo a ver vídeos pornográficos, mostrar e expor os seus órgãos. É mais habitual utilizar a força com adolescentes, já com uma criança os agressores tentam mostrar que é uma situação normal. É então o envolvimento de uma criança ou adolescente em atividades de satisfação sexual de um adulto, que se encontra numa situação de poder sobre a criança ou adolescente.

- **Negligência:**

No que concerne à negligência parental, ou substituto, esta pode ser ativa (quando há intenção de fazer mal à criança) e passiva (incompetência dos cuidadores na prestação de cuidados) que leva a consequências como o atraso do desenvolvimento, alterações comportamentais. De acordo com a UNICEF “a negligência pressupõe que o cuidador, tem a capacidade, o conhecimento e o acesso aos serviços necessários para o bom desenvolvimento da criança, mas falha nessa prestação.” (Xarepe, *et. al.*, 2017, p.71). É uma ação continuada de incapacidade de resposta às necessidades de cuidados básicos da criança, como, por



exemplo, falta de cuidados de higiene, alimentação, abandono temporário ou permanente.

Nesta sequência não se pode deixar de parte circunstâncias individuais, familiares e sociais nas quais as crianças e jovens se desenvolvem. Os fatores de risco podem ser individuais (baixa autoestima, prematuridade, comportamento desafiante), familiares (precariedade laboral, falta de rede de suporte familiar, social e económica) ou até mesmo estruturais ou situacionais (isolamento social, pouca integração na vida comunitária, pobreza ou desvantagem socioeconómica) e comunitárias (pouco envolvimento comunitário, elevada mobilidade populacional, legitimação da violência). Este contexto de vitimização pode ocorrer em situações intrafamiliar ou extrafamiliar.

Sendo assim necessário que haja verificação cumulativa por parte das entidades competentes para que os pressupostos da intervenção sejam cumpridos. Quando a criança/jovem é exposta a uma situação de risco é necessário acionar de imediato a prevenção por parte das comissões de proteção e dos tribunais, sendo necessário compreender se este fator de risco está relacionado com situação de violência, seja ela física, mental, abuso sexual, ou, até mesmo, de negligência.

Para aplicar a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (Lei nº147/99, de 1 de setembro) é necessário haver legitimidade para a intervenção e seguir os princípios orientadores da mesma, com o objetivo principal que é defender o superior interesse da criança. De acordo com o artigo 3º, a legitimidade da intervenção ocorre neste contexto:

“A intervenção para promoção dos direitos e proteção da criança e do jovem em perigo tem lugar quando os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto ponham em perigo a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento, ou quando esse perigo resulte de ação ou omissão de terceiros ou da própria criança ou do jovem a que aqueles não se oponham de modo adequado a removê-lo.”

Conseguimos compreender que uma criança está em contexto de perigo quando o progenitor coloca o filho em perigo ou até mesmo quando o próprio se coloca em perigo. Nomeadamente, quando há falta de cuidados; maus-tratos físicos ou psíquicos, ou até de abusos sexuais; trabalhos excessivos; quando se encontra ao cuidado de terceiros; quando está sujeita a comportamentos que afetem gravemente a sua segurança, ou até mesmo quando assume comportamentos ou consumos que afetem a sua saúde (art. 3º, al. 2)).

Ao abrigo da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (Lei n.º 147/99, de 1 de setembro), pertence às entidades competentes em matéria de infância e juventude, avaliar, diagnosticar e intervir em situações de risco e perigo. Sendo só necessária a intervenção das CPCJ quando as entidades anteriormente referidas não conseguirem garantir a segurança das crianças em situação de risco ou perigo.

A atuação da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) fundamenta a sua ação em três medidas de promoção dos direitos e proteção para as crianças e jovens em perigo: “A medida de apoio junto dos pais consiste em proporcionar à criança ou jovem apoio de natureza psicopedagógica e social e, quando necessário, ajuda económica.” (art. 39º); medidas de colocação seja acolhimento familiar ou acolhimento residencial (art. 35º, al. a e f)); ou medidas no meio natural ou colocação “confiança a pessoa selecionada para adoção, a família de acolhimento ou instituição com vista à adoção” (art. 35º, al. g)).

Posto isto, há a necessidade de apostar na educação parental. Tanto os pais como os familiares “podem beneficiar de um programa de formação visando o melhor exercício das funções parentais” (artigo 41º). Os fatores de proteção baseiam-se na promoção das competências parentais, com o objetivo de reforçar as relações familiares e consequentemente aumentar os fatores de proteção. Neste sentido os fatores de proteção diminuem os fatores de risco.

É necessário ter por base estratégias/métodos implementados para proteger crianças em situações de risco, sendo que estas estão divididas entre a prevenção primária e secundária e terciária. São todas respostas de apoio. Como exemplo, temos as campanhas de informação e prevenção, ações promotoras de bem-estar social. Estas políticas de prevenção têm como objetivo prevenir situações de perigo (prevenção primária); quando não é possível prevenir utilizam-se métodos de intervenção para salvaguardar os direitos das crianças.

As políticas sociais destinadas à infância e juventude têm por base um conjunto de características que permitem alcançar um maior número de situações de necessária prevenção, tais como, a igualdade de oportunidades, o direito à cidadania, integração e participação. Contudo, apesar dos direitos das crianças e das políticas sociais inseridas nas mesmas, estas continuam a ser vítimas de exclusão social “apesar das mudanças positivas das últimas décadas, os desafios que as crianças enfrentam atualmente são de grande magnitude. O acentuar das desigualdades entre as crianças tem

custos para toda a sociedade em matéria de saúde, educação e proteção social.” (UNICEF, Influência Política e Social). As crianças e os jovens constituem o capital humano da sociedade, posto isto, promover o seu desenvolvimento e bem-estar é por isso apostar no futuro. Contudo, a realidade dos dias de hoje não traduz este consenso, sendo as crianças o grupo etário mais vulnerável à pobreza e à exclusão social.

### **2.3.2 Comércio sexual e as suas implicações**

Neste sentido para uma melhor análise deste tema é importante compreender que existem significativas diferenças no mundo da prostituição. Assim sendo, esta atividade pode ser praticada dentro de apartamentos destinados ao comércio sexual, as *boîtes*, as casas de alterne, as pensões, e, por fim, a atividade exercida na rua, conhecida como prostituição de rua, sendo esta a mais marginalizada.

Sendo as prostitutas de rua a classe mais desfavorecida na comercialização do sexo, pois estão sujeitas a uma violência com maior intensidade e não controlada, podendo ser uma violência exercida de forma direta ou indireta. A violência exercida sobre as prostitutas de rua é praticada por quem procura esta atividade, desde o cliente ao próprio proxeneta, sendo exercida de diversas formas, seja por agressões verbais, físicas ou sexuais.

“A violência que as prostitutas de rua experimentam é, de facto, extensa e variada, em forma e intensidade. Ocorre com muitíssima frequência e pode ter como consequência o recurso a um tratamento hospitalar, médico ou de enfermagem. Além de que afeta de forma traumática o bem-estar físico e mental destas mulheres.” (Oliveira, 2004, p. 15)

As agressões sexuais são muitas vezes cometidas por atos de violação, e levam a que a autora Alexandra Oliveira afirme que a violência leva a uma desordem de *stress* pós-traumático “As experiências de violação em geral, incluindo sobre quem faz trabalho sexual, são traumáticas e detentoras de uma forte carga emocional, podendo mesmo originar uma desordem de *stress* pós-traumático.” (Silva & Ribeiro, 2010, p.113)

Por parte do cliente pode indicar um tipo de fetichismo pela violência exercida na atividade sexual, ou pode nem envolver qualquer tipo de contacto sexual; no entanto, praticam a violência sobre a mulher quando se encontram sozinhos com estas. No que diz respeito ao chulo, este estabelece uma posição de superioridade com quem faz o trabalho sexual. Optando por várias formas de exploração,

como, por exemplo, controlar o dinheiro que elas ganham e ficando com ele para benefício próprio, “Este homem bem-amado foi sempre, enquanto estiveram lá fora, um tirano. Batia-lhes, sugava-lhes todo o dinheiro, fazia-lhes ciúmes com outras mulheres. Impunha-lhes a lei do ferro e a lei do silêncio.” (Carmo, I. & Fráguas, F., n.d., p. 23)

No entanto, atualmente verifica-se a ausência desta figura de autoridade, pois as mulheres prostitutas começaram a lutar pela sua independência. Compreendem que têm direitos como as outras mulheres e que devem reivindicar os mesmos (Oliveira, 2011; Ribeiro, *et al.* 2007).

Como referido anteriormente a atividade prostitucional ocorre em diferentes espaços, alternando entre a prostituição de rua e a prostituição abrigada, sempre associada a possíveis fatores de risco. Como refere uma mulher, no seu testemunho “Trabalhar num bar ou numa boíte tem as suas desvantagens (...) Já trabalhar na rua implica alguns riscos e temos de estar sempre preparadas, para eles, temos de nos saber defender” (Silva & Ribeiro, 2010, p. 143)

Numa outra perspetiva, é importante indicar que o bem-estar mental de quem faz o trabalho sexual é muitas vezes afetado pela ausência de apoio afetivo da sua rede formal e informal; outras situações que comprometem o seu bem-estar são as condições a que são expostas, o medo, a violência. A exposição que esta atividade requer afeta a saúde mental a muitos níveis.

Outro fator de risco é a falta de apoios sociais que levam por sua vez às desigualdades e à exclusão social. Começando pelo facto de ser uma atividade clandestina ou oculta, que já é um fator de risco, levando assim à ausência de regulamentação dos espaços que contribui para os elevados riscos de saúde. O impacto na saúde dos trabalhadores sexuais passa pela falta de condições de higiene e saúde, que, muitas vezes, não seguem as regras que estão legalmente definidas para salvaguardar a saúde de todos os trabalhadores; a utilização de métodos contraceptivos como o preservativo (ou o seu impedimento) é estabelecido muitas vezes pelo gerente do espaço ou até se o cliente propõe a não utilização em troca de um valor acrescido pela prática; como a prática do comércio sexual não é um atividade regulamentada estes têm os seus direitos muitas vezes postos em causa, como exemplo, não têm direito à baixa médica de acordo com a legislação vigente, não têm licença de maternidade entre outros direitos laborais destinados a qualquer cidadão. (Agência Piaget para o Desenvolvimento et al., 2012)

Muitos dos dados sobre o trabalho sexual mostram que uma grande percentagem das mulheres migrantes, muitos deles sem autorização de residência. Para além de todos os riscos já

mencionados quem se encontra em situação irregular acresce o medo de ser deportado, pois têm dificuldade no acesso à saúde e por este motivo não se deslocam a estes serviços. Portugal, em 2017, segundo os dados analisados, é um dos países da Europa com mais mortes por HIV (EUROSTAT). Esta população chega numa fase tardia aos serviços de saúde por medo de represálias.

É evidente que é uma população difícil de alcançar, pois é uma atividade socialmente reprovada e estigmatizada, discriminada, marginalizada e condenada e por sua vez desprovida de proteção social. É por isso difícil encontrar números exatos de pessoas que a praticam; no entanto, diversos estudos mostram que a percentagem de mulheres é superior aos homens, e também às pessoas transgéneras. Por esta razão, é para muitos investigadores uma população considerada formal ou oficialmente oculta, devido à reação social maioritariamente negativa em volta da comercialização do sexo, o que, por sua vez, leva à exclusão social dos mesmos.

### **2.3.3 O mundo familiar do comércio sexual**

A família tem diversas funções. Tem a função interna que assegura a proteção material e psicossocial dos seus membros facilitando assim o seu desenvolvimento e a sua emancipação. Tem, também, uma função externa, pois permite a adaptação dos seus membros a uma cultura e promove a transmissão dessa cultura às gerações seguintes. Nas famílias funcionais o desenvolvimento global das funções é facilitado por características que permitem a fluidez no funcionamento do quotidiano. Nas famílias disfuncionais há a dificuldade ou mesmo impossibilidade de assegurar a totalidade das funções em virtude do seu modo de comportamento.

As mudanças familiares são um constante desafio para as mesmas. Assumem também importância ao reconhecer a historicidade e a variabilidade, no tempo e no espaço, da família em função do enquadramento social que é alvo. As estruturas familiares albergam uma ampla diversidade de estruturas, formas de organização e representações.

No entanto, há uma estigmatização em volta das mulheres prostitutas com uma imagem de que estas são incapazes de criar uma família. Porém estas têm diversos papéis sociais, tais como, ser mãe, esposa, filha, ou seja, têm uma rede familiar (Oliveira, 2011).

A vida conjugal destas mulheres não difere das relações amorosas das mulheres não prostitutas. Elas distinguem as relações amorosas das suas relações com os clientes, pois para elas é diferente fazer sexo e fazer amor, pois o amor não se faz com troca de dinheiro (Oliveira, 2004a).

A rede familiar é o alicerce de um indivíduo, no entanto, por ser uma atividade estigmatizada muitas vezes as trabalhadoras do sexo não contam que fazem do comércio sexual a sua atividade. As que optam por contar as opiniões dos companheiros, amigos ou familiares divergem, uns apoiam outros rejeitam, outros aceitam por ser a fonte de rendimento para eles (oliveira 2011). No que diz respeito aos filhos optam muitas vezes por ocultar a atividade para protegê-los (Oliveira 2011).

A parentalidade tem as suas funções/objetivos, respondendo assim às necessidades básicas, como a saúde e a higiene; a transmissão de valores e objetivos; a explicação e conhecimento da interação social.

O papel dos pais ou substitutos para com os filhos tem as suas consequências, ou seja, a ação que um pai tem hoje para um filho reproduzir-se-á mais tarde. Posto isto, são figuras influentes, mas não são as únicas influências. Temos também o resto do agregado familiar, completando também com os fatores externos ao seio familiar. A parentalidade tem uma parte afetiva bastante integrante de si mesma desde a gestão de emoções, a parte cognitiva e comportamental. É necessária a incorporação destes, para ir de encontro com as necessidades e interesses da criança.

Num estudo feito por Ribeiro, 75% das mulheres entrevistadas eram mães “poderosamente condicionante da configuração dos seus percursos de vida em geral, da construção da sua identidade e das suas decisões relativas à prostituição, em particular” (2004, p. 30).

O estudo “Vidas na Raia” evidencia um conjunto de fatores comuns que as entrevistadas partilham enquanto mães. Estas mulheres têm uma maternidade precoce e quase sempre acidental, estas mulheres são de famílias com baixos recursos económicos, onde o nível escolar é baixo, não têm conhecimentos para fazer a interrupção da gravidez (Ribeiro, 2004; Ribeiro, *et al.*, 2007). Registaram ser uma maternidade multiplicada, pois 58% destas mães têm mais de um filho, sendo que 32,5% responderam que são filhos de pais diferentes (Ribeiro *et al.*, 2007) justificando Ribeiro “esta diversidade dos pais emerge como expressão da sucessão de relacionamentos fracassados” (2004, p. 32). Concluíram no referido estudo que é uma maternidade valorizada “consideram os filhos como o epicentro, a principal fonte de sentido das suas vidas e invariavelmente identificam a procura da garantia do bem-estar e da felicidade dos mesmos” (Ribeiro, 2004, p.35).

Estas mães preocupam-se com a potencial estigmatização dos seus filhos. Por isso ocultam muitas vezes a sua verdadeira atividade aos filhos para que estes não percam o respeito por elas, e possam ver salvaguardado o seu futuro (Ribeiro, 2004; Ribeiro, *et al.*, 2007).

A sociedade olha para estas mulheres como “mal comportadas”, pois escapam à imagem socialmente aceita das mulheres “bem comportadas”, achando que estas não podem cumprir o papel de mãe (Oliveira, 2010; Ribeiro, *et al.*, 2007).

Do ponto de vista social afirma-se que estas mulheres não são credíveis, e são incapazes de assumir o papel de mãe. Há mulheres que perdem a tutela dos filhos por serem prostitutas tendo uma conduta imoral achando a própria que é má mãe (Oliveira, 2004a). Machado & Silva mostraram que as investigações judiciais para mulheres que fazem do comércio sexual a sua atividade, existe uma dificuldade no reconhecimento judicial da paternidade, posto isto, são vítimas de práticas desiguais que podem “restringir o direito das filhas e dos filhos destas mulheres a serem legalmente reconhecida a sua paternidade”, concluindo que há um “desigual acesso ao direito e à justiça por parte destas mulheres e dos seus filhos”. (Silva & Ribeiro, 2010, p. 124)

Tendo o Estado e as suas estruturas o objetivo de promover a parentalidade positiva, criando relações positivas no seio familiar, atribuir responsabilidades parentais, criar espaços para o desenvolvimento das crianças assegurando e promulgando sempre os direitos das crianças. Posto isto, o Estado procura responder às necessidades familiares encontradas tendo sempre por base os direitos a estes associados.

Sendo estabelecido no meio jurídico o Código Civil e por sua vez instituído o direito da família, com o objetivo de ocupar-se das relações familiares, dos seus direitos e deveres. No que concerne às responsabilidades parentais estas são compostas por quatro poderes/deveres, o de guarda, de dirigir a educação, de prover o sustento e de representação.

Em síntese, as mulheres que prestam serviços sexuais vivem num mundo complexo, são atores sociais que vivem num contexto extremamente vulnerável por vários fatores, a estigmatização, a falta de políticas sociais e de apoios sociais adequados, a marginalização, entre outros, sendo ainda um tema fraturante na sociedade contemporânea.

Todos estes fatores têm implicações para os próprios trabalhadores do sexo como para a sua rede familiar, incluindo os seus filhos(as). Este capítulo será importante para a análise dos dados e para a formulação da conclusão e das implicações do trabalho.

### **3. Pesquisa empírica: opções metodológicas, procedimentos éticos e análise de resultados**

Este capítulo, tem como foco a descrição e análise do processo de investigação. De acordo com os objetivos pretendidos na investigação, a estratégia metodológica aplica-se a uma metodologia qualitativa<sup>8</sup> com base no método de estudo de caso<sup>9</sup> com uma dimensão exploratória<sup>10</sup>, sendo esta, a abordagem mais adequada com vista a uma ampla e profunda compreensão do fenómeno da pesquisa na sua totalidade, ou seja, “concentrar toda a sua atenção num pequeno número de casos e considerar, com grande minúcia, todas e cada uma das facetas susceptíveis de esclarecê-lo.” (Greenwood, 1965, p.342).

No quadro da pesquisa empírica faz sentido recorrer a várias técnicas de recolha e registo de dados. Para ir ao encontro dos objetivos do estudo utilizei o recurso a técnicas como a pesquisa documental, a pesquisa bibliográfica e a entrevistas, as técnicas de tratamento de informação mais adequadas para uma melhor análise, referindo quais os limites<sup>11</sup> encontrados ao longo do estudo.

#### **3.1. Descrição detalhada (pormenorizada) da experiência de pesquisa, justificação das opções metodológicas, descrição e justificação dos procedimentos éticos.**

##### **▪ 1ª etapa – Elaboração do projeto:**

Em articulação com o orientador de tese, numa fase inicial foi construído um projeto de dissertação onde foi estabelecida a primeira conceção do estudo. No decorrer das reuniões concluímos que o público-alvo seriam as crianças que vivem em contextos sociais de prostituição feminina. Desde o início da pesquisa compreendemos que no mundo da prostituição as mulheres são claramente maioritárias, tendo assim o estudo como objetivo central de análise a prostituição feminina.

Nesta primeira etapa definimos como objetivo chegar diretamente aos atores sociais, às mães-prostitutas, e com o trabalho de aproximação haver a possibilidade de falar com os seus filhos/as. Não

---

<sup>8</sup> De acordo com Vilelas (2009, p.108) a metodologia qualitativa tem o “objetivo alcançar um entendimento mais profundo e subjetivo do objeto de estudo”

<sup>9</sup> Segundo Greenwood (1965, p.331), “O método de estudo de casos consiste no exame intensivo, tanto em amplitude como em profundidade, e utilizando todas as técnicas disponíveis, de uma amostra particular, selecionada de acordo com determinado objetivo (ou, no máximo, de um certo número de unidades de amostragem), de um fenómeno social, ordenando os dados resultantes por forma a preservar o carácter unitário da amostra, tudo isto com a finalidade última de obter uma ampla compreensão do fenómeno na sua totalidade.” Morgado (2012) também refere que o estudo de caso se “direcionar sobretudo para a sua interpretação e compreensão e para deslindar os sentidos que os autores consigam às ações que aí desenvolvem.”

<sup>10</sup> O método de investigação do estudo de caso tem por base a dimensão exploratória e para Severino (2000), “os estudos de natureza exploratória têm como objetivo principal a familiarização com determinado fenómeno/assunto específico, ainda pouco conhecido ou explorado, permitindo descobrir novas ideias e desocultar as relações estabelecidas entre os elementos que o integram, com vista a um aprofundamento do mesmo.” (cit in Morgado, 2012)

<sup>11</sup> Ao longo do estudo foram encontrados muitos obstáculos no decorrer da pesquisa empírica e “Segundo Durkheim, a estrutura social constringe as nossas actividades de modo semelhante, estabelecendo limites ao que podemos fazer como indivíduos. É-nos «exterior», como as paredes da sala.” (cit in Giddens, 2014, p.669)



obstante, ao longo do processo de investigação foi possível verificar alguns constrangimentos, nomeadamente a situação pandémica devido ao COVID-19, impossibilitando esta técnica de recolha de dados. Além deste constrangimento outro limite encontrado corresponde ao fator temporal, reconhecendo que ser trabalhadora-estudante causou diversas implicações a este nível. Em articulação com o orientador optámos pela amostragem por conveniência<sup>12</sup>, contactamos associações, organizações governamentais e não governamentais que dispusessem de projetos de intervenção de contacto direto com a prostituição, com o objetivo de serem a ponte entre o entrevistador e as entrevistadas.

## ▪ 2ª etapa - Acesso ao campo de investigação:

Neste seguimento foram contactadas no total seis associações e organizações, os participantes foram contactados via *e-mail*, tendo sido necessário reforçar o pedido via contacto telefónico<sup>13</sup>. O e-mail enviado tinha como propósito um pedido de apoio para a realização do estudo empírico, colocando no corpo do *e-mail* a apresentação da investigadora e a área do mestrado, anexando dois documentos: a carta-convide ([anexo I](#)) para a participação do estudo empírico e a nota de divulgação ([anexo II](#)), foram assim garantidas todas as normas éticas<sup>14</sup> da Universidade do Minho. Na carta-convide, com o propósito de um consentimento informado<sup>15</sup> foi assim anunciado que as entrevistas<sup>16</sup> seriam transcritas, e por esta razão as entrevistas iriam ser gravadas recorrendo a uma técnica de registo áudio, garantindo a anonimização<sup>17</sup> total das entrevistadas e das instituições sendo utilizadas para fins académicos<sup>18</sup>.

No contacto via *e-mail* só obtivemos uma resposta de uma organização afirmando que “não podemos acolher o pedido na medida em que acreditamos não ter dados suficientes sobre esta

---

<sup>12</sup> A amostra é definida como “uma porção ou parcela, convenientemente selecionada do universo” (Marconi & Lakatos, 2003, p. 223). O método de amostragem por conveniência, pareceu o mais indicado para o estudo pois os elementos da amostra são escolhidos por facilidade de acesso a um local de recolha, selecionando de certa forma, os indivíduos que estão de acordo com as características consideradas mais pertinentes para a investigação. Contudo, o investigador não tem influência na escolha dos elementos, mas apenas na escolha do local onde vai seleccionar esses elementos.

<sup>13</sup> O contacto telefónico é uma forma de conversa informal, segundo Giddens “Embora usemos rotineiramente muitos sinais não verbais no nosso comportamento» e recorramos a eles para entender os outros, muita da nossa interação é levada a cabo através da fala - trocas verbais casuais - que decorre durante conversas informais com outros.” (2014, p. 86)

<sup>14</sup> Como refere Gomes, “Na prática, os valores ou normas éticas levam-nos a refletir sobre o que entendemos fazer ou não fazer na globalidade do processo científico em que estamos envolvidos ou comprometidos.” (2016, p.6)

<sup>15</sup> Num estudo é imprescindível ter o consentimento por parte dos entrevistados salvaguardando a identidade dos mesmos, ou seja, é necessário “considerar as propostas de investigação certificando-se que a investigação proposta assegura o consentimento informado e a segurança dos participantes” (Bogdan & Biklen, 1994)

<sup>16</sup> Segundo Teresa Haguete (1990, p.75) “A entrevista pode ser definida como um processo de interação social entre duas pessoas, na qual uma delas, o entrevistador, tem por objectivo a obtenção de informações por parte do outro, o entrevistado. As informações são obtidas através de um roteiro de entrevista, constando de uma lista de pontos ou tópicos previamente estabelecidos de acordo com uma problemática central e que deve ser seguida”

<sup>17</sup> Gomes também refere que as garantias éticas são imprescindíveis para a validade da pesquisa empírica, “De facto, é preciso sublinhar que sem a conquista de confiança daqueles que se pretende investigar (indivíduos, grupos, organizações, instituições) através, justamente, de garantias éticas e deontológicas, tais como, por exemplo, o anonimato, a confidencialidade, o consentimento informado, o respeito pela privacidade e segurança dos participantes nas pesquisas (...)” (2006, p.8). De acordo com o código deontológico da Associação Portuguesa de Sociologia (APS) respeitei a alínea 8, que refere que “(...) Devem, nomeadamente, salvaguardar o direito das pessoas à privacidade e ao anonimato, bem como respeitar a confidencialidade de informação e resultados, em todas as situações em que em que ela tenha sido acordada.”

<sup>18</sup> É necessário que os princípios éticos sejam assegurados e respeitados para que assim “o investigador não possa causar-lhes qualquer tipo de transtorno ou prejuízo” Bogdan e Biklen (1994)

temática”. Todas as outras associações foram contactadas mais de uma vez reforçando também o pedido com novo envio de *e-mail*, conseguindo assim uma resposta.

Este contacto foi conseguido via chamada telefónica tendo a duração de uma hora e quarenta e três minutos – contacto efetuado em dezembro de 2020 – no decorrer dessa conversa foram explicados os objetivos do estudo e o que pretendíamos com a Associação. A técnica da Associação explicou qual o papel da instituição com a mulheres cuja atividade era o comércio sexual esclareceu também quais os seus métodos de intervenção neste contexto social. No entanto, a técnica afirmou que seria impossível eu estabelecer contacto com as mulheres a que a associação dava apoio, dando assim a possibilidade de entrevistar técnicos da associação que trabalhassem diretamente com estas mulheres. Foi então necessário entrar em contacto com o orientador da dissertação, e falar sobre esta proposta. Assim, em consenso com o orientador fizemos uma ligeira alteração ao plano de investigação. Neste seguimento, optamos por entrevistar as técnicas<sup>19</sup> pois reconhecemos que estas possuíam conhecimentos e práticas adequadas para intervir nos problemas identificados.

No final desta conversa ficou estabelecido que era necessário agendar reunião com o orientador de tese, a investigadora e a técnica. Chegando a um acordo de datas, e assim teríamos o apoio da associação para fazer a ponte entre a investigadora e o resto dos técnicos da Associação, tivemos a nossa primeira reunião, em janeiro de 2021, via plataforma digital. Ficando assim estabelecido que iria entrevistar técnicos nas diversas áreas desde a diretora da Associação, uma assistente social, um psiquiatra, um juiz e três monitoras, agendamos a data de entrevista para fevereiro.

Entre esta reunião e a entrevista foi elaborado em consenso com o orientador o guião<sup>20</sup> de entrevista A ([anexo IV](#)). Uma semana antes da entrevista a técnica entrou em contacto comigo para informar que seria também impossível fazer entrevista aos participantes que sugeriu<sup>21</sup>, pois, achou que a entrevista dela seria suficiente, havendo assim uma resistência à investigação por parte da

---

<sup>19</sup> Nesta reviravolta na seleção do público-alvo foi necessário garantir que estas “assegurem uma relação íntima destes com a experiência que se quer descrever e analisar” (Rousseau & Saillant, 2009, p. 149)

<sup>20</sup> O guião de entrevista é um instrumento para a recolha de informações na forma de texto que serve de base à realização da entrevista propriamente dita. No que respeita à sua elaboração, as questões do guião foram devidamente elaboradas a partir de conceitos e dimensões abordadas na temática em estudo. Relativamente à estrutura do guião, este deve conter uma breve apresentação, na qual nos introduzimos, bem como o estudo, onde de forma sucinta explicamos os procedimentos éticos da instituição de ensino. Depois de registada em formato digital, a informação recolhida pela entrevista é tratada com vista à sua análise e à apresentação das conclusões. Em suma, a elaboração de um guião permite numa fase posterior, perceber as diferenças existentes entre as pessoas e os motivos dessas diferenças, ou seja, após a descrição de uma dimensão, reúnem-se condições para proceder à sua comparação e explicação. Esta técnica de recolha de dados foi utilizada nos dois guiões de entrevista. Cada guião teve como objetivo conhecer o papel das entrevistadas nas respetivas associações, a visão sobre a prostituição e a prostituição vista como trabalho sexual, compreender quais os riscos para as próprias mulheres e os seus filhos/filhas e quais os apoios sociais facultados pela associação.

<sup>21</sup> Sendo este um constrangimento que mudou a minha pesquisa empírica Carlos Gomes afirma que em muitos estudos os participantes da pesquisa estabelecem restrições “Muitas vezes, mesmo quando a investigação é autorizada, tal permissão é, desde logo, enquadrada num conjunto de exigências e restrições: o anonimato das instituições e dos participantes na pesquisa, a confidencialidade das respostas, a proibição de utilização de certos métodos ou técnicas de recolha de dados, as restrições de acesso a atores-chaves da investigação, etc.” (2006, p.10)

Associação. Nessa conversa telefónica tentei explicar a importância da participação de todos para o estudo, mas continuou a ser negado. Depois de um contacto de dois meses, com esta Associação só foi possível realizar uma entrevista, em fevereiro de 2021, optando por entrevistas via online, com recurso a uma plataforma digital de videoconferência. Técnica que já tinha sido empregue na primeira reunião formal com a Associação devido à situação atual de pandemia.

▪ **3ª etapa – Alargar o campo de investigação:**

Havendo assim uma reviravolta no estudo empírico, iniciando outra vez o contacto a outras Associações. Houve uma Associação que respondeu ao nosso pedido e disseram que estavam disponíveis, no entanto depois de contactos posteriores para agendamento de reunião nunca mais obtivemos resposta.

A segunda Associação que aceitou participar no estudo depois de e-mail – enviado em abril de 2021– e contacto direto entre o orientador de tese e as técnicas da Associação, foi agendada uma reunião de esclarecimento sobre o estudo – em maio de 2021. Aceitaram assim fazer entrevista que só se realizou em junho de 2021, devido a contratempos da Associação. Esta entrevista foi feita a duas dirigentes, via online, com recurso a uma plataforma digital de videoconferência, tendo por base um guião de entrevista B ([anexo V](#)).

No decorrer da primeira reunião com a Associação foi dado o contacto de um grupo de trabalhadoras do sexo que estariam dispostas a participar na pesquisa empírica. Através da ligação entre a Associação e o grupo entrei em contacto com as mesmas explicando o objetivo do estudo. A trabalhadora do sexo mostrou interesse pelo tema e solicitou envio de e-mail com anexo da nota de divulgação. Depois do envio do *e-mail* não houve resposta por parte das mesmas, entrando assim outra vez em contacto com a trabalhadora do sexo a qual me informou que não podiam aceitar participar na pesquisa porque não concordavam com o nome que foi dado à sua atividade “prostituição”, pois são um grupo que se identifica sim com a denominação de trabalhadores do sexo, pois querem legalizar a atividade e acham que a outra designação facilita a sua estigmatização e rejeição social. Foi explicado que o estudo não era para tomar partido por nenhum dos conceitos, nem estigmatizar a atividade, mas sim dar voz às próprias trabalhadoras do sexo. No decorrer desta conversa que teve uma duração de duas horas e trinta minutos a trabalhadora do sexo alertou para várias situações, destacando dois: a falta de apoio e de direitos que se agravaram com a pandemia afirmando também que as crianças estão em risco porque as mães estão em risco.

Concluindo assim que o método qualitativo foi o mais fiável devido a todos limites (recusas, adiamentos e pandemia) encontrados ao longo da investigação. Foram realizadas duas entrevistas, posteriormente transcritas ([anexo VI](#)), a três técnicas que tivessem contacto direto com este contexto social. Optando pela metodologia qualitativa aplicando o método do estudo de caso, sendo esta, a abordagem mais adequada com vista a uma ampla compreensão do fenómeno da pesquisa na sua totalidade.

Importante referir que em conjunto com o orientador assisti a uma tertúlia ([anexo III](#)) organizada pela UMAR (União de Mulheres Alternativa e Resposta) sobre o “Trabalho Sexual, Migrações, Combate ao Tráfico: experiências e reflexões críticas”. Esta tertúlia foi dinamizada por um grupo de pessoas envolvidas no estudo destes fenómenos: dois investigadores, dois representantes da solidariedade imigrante e uma trabalhadora do sexo.

Assisti a esta tertúlia no quadro da estratégia de investigação adotada, na qualidade de investigadora, com o objetivo de recolher dados úteis para a análise. Obtivemos o testemunho de duas trabalhadoras do sexo. A primeira fazia parte dos oradores da tertúlia; já a segunda fez uma muito significativa intervenção no final da sessão, contando um pouco da sua história de vida e partilhando os problemas com que se confronta no seu dia a dia. A primeira trabalhadora do sexo reconhece que o termo acompanhante é mais utilizado para descrever a atividade que faz e no meio em que se encontra (optando por não revelar a sua identidade). Mencionou que é imigrante e chegou à Europa com 22 anos, aprendeu a trabalhar sozinha e utiliza a *internet* para trabalhar. Contou ainda, que viveu 5 anos no Dubai e descreve esta experiência como desgastante, afirmou que tinha muito medo, temia pela sua segurança individual e sexual, no que diz respeito às doenças sexualmente transmissíveis. No final houve a possibilidade de colocar questões em que uma outra trabalhadora do sexo quis intervir contando também um pouco da sua história de vida. Esta interveniente não teve problemas em revelar a sua identidade, deixando bem claro que não tinha problemas com a denominação da atividade como prostituição, dizendo que não era isto que lhe fazia diferença. No ponto de vista da minha problemática a senhora retratou diversos aspetos já abordados, fez relatos da violência exercida contra estas mulheres, a estigmatização, a exclusão, e o não reconhecimento. Expôs que foi vítima de violência doméstica, e, por ser prostituta, foi humilhada em tribunal, e vítima, bem como os seus filhos, vítima de perseguição por parte do agressor. Referiu ainda que durante dois anos não exerceu a atividade devido à crise pandémica e disse que não teve apoios, não conseguiu ajuda por parte da segurança social porque não tem direitos.

De certo modo, a participação neste debate como investigadora com o objetivo de recolha de dados compensou a impossibilidade de aceder às próprias. Esta forma de recolha de informação ajudou a aumentar o conhecimento sobre a temática e a olhar para aspetos a ter em atenção quando falamos de trabalho sexual.

### **3.2. Apresentação e análise de dados (entrevistas)**

A análise das entrevistas foi organizada com base num conjunto articulado de dimensões de análise inspiradas na análise teórica do fenómeno do comércio sexual, estando, também conectadas com as temáticas inscritas no guião de entrevista, procedimentos estes que visaram facilitar a análise dos dados.

A apresentação das dimensões está organizada da seguinte forma: está destacado a *itálico* as passagens do discurso que considero mais relevantes e significativas para a natureza do trabalho. Também para uma melhor compreensão das dimensões codifiquei a entrevista A, como **instituição**, tendo como participante a entrevistada 1. Já a entrevista **B** foi codificada como **organização política** participando nesta entrevista as entrevistadas 2 e 3. Tendo como objetivo facilitar a leitura da análise do trabalho.

**Dimensão 1** – Visões/perspetivas sobre a prostituição convencional e prostituição vista como trabalho sexual

#### **Instituição**

*“(...) prostituição onde alguém tem que fazer algo que não deseja, mas porque o outro deseja e então paga para fazer algo que tem tanto a ver com a nossa intimidade, com a nossa saúde física e mental.”*

*“(...) houve uma altura em que até mudámos o conceito porque a nossa experiência mostrou-nos que o conceito não era o mais correto.”*

*“(...) práticas sexuais homo ou heterossexuais com diversos indivíduos a troco de remuneração, dentro de um sistema organizado (...)”*

*“na prostituição, a vivência da sexualidade não é de uma forma saudável, é de uma forma em que alguém utiliza o outro como se fosse um objeto (...)”*

## **Organização política**

“Até onde eu sei no que diz respeito à *prostituição versus trabalho sexual há a ideia de que a prostituição seria uma das atividades do trabalho sexual*, a prostituição como se fosse uma espécie do género do trabalho sexual, mas também há uma perspectiva dos posicionamentos diante dessa atividade então se eu defendo o agenciamento dessas mulheres claro que a gente também *não pode pensar no trabalho sexual a tratar as mulheres como um grupo homogêneo*, como uma coisa só. Vai ter trabalho sexual atrelado ao tráfico de seres humanos? Vai! Mas aqui estamos nos referindo, até a autora X fala nisso na palestra que ela dá, refere-se a um *trabalho livre, consentido e praticado entre pessoas maiores de idade.*” (E2)

“Quando ela usa isso para *ganhar dinheiro e para sobreviver, quando ela usa dos seus corpos e não estou a dizer que é um assunto pacífico* não e às vezes eu entro em conflito comigo e aí gostava de ter o meu corpo sendo vendido? No entanto, *sabendo da existência disso enquanto trabalho enquanto pessoas que ganham a vida com isso há quem se refira ao trabalho sexual já a prostituição é uma coisa que acaba por ser atrelado às vítimas às mulheres que são prostituídas que são exploradas nesse sentido.*” (E2)

“Eu refiro-me o *trabalho sexual às trabalhadoras do sexo porque elas exercem um trabalho elas recebem por isso embora muitas vezes precariamente* as condições de trabalho dela sobretudo por causa do reconhecimento falando do contexto do grupo que está em contacto com a gente.” (E2)

“(…) nós quando falamos de trabalho sexual ou mesmo prostituição nos coloca ou nos leva no nosso imaginário para uma determinada forma de trabalho sexual de *relações sexuais deste tipo.*” (E3)

“Isso é muito claro quando olhas para aquilo que é, portanto, o trabalho da Associação ou as suas ações neste âmbito e doutras Associações *a palavra que utilizam e isso desde logo já reflete o posicionamento das próprias organizações relativamente às mulheres trabalhadoras.*” (E3)

“Se nós *tentamos criminalizar esta atividade o que é que acontece as pessoas que trabalham nesta área estamos a persegui-las* provavelmente estamos a *trazer-lhes ainda mais problemas.* Porque depois já há conhecimento nesta matéria pois os países onde se atua do mesmo modo percebe-se que as *trabalhadoras e os trabalhadores do sexo não ficaram em melhor situação muito pelo contrário viveram situações de maior violência tiveram mais dificuldades não estamos a fazer melhor por elas.*” (E3)

## **Síntese reflexiva**

É notório que a visão sobre a prostituição convencional e a prostituição vista como trabalho sexual é diferente nas duas entrevistas. Na instituição compreendemos que a entrevistada 1 considera prostituição como uma atividade que se movimenta em troca de dinheiro, algo que muitas vezes a pessoa que pratica não quer muito por conta do que esta refere como “sistema organizado” (proxenetas), sendo que esta atividade vai refletir-se negativamente na sua saúde física e psicológica. Já na organização as entrevistadas consideram que seja um ato sexual em troca de dinheiro, no entanto é um trabalho livre entre pessoas. Fazem também a distinção entre trabalho sexual e prostituição, o primeiro conceito consideram que seja um trabalho, já o segundo afirmam ser um conceito que se atribui às vítimas. Apoiam a legalização da atividade, pois apesar de concordarem com a denominação do trabalho sexual sabem que quem pratica vive em condições precárias, achando assim que com a legalização as trabalhadoras do sexo iriam ter benefícios. Do ponto de vista dos objetivos do trabalho foi importante compreender quais as diferenças entre os dois conceitos para uma melhor análise de conteúdo.

## **Dimensão 2 – Causas/fatores sociais do ingresso no mundo da prostituição**

### **Instituição**

“(…) e no fundo o que eu percebia é que as histórias de vida não eram diferentes de centenas de outras que ouvi depois. *Havia muitos fatores padrão nas histórias de vida das mulheres prostituídas (…)*”

“(…) não vamos à questão fundamental que é ajudar a acabar com um problema que é *ferre severamente os direitos humanos e que escraviza e destrói milhares de jovens, crianças e meninas e pessoas que se veem numa situação de vulnerabilidade e se prostituem.*”

“Há *vários, motivos há várias causas*, mas no fundo a prostituição é uma violência grave (…)”

“Há um psicólogo que trabalhou conosco há muitos anos que dizia a *entrada na prostituição no fundo para algumas delas, como algumas nos diziam o “dinheiro limpam-me as lágrimas”, no fundo as violências foram tantas que ir com um homem e daqui a bocado ter o dinheiro rapidamente na mão, pelo menos havia uma compensação (…)*”

“(...) *coisas graves e traumáticas que se passaram na sua infância, na sua adolescência.*”

“A grande questão aqui é as causas que levam *tantas mulheres à situação de vulnerabilidade* mulheres, homens, crianças que levam a num determinado momento da sua vida alguém as recrute, *até uma amiga que diz que também faço isto não sei o que é que te posso dizer mais só se quiseres vir comigo.* A instituição defende que se *deve combater as causas* que levam tantas pessoas em situação de vulnerabilidade sejam recrutadas para a prostituição.”

“(...) *problemas de toxicodependência* em que primeiro é preciso tratar desse problema fundamental que *muitas vezes foi esse problema que as levou à pratica de prostituição foi arranjar dinheiro rapidamente para a droga.*”

“Estou-me a lembrar de um caso concreto de uma mulher *traficada* e que hoje está ótima com o marido e com os filhos e têm sido todos eles uns lutadores e está integrada cá em Portugal e os filhos já são todos portugueses e *veio de uma situação muito complicada de tráfico na Nigéria*”

### **Organização política**

“Elas conhecem a existência do *tráfico* inclusive algumas delas *vieram traficadas ou tiveram um período disso* não falam sobre, mas *sabem da existência e saíram disso não concordam com isso.* Novamente aquela ideia do trabalho sexual ser livre, consentido e exercido por pessoas maiores de idade. Marcou-me muito elas não falarem sobre o tráfico não falarem por medo e por uma série de coisas.” (E2)

“Ela traz esta questão de haver mulheres que sabem que entram nas *redes de tráfico, já são trabalhadoras do sexo não são inconscientes* relativamente a isto e *entram nas redes de tráfico para eventualmente encontrar contexto onde estão mais protegidas ou porque vão beneficiar de maiores vantagens económicas* seja o que for, mas que se evoluem muitas vezes nestas redes de tráfico nessa busca.” (E3)

### **Síntese reflexiva**

Esta dimensão teve como objetivo compreender mais sobre a prostituição e as histórias de vida de quem pratica esta atividade. Na instituição a entrevistada 1 defende que há muitos fatores que levam muitas mulheres a optar por esta atividade, no entanto há causas que são mais predominantes. A entrevistada 1 expõe que muitas vezes estas pessoas estão inseridas em contextos de



vulnerabilidade, foram expostas a coisas graves que se passaram na sua infância e na adolescência, acrescenta que além deste fator, o dinheiro é uma das principais razões para a entrada neste mundo. Afirmando que é uma maneira fácil de ganhar dinheiro, como, por exemplo, ganhar dinheiro rápido para sustentar o consumo de substâncias aditivas. A instituição defende que se deve combater as causas que levam à atividade, como, por exemplo, a toxicodependência, ou seja, deve-se primeiro resolver este comportamento aditivo. Havendo assim, uma causa em comum nas duas entrevistas, o tráfico. Na organização política, a entrevistada 2 afirma que quem pratica a atividade tem conhecimento do tráfico e saíram deste contexto perigoso, contudo concorda que se o trabalho sexual fosse uma atividade livre e consentida as trabalhadoras iriam falar sobre as redes de tráfico, mas não o fazem por medo de represálias por exercerem a atividade. Já a entrevistada 3 chama a atenção para a mulheres que têm consciência sobre as redes de tráfico e entram nas redes para encontrar mais vantagens económicas, porque já eram trabalhadoras sexuais antes de entrarem.

### **Dimensão 3 – Implicações para os seus filhos**

#### **Instituição**

“Foi assim, que em Portugal, como eu digo o código penal as mulheres eram sujeitas antes de 1983 a *medidas de prisão*, chamadas de medidas de segurança, que podiam ir de três meses a três anos, a maior parte delas *cumpria os 3 anos porque depois não tinham condições cá fora* para fazer outra coisa. *Não havia possibilidade de reinserção social, ficavam lá, vinham para fora, voltavam a ir presas, voltavam a sair, tinham filhos que deixavam em amas.*”

“(…) mais crianças que ficavam muitas vezes sem a mãe e *entregues um pouco, às vezes quase a desconhecidos*”

“*como é que eu faço para ter médico para o meu filho?*”, “*como é que eu faço porque o meu filho ainda não está registado?*”

“(…) *a ama dos filhos é paga ao dia* e é assim que o dinheiro que se faz num dia gastasse nesse dia (…)”

“Por exemplo uma mulher que tenha filhos, *encontrar uma creche ou um infantário* onde ela pague mediante o que ganha, portanto, *em vez de estar a pagar uma exorbitância* numa ama privada a pagar

ao dia, não o vai fazer, mas sim pagar consoante aquilo que ganha, consoante o seu subsídio de inclusão.”

“(…) *a importância que é elas passarem ao filho em vez de passar a tarde toda a ver novelas ou a ver desenhos animados* de que forma é que podemos ajudá-la a que a própria criança que está com ela (…)”

“(…) mas a grande questão é quando é *uma mulher sozinha com um ou dois filhos tudo se complica a nível de não haver uma figura parental muitas vezes filhos de mais que um homem* em que ela de repente se sente assoberbada e é aí que nós também temos que ajudar com as crianças com o ter que cuidar o *ter de ser protetora, de ser educadora.*”

“(…) porque no fundo na prostituição *vive-se uma vida sem planos para futuro* não se sabe o que vai acontecer amanhã *quem é que quer para os seus filhos ou para as suas filhas uma profissão onde a probabilidade de ser magoada de ser violada de ser violentada de ser espancada é superior a qualquer outro trabalho* (…)”

“(…) mas *ter uma criança é um plano muito longo porque temos ali alguém que depende de nós que nós temos responsabilidade* e é esta questão que temos que ver com elas porque enfrentam questões realmente difíceis (…)”

“(…) quando *nasceu o filho foi o marco para mesmo as drogas e a prostituição desaparecerem da vida dela quer dizer o centro dela é aquela criança que já cá está.*”

“(…) mas aqui temos que pensar que *há vários fatores de vulnerabilidade acrescidos* não é só a questão de haver uma mãe solteira com um filho até ser mãe solteira por opção e consegue orientar a sua vida perfeitamente aqui tem a ver com *todos os outros fatores presentes na história de vida das mulheres não é só por ter um filho.*”

“(…) não é fácil se *não há família de retaguarda* para ficar quando as crianças ficam com constipações (…)”

“Aqui a grande questão que se pode colocar é a *falta de apoios de retaguarda a falta de ter alguém em que uma pessoa sinta confiança* para dizer que aconteceu algo e que não posso mesmo faltar *ficas com a criança* (…)”

“(…) estou a falar de mulheres estrangeiras por exemplo vêm para o nosso país com o filho e trazem mais alguém da família e depois é *essa mulher que diz que trabalha nas limpezas e que se prostitui*

*numa casa fechada para a mãe que fica com o filho não saber, mulheres que estão na prostituição separam normalmente para a família de retaguarda que apoia e o filho não se aperceberem da situação que ela vivencia claro que escondem sempre que estão a fazer prostituição ao filho e as pessoas de família que tem cá. Há uma questão que é não é propriamente a ausência porque se for preciso elas até vão todos os dias à ama ver a criança, mas há situações em que o facto de o álcool as drogas estarem no meio disto (...)*

*“Isto tem a ver com a cultura, mas nós temos de dizer não! Tu vieste para a europa estás num país onde meter piripiri na vagina da menina porque se portou mal é de maltrato não o podes fazer. Vai havendo evoluções, nós temos lá uma rapariga agora que fechava a filha quando a filha tinha sido malcriada, na casa de banho e fechava a porta para a miúda não conseguir abrir a porta e era uma berraria de todo o tamanho a miúda do outro lado aos gritos (...)*”

*“Por exemplo ajudar as mulheres que tem filhos na idade escolar a importância de irem à escola de não faltarem à reunião de pais de fazerem o acompanhamento das crianças.”*

*“Como por exemplo uma rapariga que esteja na toxicoddependência a consumir vai parar a uma maternidade e sem ter atenção aquela criança alem que aquela criança também pode já nascer com dependência e tem de ser tratada clinicamente (...)*”

### **Organização política**

*“Não é que por exemplo uma pandemia estas pessoas sejam completamente esquecidas elas e das suas famílias porque há crianças há famílias inteiras envolvidas e que de alguma forma não estão protegidas pelo nosso sistema. Inclusivamente esta última situação em que há uma trabalhadora que morre e até para morrer nós precisamos de atuar porque a família não consegue reaver o corpo.” (E2)*

*“Eu penso em todos os direitos que eu enquanto mãe tenho como garantidos através da segurança social estas mulheres não poderão ver garantidos esses direitos enquanto mães. Eu estou a falar colocando-me na situação claro que há coisas que me escapam, mas estes momentos em que precisamos de assistir os filhos e as filhas por doença seja porque for como é que nós vemos os direitos garantidos. Se eu por exemplo como mãe já encontro uma série de problemas naquilo que é a conciliação laboral, pessoal já encontro uma série de problemas neste âmbito de conciliação. Pessoas que não veem reconhecido o seu trabalho cujo trabalho tem um estigma, uma carga muito negativa, como é que será depois no dia-a-dia para podermos conciliar a vida familiar, profissional, pessoal para as trabalhadoras do sexo. Por exemplo, a gestão de horários, portanto para poder gerir o meu trabalho*

*e a assistência e o cuidado dos filhos e das filhas. Estou a pensar no tempo da pandemia em que eventualmente eu poderia ter beneficiado se tivesse recorrido a ele de um apoio com o direito a estar em casa a assistir o meu filho e não trabalhava faltava ao trabalho, mas esta falta era compensada pelo apoio existente através da segurança social. Estas pessoas não têm como recorrer a estes apoios, não me estou a recordar de mais nada, mas já isto quer dizer muita coisa só isto no nosso dia-a-dia é assustador. Eu própria já tenho uma dificuldade em lidar e fazer conciliação quanto mais as trabalhadoras.” (E3)*

*“(…) por ser uma atividade socialmente estigmatizada como isso pode ser nas relações das crianças e se isso pode prejudicar de alguma forma ou não infelizmente as relações sociais ou convívios dessas crianças realmente eu não sei, mas veio-me à cabeça e isso não deveria acontecer.” (E2)*

*“E lembrei-me com aquilo que disseste que as mães estão em risco os filhos também estão com o facto se eventualmente nós cortarmos com a possibilidade de estas trabalhadoras ganharem o seu dinheiro higienizando ruas seja o que for e daí ter sido um grupo tão afetado na pandemia porque ao pararmos com tudo, mulheres que não têm apoio algum por parte do Estado não têm forma de ganhar dinheiro ficam sem comer, mas também ficam sem comer as suas famílias de quem elas dependem afeta exatamente, se as mães correm risco os filhos e as filhas correm também.” (E3)*

### **Síntese reflexiva**

Nesta dimensão é evidente que todas as entrevistadas reconhecem que as crianças filhos/as de mães que pertencem a este contexto social estão em risco, pois, como foi referido por uma trabalhadora do sexo, se as mães estão em risco os filhos/as também estão. Na entrevista da instituição, a entrevistada faz referência ao percurso desta atividade dizendo que antigamente era uma prática criminalizada, dizendo que as mulheres eram presas e os filhos ficavam ao cuidado das amas. Estas amas são, muitas vezes, mulheres que já praticaram a atividade. A entrevistada 1 garante que as prostitutas pagam muito dinheiro para manter as crianças em amas. Sustenta esta afirmação dizendo que isto ocorre porque não têm conhecimento dos seus direitos, nem dos direitos dos filhos; outra razão apontada é que as mulheres não querem contar/revelar aos seus familiares e filhos que são prostitutas, por isso procuram apoios no meio onde estão inseridas. Refere ainda que estas mulheres são, maioritariamente, mães solteiras, sem saberem quem é o pai dos seus filhos, tendo, por vezes, filhos de mais de um homem.

Na entrevista da instituição, a entrevistada 1 dá exemplos concretos sobre o apoio prestado a estas mulheres mostrando, assim, as implicações para as mesmas. Optam por ensinar a importância do afeto e da partilha, a importância de ir à escola e de fazer o acompanhamento dos filhos. Apoiando esta intervenção, pois acha que nesta atividade há fatores de vulnerabilidade acrescidos, não é só por ser mãe solteira, não há família nem apoio de retaguarda, a entrevistada dá o exemplo das crianças ficarem doentes e não terem ninguém de confiança para deixar as crianças. Dá exemplo de histórias que as próprias mães contam como é o exemplo colocar piri-piri na vagina como forma de castigo, ou utilizando outros métodos de castigos mais severos, que podem fazer com que as crianças lhes sejam retiradas. Salienta por último os problemas de toxicodependência que podem ter consequências no desenvolvimento do feto. A entrevistada 1 conclui que é uma atividade instável sem planos para o futuro elas enfrentam questões muito difíceis.

Na entrevista da organização a entrevistada 2 faz uma chamada de atenção se é uma atividade estigmatizada e questiona até que ponto não prejudica as crianças nas suas relações sociais. Mais uma vez a entrevistada 3 faz referência aos problemas que a pandemia trouxe na vida destas mulheres, e, conseqüentemente, nos seus filhos, afirma que foram esquecidas pelo sistema, porque não conseguem ver os seus direitos garantidos, pois durante a pandemia o Estado apoiou as famílias a nível monetário para poderem estar com os filhos. No entanto, como não é uma atividade regulamentada estas mulheres ficaram sem ganhar dinheiro e com problemas a nível da alimentação, com dificuldades para alimentar os seus filhos. As entrevistadas garantem que estas mulheres não veem garantidos os seus direitos enquanto mães, não conseguem assistir os seus filhos por doença, têm dificuldades em conciliar a atividade com a vida familiar, dando o exemplo de gestão de horários pela entrevistada 3. Esta mesma entrevistada considera assustadoras estas situações, justificando que estas pessoas são esquecidas pelo sistema e não têm acesso aos seus direitos como todas as outras pessoas. Outro aspeto que sublinham é a dificuldade em conciliar a sua atividade com a vida familiar. A entrevistada 3 dá o exemplo da gestão de horários. O propósito desta dimensão de análise é conseguir dar resposta aos objetivos do estudo.

#### **Dimensão 4** – Implicações para as prostitutas e para as trabalhadoras sexuais

##### **Instituição**

“(…) na *prostituição o dinheiro ganhasse ao dia e gastasse ao dia*, muitas delas nem sabem quanto é que ganharam, nem nesse dia, nem nesse mês, nem na última semana, *o dinheiro na prostituição passa pelas mãos das mulheres e é absorvido pelo aquilo que nós chamamos de todas as formas de proxenetismo.*”

“*O proxenetismo organizado assume várias formas desde a venda de produtos a prestações*, desde a venda de bilhetes de avião para virem de um país de onde vêm traficadas para cá, um bilhete de 1000€ acaba por ficar a 5000 ou em 10.000, desde a venda de medicamentos, *portanto há toda uma série de formas de proxenetismo que no meio prostitucional se organizaram para retirar o dinheiro à mulher.*”

“(…) *muito desconhecimento dos seus direitos por muito poucos que fossem o desconhecimento dos seus direitos*”

“Era importante haver um espaço onde as mulheres pudessem vir transitoriamente até encontrarem uma outra habitação, mas retirá-las entre aspas, elas é que querem sair, não somos nós que retiramos ninguém, mas se puderem sair do meio prostitucional, porquê? *Porque no meio prostitucional muitas vezes dormiam no bairro em quartos de pensão, prostituíam-se no mesmo bairro, nas pensões de passe praticamente não saiam ali do bairro, tudo à volta delas está, havia uma gestão e as próprias estruturas estavam montadas para, no fundo, a mulher fazer tudo ali*, quando precisava de ir para um hospital metia-se num táxi e ia para uma urgência do hospital, portanto *sem nenhuma noção dos seus direitos* de ter médico de família, fazer a prevenção da doença em vez de estar sempre a correr para o hospital quando está doente, ou seja, cuidar de si em relação à prevenção no que diz respeito à sua saúde, portanto uma série de questões que fomos percebendo que era importante retirá-las no fundo desse meio.”

“(…) *se não houve tantos clientes até se fica a dever à senhora da pensão, ao senhor da tasca do lado, ao homem que vende o tabaco, ao outro que vende o álcool, ao traficante de droga, ficasse a dever, mas eles sabem que ela se prostitui hoje e amanhã e, portanto, vão criando uma série de dívidas dentro daquele próprio meio.*”

*“(...) mas o facto de continuar e a permanecer na prostituição é muito desorganizador para as mulheres (...)”*

*“Muitas delas nunca na vida tinham feito descontos para a segurança social (...)”*

*“Porque muitas vezes não têm família retaguarda não têm ninguém que as apoie (...)”*

*“(...) há muito preconceito em relação a esta situação (...)”*

*“(...) o facto de eu ter uma mulher que estava com um companheiro que a maltrata de ela fugir dele, mas ele até sabe onde é o jardim em que ela está tenho que organizar as coisas de forma a tentar a ela a ir para outro jardim em que ele não saiba onde é que ela está.”*

*“(...) as causas que as levaram à prostituição muitas vezes deixaram marcas muito profundas a todos os níveis de organização interna, do seu bem-estar emocional e físico, portanto manifestam claramente problemas de depressão, de stress pós-traumático, questões muitas vezes em que se mostram agressivas e aquilo é apenas uma fachada porque elas dizem “as pessoas olham para nós como se nós metêssemos nojo e nós metemos uma carapaça para estarmos aqui duras.”*

*“(...) depois é por isso que muitas delas procuram no álcool e nas drogas uma forma de alhearem da violência do dia-a-dia, mas as mulheres apresentam várias questões que são importantes.”*

*“claro que problemas exteriores a ela, há um grave que se já todas ou a maioria delas passa por esse problema grave que é a questão da habitação (...) não tem direito a apoios sociais (...) muitas vezes terem de viver com o filho numa única assoalhada.”*

*“As mulheres prostituídas, as mulheres que nos pedem ajuda têm uma panóplia de questões quer com questões externas a si próprias quer questões do seu interno”*

*“(...) e no fundo muitas questões ligadas ao relacionamento interpessoal à forma como se olha para o outro porque as vivências que tiverem durante o tempo de permanência na prostituição deixaram marcas e marcas profundas na forma como se olha para o homem.”*

*“(...) a questão do ciúme o de acharem que um casal sem ciúme é porque ali há qualquer coisa e depois deixam-se muitas vezes estar em situações tóxicas em situações de agressividade só porque no início acharem muita graça ele querer ver as mensagens que ela trocava com A, com B ou com C, depois já não acham graça nenhuma quando a situação chega à situação de violência.”*

## **Organização política**

“É importante esta *necessidade de ser reconhecido porque se não é reconhecido uma série de direitos vão ser deixados de lado*, fora o estigma social que é permanente que volta aquela ideia da mulher “Bela e recatada do lar” quando ela vai de contra a tudo isso e ela usa o sexo que é uma coisa que sempre colocada em relação à procriação ao não prazer a uma série de coisas.” (E2)

“Temos estas pessoas a viver estas realidades *cujos direitos não são garantidos* e se eventualmente há propostas de lei para criminalizar esta atividade o que é que nós estamos a fazer a estas pessoas porque para já em *Portugal não há uma lei que criminalize ou legalize esta atividade, parece que não existe.*” (E3)

“*Suborno por parte das forças policiais*, no exercício da atividade eles dizem que ou elas pagam ou saem daquele local, quando provavelmente se a atividade fosse legalizada isso não ia acontecer. Isto é uma *tentativa de tirar as mulheres da atividade* acho que posso falar de uma *política de higienização* em determinadas regiões e isso foi muito interessante no período da quarentena em que o *confinamento impediu de elas estarem nas ruas e aí entrava a parte da chantagem por parte da polícia porque estavam a fiscalizar*. Foi interessante para quem está no governo seja na cidade, seja na freguesia manter esse afastamento que mesmo a nível nacional as zonas verdes tendo sido liberadas eu acho que são essas zonas que podem acontecer o trabalho, mas mesmo podendo a nível federal *em algumas freguesias em alguns lugares eles dificultavam esse retorno para as ruas*. Porque já que eles conseguiram tirar essa atividade da rua vamos tentar manter assim, atrelada ao perigo ao malvisto. Penso também nas *próprias violências que eventualmente podem sofrer ou não denunciam e se forem denunciar são descredibilizadas imagina se a nossa voz é calada em situações de não trabalho* você imagina eu ir fazer uma denuncia de violência enquanto exercia o trabalho sexual eles iam dizer “não é o seu trabalho?”, “você não é paga para isso?” então gira muito em torno disto.” (E2)

“O facto de *não haver legalização de proteção* deixa que *as hierarquias, os poderes funcionem de forma muito mais perversa (...)*” (E3)

“Se eventualmente se tentam livrar também correm riscos e determinados perigos. *Esta questão das violências também são tanto no trabalho como na sua intimidade* também é interessante trazer para cima da mesa, porque o *estigma* a que estão sujeitas *às relações eventualmente de confiança que têm eventualmente esta ideia de que só podemos confiar nestas pessoas*. Estas pessoas com quem temos *relações íntimas de proximidade eventualmente pensam que só podem contar com aquelas pessoas e*



tudo fazem para garantir essa relação de confiança *então se essas pessoas próximas também são violentas para com as trabalhadoras é difícil cortar essa relação.*" (E3)

### **Síntese reflexiva**

Todas as entrevistadas mencionaram que o estigma e a violência física e psicológica são os fatores mais condicionantes e de potencial risco para estas mulheres. Na instituição outros motivos apontados pela entrevistada 1 foram a dificuldade de organização e estabilidade financeira, assegurando que são muitas vezes provocadas pelas diversas formas de proxenetismo, afirmando que todas elas são uma forma de retirar dinheiro à mulher. Indica a falta de gestão económica, dando um exemplo concreto de estas ficarem a dever porque não fazem tantos clientes concluindo que leva a uma desorganização das suas vidas. A entrevistada 1 reconhece que estas mulheres têm desconhecimento dos seus direitos, salientando que estes são poucos. Menciona também que estas estão muitas vezes sem família de retaguarda, que são vítimas de violência por parte dos companheiros e clientes, com histórias de vida de violência física e emocional. A entrevistada dá exemplos concretos como a depressão e o stress pós-traumático, situações que muitas vezes as levam ao consumo de estupefacientes. Na organização política as entrevistadas focam-se mais na falta de direitos dos trabalhadores do sexo dizendo que em Portugal a atividade não é ilegal, mas também não é legal, e parece que não existe. Destacaram também o abuso de poder por parte das autoridades, principalmente as forças de segurança, expondo que esta atitude agravou durante a pandemia. Referindo que estes acontecimentos levam a que elas tenham medo de fazer queixa de situações de violência, e não falam com medo da estigmatização e de possíveis represálias. Apontam, também, para as questões de violência, a nível pessoal (intimidade) ou em contexto de trabalho, expondo que por todo o estigma a que estão sujeitas leva a que estas confiem muitas vezes nas pessoas que são próximas e estas pessoas são muitas vezes os seus agressores, mas como a rede social e familiar destas mulheres é reduzida faz com que não consigam cortar a relação. Esta dimensão tem como objetivo responder aos objetivos de investigação.

## **Dimensão 5** – Apoios sociais na não permanência versus permanência no comércio sexual

### **Instituição**

“(…) *toda a reflexão foi feita sempre com base na minha experiência de trabalho direto e no contacto direto e quotidiano com as pessoas na situação.*”

“(…) eram *reuniões o dia inteiro* com uma professora de política social todos os dias ali connosco ajudar-nos na prática.”

“(…) mas sobretudo com todo o *trabalho direto o que ia ouvindo* o que ia aprendendo com tudo o que eu sei sobre o cliente, sobre as casas de passo, as ruas, as estradas, o meio prostitucional, como é que as coisas funcionam (…)”

“Para nós com todo o conhecimento que fomos adquirindo ao longo dos anos com base naquilo a que se chama *a investigação-ação*, no fundo ao *intervirmos no terreno, ao ouvirmos as mulheres, ao perceber as suas dificuldades, as suas histórias de vida, as violências que passaram*, ao percebermos inclusive que para muitas delas a violência do seu percurso foi de tal forma que a entrada e às vezes até a permanência na prostituição é mais uma no meio de tantas outras.”

“*Ir ao encontro das mulheres, conversar com elas, perceber as suas dificuldades*, perceber o seu sentido na situação, ir passando sem estigmatizar, sem condenar e esta ligação devagar ia-se fazendo passando hoje passando amanhã, dizer bom dia, dizer boa tarde (…)”

“A instituição fala propriamente da *reinserção social* (…) foi pensado quer para a escala de *aquisição de competências* tenho que me levantar cedo, tenho que tomar banho tenho que *dar banho à criança e levá-la à escola* ou *à creche* próximo do lar ou próximo da oficina e depois estar às nove horas na oficina, tudo com o objetivo pedagógico da pessoa se reorganizar interna e externamente”

“A instituição indica 12 mulheres para integrarem esse *protocolo trabalham nos jardins e nas quintas da cidade e a câmara dá uma verba à instituição* e essa verba é toda para as mulheres que estão nesse protocolo”

“Nós não *somos a família delas*, mas funcionamos como um *sistema familiar tentando o mais possível colmatar as falhas* entre aspas de que elas tiveram ao longo do seu percurso de vida (…)”

“(…) *ajudá-las a saber utilizar os recursos da comunidade*, médico de família, junta de freguesia, tudo aquilo que elas necessitam como qualquer um de nós quando precisam de recorrer a um serviço ajudá-la a saber fazer o IRS (…)”

“*No lar é onde nós conseguimos talvez por causa da relação informal* a partir de uma certa hora ficamos na conversa onde se consegue saber muita coisa da vida das mulheres de uma forma espontânea em que ela nos vai contando, baixaram as defesas já confia em nós já está na instituição há algum tempo *vai contando o que se passou no seu percurso na sua vida, todas as vulnerabilidades os traumas as coisas boas e as coisas más que passou.*”

“Fazemos um *trabalho intervenção social de acompanhamento quer das mulheres que estão connosco e os seus filhos*, quer das que estão nas suas casas, nos seus quartos, partes de casa e esse acompanhamento é feito delas e do agregado familiar.”

“(…) uma equipa 14 dias em casa que vem substituir a outra equipa que está, portanto estamos com equipa em espelho, *fazemos todo o trabalho de ação social com elas ir aos recursos da comunidade se for necessário ir ao hospital marcar uma operação tratar do abono de família dos filhos*, tratar seja do que for, *a escola é preciso ir ajudá-la porque não sabe como é que pode fazer para inscrever na escola na creche (…)*”

“*Ajudamos em todos os direitos que elas possam ter em relação às crianças* ajudamos a encontrar uma estrutura para a criança ficar durante o dia, uma creche um jardim de infância.”

“(…) mas nós próprios ali da instituição e do lar onde elas estão com as crianças *podemos nos constituir como a alternativa que elas não têm* por parte do marido ou de uma avó ou de um avô da criança.”

### **Organização política**

“Como é um assunto tabu social mal visto por grande maioria da sociedade e voltado para debaixo do tapete geralmente o senso comum e no nosso dia-a-dia o que é que *a gente lê o que é que a gente observa esse termo da prostituição* é muito falado então quando a gente *começa a entrar no campo a pensar a ver a refletir a ver diferentes posições* e também a pensar como é importante a gente nomear as coisas de determinadas formas e a carga que isso tem é assim que a gente começa a mudar o tipo de abordagem, faz parte do processo.” (E2)

“O que nós fazemos é praticar um *feminismo de base* em que isto significa que nós *trabalhamos ao lado das mulheres que vivenciam determinados problemas e damos-lhe voz* para que sejam elas mesmas as propulsoras na própria proposta de medidas.” (E3)

“Em Lisboa nós temos malta que está em contacto com este movimento e com um *grupo de investigadoras nesta área e que trabalha as questões quer da rede tráfico quer do trabalho sexual*, e que faz muitas vezes este cruzamento de áreas para tentar exatamente propor medidas que beneficiam efetivamente estas pessoas (...)” (E3)

“Todo o estigma que gira em torno disso também, *na hora de pedido de apoio como é que a gente faz esse pedido de apoio* será que as pessoas vão querer dar apoio para uma trabalhadora do sexo que estava aqui e precisa de voltar de uma forma ou de outra para o país de origem. Talvez o reconhecimento possa minimizar esse estigma histórico que o trabalho sexual tem ao passo que o trabalho sexual é uma das profissões mais atingidas do mundo.” (E2)

“(…) *lado a lado destas pessoas para poder propor ou pelo menos reivindicar* os espaços que elas devem ter na sociedade, se querem fazer alguma coisa com estas pessoas então *vamos dar-lhes voz e vamos tentar perceber o que é que elas nos têm a dizer sobre as suas realidades e como é que estas realidades devem ser trabalhadas*, elas próprias dizem que são contra o tráfico, as situações de exploração.” (E3)

“O que eu posso dizer é o que uma delas me falou sobre o *Grupo*, este grupo conta com um todo de 20 mulheres mais fixas acho que *muitas delas têm filhos e filhas ele surge numa vertente social das trabalhadoras do sexo se organizarem*. É essa vontade de *fazer parcerias de fazer formações de promover debates de capacitar essas mulheres para que elas possam ter a escolha de continuar no trabalho sexual ou seguir um outro caminho* uma outra vontade, mas também de capacitá-las e de refletir com elas determinadas situações que possam surgir inclusive no trabalho.” (E2)

“*O Grupo é pioneiro* no que representa e à capacidade organização e comunhão entre as pessoas que estão ali, geralmente está uma para cada lado e o *grupo consegue unir uma série de pessoas e isso traz uma série de benefícios*. Na pandemia iam buscar apoios enquanto grupo, tudo em nome do grupo e conosco *chegou um pedido de apoio por conta do contexto e a gente conversou no núcleo e acatamos o pedido queremos ouvi-las e ouvir as necessidade e as buscas para tentar auxiliar nesse sentido*, por exemplo estão a precisar de fraldas então vamo-nos organizar para contribuir com fraldas, depois elas dizem que já conseguiram algo, mas que agora precisam de outra coisa, então vamos

comprar aquilo que precisam, alguma situação que precisamos de esvaziar um imóvel, então vamos ajudar nisso.” (E2)

### **Síntese reflexiva**

São notórias, nas duas entrevistas, as diferenças no que diz respeito ao método de intervenção neste contexto social. A entrevistada 1 descreve a ação da instituição como um trabalho direto, possuem uma equipa multidisciplinar focada na investigação-ação, intervenção no terreno. Nas estruturas de apoio que possuem focam-se na reinserção social e no acompanhamento destas mulheres e dos seus filhos, colocando-os numa creche. Estabelecem protocolos com instituições que facilitam o processo da reinserção social, pois assumem a dificuldade que é sair da atividade, sendo, assim, o objetivo desta instituição a retirada destas mulheres deste contexto. Ajudam a tratar de burocracias, dão residência às mulheres e aos seus filhos, dando também apoio às que estiverem noutros locais de residência. Focam-se na intervenção trabalhando diretamente com elas e o agregado familiar, ajudam a que estas tenham conhecimento dos seus direitos e dos direitos das crianças. Confessando que a Associação é como se fosse a rede familiar de apoio destas mulheres, dando como exemplo que ficam muitas vezes com os seus filhos quando estas não podem. Já na organização é perceptível que fazem mais um trabalho de observação e de investigação, têm como objetivo trabalhar ao lado de mulheres que têm diversos problemas e dão-lhes voz. Têm um núcleo que trabalha diretamente com as trabalhadoras do sexo para investigar as questões do tráfico e do trabalho sexual propondo medidas concretas para solucionar os problemas. Estabelecem contacto direto com um grupo de trabalhadores do sexo, este grupo tem como objetivo a organização dos trabalhadores do sexo, fazendo parcerias, formações para capacitar estas mulheres para elas escolherem o seu caminho, ajudar no que for necessário com os filhos. Na organização dão apoio às formações deste grupo com o intuito de as proteger, levando a que estas conheçam os seus direitos e que não é por serem trabalhadoras do sexo deixam de ter os seus direitos garantidos. Esta Associação e este Grupo fazem uma parceria de interajuda e assim a associação consegue um contacto mais próximo com as trabalhadoras do sexo. Esta dimensão é importante para compreender melhor os apoios dados aos trabalhadores do sexo respondendo assim às questões de investigação. Tanto a instituição como a organização política dão importância à formação profissional com objetivos distintos, a instituição quer ajudar as mulheres a sair deste contexto já a organização quer que as mulheres tenham conhecimento dos seus direitos para se conseguirem proteger e assim tomar uma decisão.

## **Síntese global**

A análise dos resultados (ou seja, os discursos recolhidos e analisados) focou-se sobre as perspetivas da instituição e da organização política. Estas têm posicionamentos diferentes no que diz respeito ao enquadramento legal desta problemática, fator que tem profunda influência na forma como se colocam em prática os seus apoios sociais. Não obstante, estas concordam que a prostituição convencional e a prostituição vista como trabalho sexual trazem implicações para a vida das mulheres, e conseqüentemente para a vida e futuro dos seus filhos, uma vez que a sua integridade e desenvolvimento pessoal podem estar comprometidos. Nisto tudo o que considero crucial nos discursos que recolhi e analisei é que estas mulheres e as suas famílias vivem quotidianamente em risco, são um grupo social marginalizado, sendo assim, um contexto social esquecido pelo estado democrático.

## **Conclusão**

### 1. Apreciação científica

Os resultados obtidos permitiram através dos testemunhos recolhidos uma aproximação ao tema, proporcionando uma construção de conhecimento social, sociológico e académico. É por isso plausível que tudo o que foi retratado nas entrevistas, todos os problemas retratados, sejam vividos de forma semelhante por todos os atores sociais. Desta forma, pode-se concluir, através dos dados recolhidos que conseguimos alcançar os objetivos do estudo.

Os resultados de investigação que considero mais significativos ou social e politicamente relevantes são os seguintes: apesar de conceitos diferentes, prostituição e prostituição vista como o trabalho sexual são atividades de potencial e real perigo, seja pelos vários tipos de violência exercida, seja também pela falta de direitos. Então, os participantes desta investigação reconhecem que as crianças estão em situações de risco/perigo se estiverem inseridos neste contexto familiar específico. Podendo estar comprometida a integridade e o desenvolvimento pessoal da criança por se encontrarem comprometidos pelo contexto familiar, contexto este potenciador de risco/perigo. Foi ainda possível constatar que a prostituição ainda é atualmente um contexto e prática social fortemente estigmatizada, situação que se confirma nos relatos dados por todas as entrevistadas mostrando que essas situações condicionam e dificultam a prestação de apoios sociais ao nível da prestação de serviços a nível da saúde, área social, entre outras, que não são facultados a estas mulheres. Considero assim estes aspetos como mais relevantes pois responderam de forma mais direta aos objetivos e ao problema de investigação.

Neste trabalho foi possível desocultar, na medida do possível, um mundo considerado por vários investigadores como oculto, tendo a possibilidade de obter dados acerca deste fenómeno social. Realço o potencial heurístico do estudo, porque os resultados obtidos têm um contributo significativo mesmo em condições difíceis (ser um público-alvo de difícil acesso, crise pandémica, ser trabalhar-estudante, privação do acesso à biblioteca, etc.). Ainda assim se conseguiu chegar aos objetivos do estudo. Sendo uma atividade fortemente estigmatizada, cria, por si só, resistência à investigação, sendo necessário uma atenção e cuidados redobrados na abordagem. Encontrámos todos estes limites, tal como encontraram todos os investigadores que arriscaram trabalhar no complexo contexto social da prostituição, em qualquer das suas modalidades. Aspeto que valorizo porque existem poucos

estudos que fazem alusão às mulheres que exercem o comércio sexual e todas as implicações que essa atividade causa para as mesmas, nomeadamente, para a sua rede familiar e os seus filhos(as).

## 2. Implicações sociais e políticas

Numa perspetiva democrática e humanista parece justificar-se, de acordo com os relatos obtidos e analisados (resultados de investigação) a necessidade de serem criadas e postas em prática medidas políticas e sociais de apoio direto às trabalhadoras do sexo, desenhar medidas e construir políticas sociais, a nível educacional, de saúde, psicológico, integrar nas políticas e não as excluir. Na intervenção e na implementação de medidas é indispensável ter por base um triângulo que considere as necessidades das crianças, como as competências parentais, e o contexto social em que estão inseridas. Tendo como recursos interdependentes as competências parentais, o bem-estar das crianças e os recursos do meio e da família.

“Mas claro que deve haver políticas de proteção isso é basilar e fundamental daquilo que são defendermos os direitos humanos e ao defendermos a constituição tem muito a ver com quem nós somos como sociedade e como tratamos as nossas crianças e o que é que prevemos a nível do futuro das crianças.” (Entrevista 1)

## 3. Balanço de Aprendizagem

Este estudo possibilitou a consolidação do meu conhecimento teórico e científico sobre a problemática em causa, bem como a minha cultura e capacidade técnica e metodológica, desenvolvimentos muito importantes para conseguir levar a cabo projetos de investigação desta dimensão e complexidade. Por si só, o tema colocou-me um enorme desafio enquanto investigadora, pois percebi que estudos em determinados contextos sociais e culturais se deparam com diversos e por vezes intransponíveis constrangimentos e/ou obstáculos. Foi um longo caminho percorrido, e o conhecimento adquirido na realização do trabalho possibilitou o conhecimento de estratégias e métodos de abordagem neste contexto social. Todos estes fatores me enriqueceram enquanto investigadora.

Considero que este tema devia ser mais aprofundado em investigações futuras. Acho importante dar voz às prostitutas, trabalhadoras do sexo, quem exerce o comércio sexual e consequentemente chegar à sua rede familiar, aos seus filhos, o que requer um aprofundamento com



outras condições, exigindo mais tempo. É uma atividade que por diversas razões tem importantes consequências implicações para as mulheres e para as suas famílias, e seria pertinente encontrar medidas de apoio específicas. Devemos ter em consideração que as crianças neste meio se encontram em situações de risco, é fundamental quando falamos da prostituição falar sobre o seu mundo num todo.

Considero pertinente terminar levantando um conjunto de questões/inquietações para reflexão, sendo possíveis pistas para investigação futura:

- À luz dos valores e ideais do Estado democrático, é normal deixar um setor da sociedade ao abandono, sem qualquer tipo de apoio?

- Faz sentido pensar numa sociedade inclusiva quando se tem parte dela ao abandono/esquecida?

- As prostitutas não são cidadãs como as outras mulheres?

## Referências Bibliográficas

- Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia e Conselho da Europa. (2015). Manual de legislação europeia sobre os Direitos da Criança. Retrieved from [http://www.echr.coe.int/Documents/Handbook\\_rights\\_child\\_POR.PDF](http://www.echr.coe.int/Documents/Handbook_rights_child_POR.PDF)
- Agência Piaget para o Desenvolvimento, Rede sobre Trabalho Sexual, & Peixoto, V. (2012). *Recomendações para a redefinição do enquadramento jurídico do trabalho sexual em Portugal*. Retrieved from [www.apdes.pt/en/assets/apdes/RTS/Recommendations\\_on\\_sex\\_work\\_APDES.pdf](http://www.apdes.pt/en/assets/apdes/RTS/Recommendations_on_sex_work_APDES.pdf)
- Albuquerque, C. (2000). *As nações unidas, a convenção e o comité*. 23–54. Retrieved from [http://bibliobase.sermis.pt:8008/BiblioNET/upload/PDF3/01835\\_PP-8384crianca.pdf](http://bibliobase.sermis.pt:8008/BiblioNET/upload/PDF3/01835_PP-8384crianca.pdf)
- Bogdan, Robert & Bliken, Sari (1994). *Investigação Qualitativa em Educação. Uma Introdução à Teoria e aos Métodos*. Porto: Porto Editora, p. 77.
- Canha, J. *Criança Maltratada, o Papel de uma Pessoa de referência na sua Recuperação. Estudo prospetivo de 5 anos*. Coimbra: Quarteto editora
- Gomes, C. A. (2016). Pressupostos éticos na investigação e produção científica em contexto académico: Dimensões científicas, metodológicas e institucionais. *Livro de Atas Do IV Seminário Internacional Cognição, Aprendizagem e Desempenho*, 5–16. Retrieved from <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/42516/1/Livro%20de%20Atas%20IV%20Semin%C3%A1rio%20Internacional%20GICAD.pdf>
- Carmo, I.; Fráguas, F. (n.d.). *Putas de prisão: A prostituição vista em custódias*. A regra do jogo.
- Cordeiro, S. (2012). *Prostituição Feminina de Rua, Executar e Atuar: Papel do Técnico d'O Ninho na Intervenção com Mulheres Prostitutas*. Tese de Mestrado Não Publicada: Instituto Politécnico de Lisboa.
- Dias S., Severo, M. & Barros, H. (2008). Determinants of health care utilization by immigrants in Portugal. *BMC Health Services Research* 8: 207. DOI: 10.1186/1472-6963-8-207.
- Giddens, A. (2014). *Sociologia* (6.ª Edição). FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN.
- Goffman, E. (2013). *Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada* (4.ed.). Rio de Janeiro: LTC.

Greenwood, Ernest (1965). "métodos de investigação empírica em Sociologia". *Análise Social*, Vol. II, nº 11, pp. 113- 345, p. 331.

Haguete, Teresa Frota (1990). *Metodologias Qualitativas na Sociologia*. Petrópolis: Editora Vozes., p. 175.

Kempadoo, K., Introduction: Globalizing Sex Workers' Rights. In: KEMPADOO, K.; DOEZEMA, J. (Ed.). *Global Sex Workers: Rights, Resistance, and Redefinition*. New York and London: Routledge, 1998. pp. 1-28.

Krug E. G. et al. (2002). *World Report on Violence and Health*. Geneva: WHO

Magalhães, T. (2002). *Maus-tratos em Crianças e Jovens – Guia Prático para Profissionais*. Coimbra: Quarteto Editora

Marconi, M., & Lakatos, E. (2003). *Fundamentos de Metodologia Científica* (5.ª ed.). São Paulo: Editora Atlas.

Morgado, J.C. (2012). *O Estudo de Caso na Investigação em Educação*. Santo Tirso: De Facto Editores.

Oliveira, A. (2004a). *As Vendedoras de Ilusões - estudo sobre prostituição, alterne e striptease*. Lisboa: Presença

Oliveira, A. (2004b). Prostituição, exclusão e violência. Estudo empírico da vitimação sobre prostitutas de rua. *II Congresso Internacional de Investigação e Desenvolvimento Sócio-Cultural*. Retrieved from <https://hdl.handle.net/10216/13933>

Oliveira, A. (2010). Violências sobre trabalhadoras do sexo ou a reação social à prostituição de rua. In M.C. Silva & F. B. Ribeiro (Eds), *Mulheres na Vida, Mulheres com Vida: Prostituição, Estado e Política* (pp. 107-121). Ribeirão: Rumos.

Oliveira, A. (2011). *Andar na Vida: prostituição de Rua e Reação Social*. Coimbra: Almedina.

Ribeiro, M. (2004). As prostitutas também são mães: Contornos e conteúdos de uma condição (quase sempre) extrema. *V Congresso Português de Sociologia*, (pp. 27-38). Braga.

Ribeiro, M., Silva, M. C., Schouten, J., Ribeiro, F. B., & Sacramento, O. (2007). *Vidas na Raia: Prostituição Feminina em Regiões de Fronteira*. Porto: Afrontamento.

Rousseau, N., & Saillant, F. (2009). Abordagens de Investigação Qualitativa. In M.-F. Fortin (Ed.), *O Processo de Investigação: Da concepção à realização* (5.a Edição, pp. 147– 160). Loures: Lusociência - Edições Técnicas e Científicas, Lda.

SILVA, S. (2007). Classificar e silenciar: vigilância e controlo institucionais sobre a Prostituição Feminina em Portugal. *Análise Social, vol. XLII (184), 789-810*

Silva, M. C., & Ribeiro, F. B. (2010). *Mulheres da vida mulheres com vida: Prostituição, estado e políticas* (Edições Hu). Braga.

Tavares, M. (2005). *Prostituição: Diferentes posicionamentos no movimento feminista*. 1–8. Retrieved from <http://www.umarfeminismos.org/images/stories/pdf/prostituicaomantavares.pdf>

Vilelas, J. (2009). *Investigação: Processo de construção do conhecimento*. Lisboa: Edições Sílabo

Xarepe, F., Costa, F. I., & Morgado, M. R. O. (2017). *O Risco e o Perigo: Na criança e na família*. PACTOR- Edições de Ciências Sociais, Forenses e da Educação.

## Referências Documentais

APS. (1992). Código Deontológico da Associação Portuguesa de Sociologia. Retrieved from [https://www.arslvt.minsaude.pt/uploads/writer\\_file/document/66/FCH4bc6d7339c412.pdf](https://www.arslvt.minsaude.pt/uploads/writer_file/document/66/FCH4bc6d7339c412.pdf).

Assembleia Geral das Nações Unidas. (1948). "Declaração Universal dos Direitos Humanos" (resolução 217 [III] A).

Ceum. (2012). Código de Conduta Ética da Universidade do Minho. Universidade Do Minho, (July),1–16. Retrieved from <http://www.uminho.pt/docs/codigo-de-conduta-etica-dauminho/2012/09/05/código-de-conduta-ética-da-uminho.pdf>

Código Penal Português. (2017). Do crime contra as pessoas. Coimbra, Edições Almedina, S.A.

Código Civil Português (6.ª Edição). (2015). Coimbra: Edições Almedina

Diário da República. Lei n.º 86/1976, Série I de 10 de abril de 1979, Constituição da República Portuguesa. Retrieved from [www.dre.pt](http://www.dre.pt)

Diário da República. Lei I-A, n.º 233, de 10 de outubro de 1991, Convenção para a supressão do Tráfico de Pessoas e da Exploração da Prostituição de Outrem. Retrieved from [www.dre.pt](http://www.dre.pt)

European Court of Human Rights Council of Europe. (2013). Convenção europeia dos direitos do homem. Praxis, (4), 42/56.

EUROSTAT. (2021). Standardised death rate due to tuberculosis, HIV and hepatitis, by country, 2012 and 2017. Retrieved from <http://epp.eurostat.ec.europa.eu/>

Lei n.º 26/2018, de 5 de julho da Assembleia da República, quarta alteração à Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, aprovada pela Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, Pub. L. No. Diário da República: 1.ª Série, N.º 128 (2018). Retrieved from [www.dre.pt](http://www.dre.pt)

Lei n.º 147/99, de 1 de setembro da Assembleia da República, Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, Pub. L. No. Diário da República: I Série-A, N.º 204 (1999). Retrieved from [www.dre.pt](http://www.dre.pt)

Normas UMINHO. (2019). Despacho RT-31. Retrieved from [https://www.ie.uminho.pt/pt/Ensino/Documents/Despacho\\_RT31\\_2019\\_FormatacaoTESES.pdf](https://www.ie.uminho.pt/pt/Ensino/Documents/Despacho_RT31_2019_FormatacaoTESES.pdf)

Observatório do Tráfico de Seres Humanos. (2019). Relatório anual de estatística Retrieved from: [https://www.otsh.mai.gov.pt/wp-content/uploads/OTSH-Relatorio\\_Anual\\_TSH\\_2019-versao\\_final.pdf](https://www.otsh.mai.gov.pt/wp-content/uploads/OTSH-Relatorio_Anual_TSH_2019-versao_final.pdf)

UNICEF, C. P. (2018). Convenção sobre os direitos da criança e protocolos facultativos. 1–80. Retrieved from [https://www.unicef.pt/media/2766/unicef\\_convenc-a-o\\_dos\\_direitos\\_da\\_crianca.pdf](https://www.unicef.pt/media/2766/unicef_convenc-a-o_dos_direitos_da_crianca.pdf)

**Anexos**

---

## **Anexo I – Carta-Convite: Concessão de entrevista (Exemplo)**

Ex.mos Senhores(as) da Associação X

**Assunto:** Concessão de entrevista, no âmbito de um projeto de dissertação de mestrado.

Eu, Inês Gomes Duarte Azevedo, mestranda do Instituto de Educação da Universidade do Minho, venho, por este meio, solicitar a V. Exa. a concessão de uma entrevista, no âmbito do meu projeto de dissertação de mestrado, em desenvolvimento no âmbito do Mestrado em Estudos da Criança, na área de especialização em Intervenção Psicossocial com Crianças e Famílias, do Instituto de Educação da Universidade do Minho. Orientado pelo Professor Doutor Carlos Alberto Gomes, do Departamento de Ciências Sociais da Educação do referido Instituto, o referido projeto de dissertação integra um estudo empírico intitulado *Prevenção do Risco e Proteção de Crianças em Contextos Sociais de Prostituição: articulação de abordagens psicológicas e sociológicas, no âmbito de um estudo de caso*.

Com a entrevista pretendo atingir os seguintes objetivos: conhecer a sua/vossa perspetiva (e a da Associação) em relação ao fenómeno da prostituição; conhecer a sua/vossa perspetiva (visão/opinião) em relação à problemática da prevenção do risco e da proteção das crianças em contextos sociais de prostituição.

Proponho, por razões científicas (profundidade e extensividade do discurso) que a entrevista possa ser realizada online, com recurso a uma plataforma digital de videoconferência. A entrevista será transcrita, na sua totalidade.

É muito importante frisar que na realização da solicitada entrevista serão tidas em concreta consideração as normas e os procedimentos éticos estabelecidos no Código de Ética da Universidade do Minho nomeadamente, no que se reporta à salvaguarda do anonimato de pessoas e instituições, da confidencialidade, e da utilização exclusiva dos dados recolhidos para fins académicos e formativos.

Agradecendo antecipadamente a atenção de V. Ex.<sup>a</sup>, apresento os meus melhores cumprimentos, e desde já me coloco à sua disposição, para prestar os esclarecimentos que eventualmente forem considerados necessários. Para o efeito disponibilizo o n.º do meu telemóvel: XXXXXXXXX. Com o mesmo objetivo também me disponibilizo para me deslocar à sede da Associação.

*Inês Gomes Azevedo Duarte*

Inês Gomes Duarte Azevedo

Braga, 05 de abril de 2021



## **Anexo II – Nota de divulgação**

### **Projeto de Dissertação de Mestrado**

#### **Prevenção do Risco e Proteção de Crianças em Contextos Sociais de Prostituição:**

Articulação de abordagens psicológicas e sociológicas no âmbito de um estudo de caso.

**Investigadora:** Inês Duarte

#### **1. Processo de Recolha de Dados (entrevistas)**

Como investigadora gostaria de organizar o trabalho deste modo:

1. Realizar entrevistas online através da plataforma *ZOOM* aos entrevistados que aceitem participar, prevendo que a sua realização seja breve;
2. Facultar o link da mesma;
3. Pedir a permissão dos participantes no estudo empírico para gravar a entrevista para transcrição posterior, por razões de natureza científica.
4. Como investigadora adaptar-me-ei às disponibilidades dos entrevistados(as) participantes no estudo, solicitando o especial favor de me indicarem os respetivos dias/horas para a realização das entrevistas;
5. Dados de contacto a utilizar para solicitar a disponibilidade para a entrevista: email: \_\_\_\_\_; telemó \_\_\_\_\_;
6. Dar início à marcação de entrevistas online durante o mês de fevereiro.

#### **2. Tópicos para o Guião de Entrevista**

- 1) Prostituição como fenómeno social;
- 2) Representação sobre a associação;
- 3) Intervenção específica dos participantes na associação.

**3. Principal objetivo do estudo:** conhecer as linhas de intervenção da associação, no apoio a mulheres em contexto de prostituição.

#### **4. Garantias e Procedimentos Éticos**

Como investigadora, cumprirei todas as normas éticas das ciências sociais, das ciências da educação, assim como o Código Ético da Universidade do Minho, sendo totalmente garantida a confidencialidade e o anonimato dos participantes no estudo, bem como a utilização exclusiva para fins académicos dos dados recolhidos.

## **5. Enquadramento institucional, académico e científico do estudo**

Instituto de Educação da Universidade do Minho; **Mestrado em Estudos da Criança**, Área de Especialização em Intervenção Psicossocial com Crianças e Famílias; **Orientação:** Professor Doutor Carlos Alberto Gomes.

## **6. Interesse do Estudo para o campo científico, campo das políticas públicas e campo académico**

Recolha, análise e partilha de resultados de investigação com relevância para o desenvolvimento de políticas públicas de proteção das mulheres e dos direitos das crianças em contextos sociais de prostituição.

**Agradeço vivamente a compreensão, o profissionalismo, e a disponibilidade de todos(as) que aceitaram participar no estudo, concedendo as solicitadas entrevistas.**

04 de fevereiro de 2021

Inês Gomes Azevedo Duarte

**Anexo III –Tertúlia - Trabalho Sexual, Migrações, Combate ao Tráfico: experiências e reflexões críticas**

22 DE OUTUBRO DE 2021 | 18H30 | ONLINE, ZOOM

SEMANA MUNICIPAL PARA A IGUALDADE DE BRAGA

---

- TERTÚLIA -

**TRABALHO SEXUAL, MIGRAÇÕES,  
COMBATE AO TRÁFICO: EXPERIÊNCIAS  
E REFLEXÕES CRÍTICAS**

---

## **Anexo IV – Guião de entrevista A (Entrevista 1)**

### **Dissertação de Mestrado**

Prevenção do Risco e Proteção de Crianças em Contextos Sociais de Prostituição: Articulação de abordagens psicológicas e sociológicas no âmbito de um estudo de Caso

Como investigadora, cumprirei todas as normas éticas das ciências sociais, das ciências da educação, assim como o Código de Ética da Universidade do Minho, sendo totalmente garantida a confidencialidade e o anonimato dos participantes no estudo, bem como a utilização exclusiva para fins académicos dos dados recolhidos.

---

#### **Guião de entrevista:**

##### **1) Opinião/perspetiva em relação à prostituição enquanto fenómeno social:**

- Visão e opinião da entrevistada

##### **2) Caracterização da Associação:**

- História/fundação
- Missão e principais finalidades ou objetivos
- Estrutura organizacional da associação (direção, coordenação e serviços)
- Áreas e metodologias de intervenção

##### **3) O papel do participante na Associação:**

- Cargos de direção e/ou de coordenação

#### Dimensão organizacional:

- Enquanto diretora quais as principais áreas de intervenção?
- Quais as principais questões, problemas e desafios?

#### Dimensão técnica:

- Enquanto assistente social a sua intervenção desenvolve-se de forma direta ou indireta com as mulheres que são acompanhadas pela associação?

- O que faz?
- Quais as situações com que se depara?

##### **4) A Associação em ação: Apoios às mulheres**

- Dentro dos cargos que desempenha entra em contacto direto com as mulheres?
- Quais são os principais problemas (situações, problemas e dificuldades) que elas enfrentam?

- Dentro do grande grupo de mulheres que a associação acompanha quais os problemas que enfrentam, especificamente, as mulheres com filhos?

- Neste grupo em particular beneficiam de um apoio específico da associação?

- Em sua opinião acha que seria importante que o estado democrático investisse numa política pública de proteção e salvaguarda dos direitos das crianças?

## **Anexo V – Guião de entrevista B (Entrevista 2)**

### **Dissertação de Mestrado**

Prevenção do Risco e Proteção de Crianças em Contextos Sociais de Prostituição: Articulação de abordagens psicológicas e sociológicas no âmbito de um estudo de Caso

Como investigadora, cumprirei todas as normas éticas das ciências sociais, das ciências da educação, assim como o Código de Ética da Universidade do Minho, sendo totalmente garantida a confidencialidade e o anonimato dos participantes no estudo, bem como a utilização exclusiva para fins académicos dos dados recolhidos.

---

#### **Guião de entrevista:**

##### **1) Dados de Caracterização**

- Idade
- Formação académica e curso
- Casada – Sim ; Não
- Com filhos – Sim; Não
- Profissão do pai
- Profissão da mãe
- Nível de instrução e o curso do pai
- Nível de instrução e o curso da mãe

##### **2) Sobre o Movimento Feminista**

**Perspetiva geral sobre:** desigualdades de género, origens do movimento, posições ideológicas e políticas, ponto de situação a nível global, da união europeia, em Portugal, etc.

Qual o papel da participante na associação?

##### **3) Sobre a Associação**

**Perspetiva geral sobre:** origens do movimento, marcos históricos, estrutura, funcionamento, campos de intervenção, etc.

##### **4) Sobre o Trabalho Sexual**

Perspetiva(s) (teórica e ideológica) geral sobre: prostituição versus trabalho sexual.

Propostas (e medidas) políticas e sociais da associação em relação ao trabalho sexual.

Quais as formas de interação (e de apoio) da associação (a nível nacional e local) com as trabalhadoras do sexo? Que conhecimento adquiriram e com que vias obtiveram esta informação?

Caracterização mais detalhada do Grupo (fundação, história, objetivos, formas de intervenção, o que elas fazem em termos de grupo)

Dentro deste grupo de mulheres que a associação acompanha quais os problemas que enfrentam, especificamente, as mulheres com filhos?

Problemática dos eventuais riscos que elas correm no contexto do trabalho sexual.

## **Anexo VI – Entrevistas transcritas**

### **Entrevista 1:**

**Entrevistadora:** Como investigadora, cumprirei todas as normas éticas das ciências sociais, das ciências da educação, assim como o Código de Ética da Universidade do Minho, sendo totalmente garantida a confidencialidade e o anonimato dos participantes no estudo, bem como a utilização exclusiva para fins académicos dos dados recolhidos.

Qual a sua opinião/perspetiva em relação à prostituição enquanto fenómeno social?

**Entrevistada:** Portanto, com base na minha experiência direta, ou seja, tudo aquilo que eu sei sobre a prostituição, toda a reflexão foi feita sempre com base na minha experiência de trabalho direto e no contacto direto e quotidiano com as pessoas na situação. Para além de, depois com uma equipa de trabalho que funciona com interdisciplinaridade, com reuniões na altura eram quinzenais, de 15 em 15 dias quando eu entrei na instituição, depois começamos a fazer semanais, mas eram reuniões o dia inteiro com uma professora de política social todos os dias ali connosco ajudar-nos na prática. Lembro-me que entrei muito jovem tinha acabado de sair do curso, mas depois na prática a conseguir ver a teorização e a conseguir perceber bem aquilo tudo que tinha aprendido, como é que na prática com os casos, com o estudo de caso, com a avaliação que fazíamos em conjunto dos casos em concreto com as várias vertentes e as várias interdisciplinaridades, a parte do psicólogo, a parte do sociólogo, a parte do assistente social, do educador social de haver essa partilha. Não só partilha, mas essa articulação entre os vários técnicos da instituição e é por isso que tudo o que eu sei, eu antes de acabar o meu curso e mesmo durante o curso nunca fiz estágio em nenhuma instituição que ligasse com esta área, também não havia praticamente, até acho que não havia nenhuma em Portugal que trabalhasse com esta área especificamente. Eu quando entrei na instituição não conhecia mais nenhuma, agora há outras umas ligadas à vertente da saúde, ao ministério da saúde, outras IPSS também, mas quando eu entrei há 36 anos não conhecia mais nenhuma com esta especificidade e portanto tudo aquilo que eu aprendi foi fruto da experiência direta e da reflexão e do estudo e depois investigar alguma coisa, mas sobretudo com todo o trabalho direto o que ia ouvindo o que ia aprendendo com tudo o que eu sei sobre o cliente, sobre as casas de passo, as ruas, as estradas, o meio prostitucional, como é que as coisas funcionam foi tudo com base neste trabalho direto que eu não conhecia que eu na minha vida não tinha ninguém próximo nem ninguém que eu conhecesse que se prostituísse. Lembro-me de estar a estudar e ver mulheres paradas numa rua próxima do instituto e de eu sentir um bocado quase aquela coisa de sentir a vergonha alheia e de pensar o que é que terá acontecido para aquelas pessoas estarem ali, mas que vergonha era um bocado aqueles estereótipos porque é que está ali vesse logo o que é. Os carros a passarem a chamarem nomes às pessoas e de achar já aquilo uma falta de respeito para com as pessoas que estavam ali, mas ao mesmo tempo se calhar os tais estereótipos que todos nós temos. Eu lembro-me de me passar pela cabeça o que é que terá passado na vida desta pessoa para chegar a isto? O que é que terá acontecido? Mas como digo mesmo nos estágios nunca tinha lidado com esta problemática e costumo contar este episódio porque realmente marcou-me porque a primeira história que eu ouvi eu realmente pensei que era um teste, que era para ver como é que eu ia lidar a ouvir uma jovem pouco mais velha do que eu – que eu na altura também era muito nova – a contar-me uma história e eu a pensar onde é que eu estaria ao pôr-me no lugar do outro onde é que eu



estaria se eu tivesse passado por tudo o que esta pessoa passou. Apesar de eu achar que é errado a nível de intervenção social nós dizermos “se eu fosse a si fazia isto ou se eu fosse a si fazia aquilo” porque a pessoa que está na minha frente não sou eu não teve a mesma socialização do que eu, as mesmas experiências do que eu portanto é errado nós pormos as coisas assim, mas eu lembro-me que ao mesmo tempo fazer este exercício que era “apesar de tudo o que passou como é que ainda está aqui a pedir ajuda com resiliência com vontade de dar?” e no fundo o que eu percebia é que as histórias de vida não eram diferentes de centenas de outras que ouvi depois. Havia muitos fatores padrão nas histórias de vida das mulheres prostituídas e, portanto, entendi perfeitamente e para mim ficou claro ao fim de muito pouco tempo de como é que era possível alguém considerar que era uma atividade que era feita de animo leve que as pessoas gostavam daquilo que estavam a fazer. No fundo são pessoas muito viradas para a sexualidade e portanto adoram sexo não tinham nada, mas absolutamente nada a ver com isso, não tinha nada a ver com a vivência de uma sexualidade saudável antes pelo contrário quando eu comecei a perceber que menos vivia a sexualidade de uma forma saudável em que era na prostituição onde alguém tem que fazer algo que não deseja mas porque o outro deseja e então paga para fazer algo que tem tanto a ver com a nossa intimidade, com a nossa saúde física e mental. Não somos uma instituição moralista, não quer dizer que a moral e os valores não sejam importantes, há valores muito importantes e os princípios da intervenção que nós não podemos deixar passar e não podemos descurar e temos que ter sempre em conta, mas não tinha nada a ver com a questão do sexo, a questão não era o sexo em si, por isso é que nós gostamos de fazer, quando estamos com estudantes, de fazer esta definição de conceitos, porque só assim é que sabemos do que estamos a falar por isso é que para nós prostituição tem um conceito, e como acho que já referi isto houve uma altura em que até mudamos o conceito porque a nossa experiência mostrou-nos que o conceito não era o mais correto. Foi um padre o fundador da instituição noutra país que nos ajudou a perceber que mais duas ou três palavras à frente do conceito fazia toda a diferença, portanto conceito de prostituição para nós são “práticas sexuais homo ou heterossexuais com diversos indivíduos a troco de remuneração dentro de um sistema organizado” e foi este dentro de um sistema organizado que o padre nos ajudou a perceber que a prostituição não é um problema individual é um problema social e daí que seja tão importante depois refletirmos sobre o conceito de problema social. Nós na instituição também seguimos o conceito da UNESCO que é um problema que afeta um grande número de pessoas, é sentir como causador de infelicidade e de sofrimento com as pessoas que o experienciam e também por outras é o mesmo com a violência doméstica, não foram as mulheres que eram batidas que se organizaram para considerar a violência doméstica um crime público, foram muitas outras mulheres e muitos homens que se uniram para que nós numa sociedade desenvolvida e numa sociedade onde não é só o produto interno bruto que conta para sermos uma sociedade desenvolvida, que consideramos que era importante que a violência doméstica fosse considerada um crime público. Aqui a questão é que muitas outras pessoas e neste caso a nossa instituição deu um contributo importante inclusive para que o código penal fosse alterado, porque o código penal até 1983 que o código penal está em vigor hoje também até porque em 1983 as mulheres eram criminalizadas, as mulheres podiam ir presas por se estarem a prostituir. A instituição deu o seu contributo através da presidente da direção da instituição na altura participou num grupo de trabalho a pedido da presidência do conselho de ministros e esse contributo para que a mulher que se prostituía deixasse de ser criminalizada e subsiste no código penal o crime de lenocínio, esse sim tem a ver com as tais palavrinhas mais a frente “dentro de um sistema organizado” esse sim o crime de lenocínio que é quem explora a prostituição de outrem, isto porque também como já sabe nós nem sequer consideramos que se deva, portanto, os conceitos importantes prostituição, problema social,

sexualidade o que é a sexualidade fazer a distinção entre, não metermos tudo no mesmo saco, porque há muito aquela ideia - então qualquer pessoa é prostituta? - porque está com um homem, e estou casada com ele, mas não gosto dele tenho relações com ele porque ele me paga as contas, isso é prostituição? Aí eu estou num trabalho que não gosto estou-me a prostituir? Então chamamos prostituição a tudo e não vamos à questão fundamental que é ajudar a acabar com um problema que é fere severamente os direitos humanos e que escraviza e destrói milhares de jovens, crianças e meninas e pessoas que se veem numa situação de vulnerabilidade e se prostituem. Portanto a questão do problema social, do conceito de prostituição e de sexualidade para nós são de extrema importância que fiquem bem claros porque como lhe digo não é uma questão de moralismo a sexualidade é importante para a nossa saúde física e mental faz parte da vida, portanto a questão fundamental é que na prostituição a vivência da sexualidade não é de uma forma saudável é de uma forma em que alguém utiliza o outro como se fosse um objeto e legitimamos que isso aconteça numa sociedade onde não fazemos nada em relação à prostituição e não cuidamos também das causas que levam tantas pessoas a entrar no mundo da prostituição. Há vários motivos há várias causas, mas no fundo a prostituição é uma violência grave, é a tal questão de não pudermos confundir conceitos não podemos considerar uma rapariga que teve sexo ocasional com alguém e que esse alguém lhe deu um carro em troca e está a prostituir-se se aconteceu uma vez, se aconteceu numa situação específica em que a rapariga se alcoolizou é termos em atenção os conceitos e não chamarmos de prostituição a questões que podem até ser comportamentos com os quais não concordamos, mas isto é como cada um de nós, somos todos individuais não somos questões sociais. Para nós com todo o conhecimento que fomos adquirindo ao longo dos anos com base naquilo a que se chama a investigação-ação, no fundo ao intervirmos no terreno, ao ouvirmos as mulheres, ao perceber as suas dificuldades, as suas histórias de vida, as violências que passaram, ao percebermos inclusive que para muitas delas a violência do seu percurso foi de tal forma que a entrada e às vezes até a permanência na prostituição é mais uma no meio de tantas outras. Há um psicólogo que trabalhou connosco há muitos anos que dizia a entrada na prostituição no fundo para algumas delas, como algumas nos diziam o “dinheiro limpam-me as lágrimas”, no fundo as violências foram tantas que ir com um homem e daqui a bocado ter o dinheiro rapidamente na mão, pelo menos havia uma compensação logo ali que depois como sabemos o dinheiro e a gestão do dinheiro e a forma como se olha para o dinheiro na prostituição não é a mesmo com que nós olhamos, as próprias mulheres depois quando estão connosco reconhecem isso e por isso é que nós temos tantos exemplos que é uma mulher que vem para o pé de nós, que está nas nossas oficinas de treino e aprendizagem ao trabalho recebe o seu primeiro subsídio mensal e eu sou do tempo em que uma mulher vinha da oficina até ao caminho do lar e gastava mais de metade do dinheiro no caminho. A forma como se olha até para o próprio dinheiro que é completamente diferente quando se tem de fazer um trabalho de gestão de organização, de ver com elas quais as prioridades, quando na prostituição o dinheiro ganhasse ao dia e gastasse ao dia, muitas delas nem sabem quanto é que ganharam, nem nesse dia, nem nesse mês, nem na última semana, o dinheiro na prostituição passa pelas mãos das mulheres e é absorvido pelo aquilo que nós chamamos de todas as formas de proxenetismo. Mais um pormenor sobre o sistema organizado, na medida em que há muito aquela questão “mas as mulheres há muitas que não tem proxeneta, não tem chulo vocês falam de situações que já não acontecem agora, isso era no passado” e nós gostamos de explicar isto, o proxenetismo não se resume apenas a um homem que vive com ela, para quem ela canaliza a sua afetividade e que se for preciso até ou lhe bate ou cativa afetivamente e é todo muito amoroso com ela mas vive à sua custa, que a leva ao restaurante com o dinheiro dela que ela lhe dá em casa para depois ser ele a pagar, mas não se resume a esse homem ou a essa personagem, não!

O proxenetismo organizado assume várias formas desde a venda de produtos a prestações, desde a venda de bilhetes de avião para virem de um país de onde vêm traficadas para cá, um bilhete de 1000€ acaba por ficar a 5000 ou em 10.000, desde a venda de medicamentos, portanto há toda uma série de formas de proxenetismo que no meio prostitucional se organizaram para retirar o dinheiro à mulher. Essa tal questão do dentro de um sistema organizado, há hoje muitas organizações que dizem mesmo isso “não a maior parte das mulheres não tem chulo elas próprias dizem eu trabalho para mim era o que faltava ter alguém”, nem elas muitas vezes não quer dizer que as mulheres não sejam inteligentes, elas muitas vezes nem têm a noção da exploração que são alvo daí que também seja importante essa primeira fase de trabalho da instituição que é ajudar as mulheres, é um trabalho duro é um trabalho difícil, mas a consciencializarem-se da situação concreta em que estão.

**Entrevistadora:** Gostaria que agora fizesse uma caracterização da instituição onde trabalha, como a sua história, missão e principais finalidades, estrutura organizacional e as áreas e metodologias de intervenção.

**Entrevistada:** A instituição existe em Portugal há muito tempo fomos buscar o modelo francês, já existia o movimento da nossa instituição em França, desde 1936 salvo erro e tudo começou com um padre, um homem inteligentíssimo, brilhante muito à frente da sua época que um dia passando na rua em *Pigalle* numa zona de prostituição, as mulheres chamaram-no e ele parou e ficou a conversar com elas, isto aconteceu uma vez, duas vezes e depois claro que foi chamado ao Bispo de Paris, para este perguntar o que é que andava um padre a fazer um padre no meio das prostitutas e ele explicou: nós não cumprimos o evangelho se não olharmos para esta realidade para o sofrimento destas mulheres e para esta situação com outros olhos que não seja os olhos de estigmatizar, de mudar de passeio fingir que não se vê e fazermos críticas e sermos preconceituosos sem percebermos quem são aquelas pessoas que estão ali. Foi assim, que em Portugal, como eu digo o código penal as mulheres eram sujeitas antes de 1983 a medidas de prisão, chamadas de medidas de segurança, que podiam ir de três meses a três anos, a maior parte delas cumpria os 3 anos porque depois não tinham condições cá fora para fazer outra coisa. Não havia possibilidade de reinserção social, ficavam lá, vinham para fora, voltavam a ir presas, voltavam a sair, tinham filhos que deixavam em amas. Portanto, isto era um ciclo, há um livro que se chama “Putas de Prisão” escrito pela Isabel do Carmo e a Fernanda Fraguas que estiveram na prisão, como presas políticas em Custóias, esse livro acho que já é uma coisa muito difícil de encontrar, mas com muitas histórias de vida de mulheres que elas lá entrevistaram quando lá estavam e que as mulheres prostituídas na altura estavam presas com elas e é muito interessante. A Doutora Ana Maria Braga da Cruz, inspetora dos serviços prisionais tendo entendido que a prisão não era solução para a questão das mulheres que se prostituíam, nem mudava em nada antes pelo contrário, mais problemas, mais crianças que ficavam muitas vezes sem a mãe e entregues um pouco, às vezes quase desconhecidos e que pediu ajuda ao Estado na altura e não houve nenhuma adesão para ajudar uma instituição deste tipo e pediu ajuda à igreja e assim foi. Por isso é que somos uma organização católica, temos os órgãos sociais têm de ser aprovados pelo patriarcado de Lisboa isto apenas em termos de estatuto, estatutariamente somos uma instituição que os nossos estatutos estão em decreto canónico e por isso foi uma instituição que começou pela igreja e o que é que a igreja fez na altura? Sabia que existia um movimento em França o padre veio cá, veio cá uma educadora ou duas educadoras, isto ainda foi antes de eu entrar na instituição, vieram cá a Portugal ajudar-nos a começar a fazer um trabalho com as mulheres que estavam na rua, nas estradas, nos bares, as mulheres vinham ao dispensário, porque na altura elas eram obrigadas quando eram apanhadas pela polícia depois de irem ao dispensário, chamava-se isto de dispensário de higiene social, fazer testes e fazer

exames por causa das doenças sexualmente transmissíveis, portanto e foi assim que a instituição nos dispensários, nas pensões, nas ruas do bairro alto, o bairro alto era um centro de prostituição muito conhecido em Lisboa por muita mulher se prostituir na rua às portas das tabernas, dos bares, dos bares de alterne e foi assim que a nossa instituição iniciou o trabalho. Ir ao encontro das mulheres, conversar com elas, perceber as suas dificuldades, perceber o seu sentido na situação, ir passando sem estigmatizar, sem condenar e esta ligação devagar ia-se fazendo passando hoje passando amanhã, dizer bom dia, dizer boa tarde, uma mulher dizer “como é que eu faço para ter médico para o meu filho?”, “como é que eu faço porque o meu filho ainda não está registado?”. Estou-me a lembrar de situações de nos anos em que eu entrei, nos anos 80, situações em que muito desconhecimento dos seus direitos por muito poucos que fossem o desconhecimento dos seus direitos e assim que criamos uma relação empática, uma relação de confiança foi começando a falar com as mulheres e a perceber as suas expectativas, aquilo que gostariam se um dia pudessem fazer de diferente e o que é que precisariam para isso acontecer. Foi assim que começamos a nossa intervenção e depois foram criados serviços também consoante as solicitações das mulheres e consoante a análise que os técnicos faziam em equipe daquilo que podia ser mais adequado para as poder ajudar e foi assim que foram nascendo os outros serviços da instituição, o que é que se entendeu? Era importante haver um espaço onde as mulheres pudessem vir transitoriamente até encontrarem uma outra habitação, mas retirá-las entre aspas, elas é que querem sair não somos nós que retiramos ninguém, mas se puderem sair do meio prostitucional, porquê? Porque no meio prostitucional muitas vezes dormiam no bairro em quartos de pensão prostituíam-se no mesmo bairro nas pensões de passe praticamente não saiam ali do bairro tudo à volta delas está, havia uma gestão e as próprias estruturas estavam montadas para no fundo a mulher fazer tudo ali, quando precisava de ir para um hospital metia-se num táxi e ia para uma urgência do hospital, portanto sem nenhuma noção dos seus direitos de ter médico de família, fazer a prevenção da doença em vez de estar sempre a correr para o hospital quando está doente, ou seja, cuidar de si em relação à prevenção no que diz respeito à sua saúde, portanto uma série de questões que fomos percebendo que era importante retirá-las no fundo desse meio. Virem para a nossa instituição e para o lar, isto porque as mulheres pagam a pensão ao dia e gastam o dinheiro ao dia, o dinheiro que recebem dos clientes e depois pagam as coisas ao dia, a pensão é paga ao dia, a comida é paga ao dia, a ama dos filhos é paga ao dia e é assim que o dinheiro que se faz num dia gasta-se nesse dia se não houve tantos clientes até se fica a dever à senhora da pensão, ao senhor da tasca do lado, ao homem que vende o tabaco, ao outro que vende o álcool, ao traficante de droga, ficasse a dever mas eles sabem que ela se prostitui hoje e amanhã e portanto vão criando uma série de dívidas dentro daquele próprio meio. Era importante que a mulher pudesse sair desse meio, do meio prostitucional e fazer quase aquilo que nós fazemos na nossa infância, na nossa adolescência com as pessoas que gostam de nós, cuidam de nós e que no fundo nos ajudam na socialização e que muitas destes mulheres não tiveram, e é fazer o quê? Tão simples como, saber que se tem que acordar a horas, levar os filhos à escola apanhar o transporte para ir para o trabalho, tudo coisas que para nós integramos naturalmente na nossa vida e que a maioria destas mulheres não tem essas competências ou se as têm e algumas que já vão tendo algumas porque por vezes tentam encontrar trabalhos no meio, porque se estão a prostituir numa parte do dia e tentam encontrar alguma coisa, mas o facto de continuar e a permanecer na prostituição é muito desorganizador para as mulheres e por isso é que era importante haver um espaço onde as mulheres pudessem adquirir competências para a sua inserção no mundo do trabalho e na sociedade, mas em que olhássemos para elas como um todo e não parceladamente, não uma espécie de centro de emprego - olha agora tens um emprego vai e não precisas mais de te prostituir - isto assim não dá nada é preciso olhar para a pessoa no seu todo é

preciso reorganizar a autoestima é preciso que as mulheres sintam que têm potencialidades e capacidades que nunca ninguém as ajudou a perceber as suas próprias capacidades e potencialidades para a mudança. A mudança é muito difícil é um desafio enorme para as mulheres dar estes passos para a mudança, até fazer um telefonema para marcar connosco é difícil eu recorde-me de uma mulher que foi ter connosco ao centro de atendimento que nós tínhamos que subiu a escada eu estava lá e atendia no próprio momento e ela mais tarde disse-me “Eu subi! Mas se não me tem atendido naquele dia não voltava lá mais”, portanto até os passos para a mudança, as vezes até é difícil pegar num telefone e falar com alguém sobre a sua situação, portanto muitas das mulheres mantêm-se na situação anos e anos por não terem essa força anímica, no fundo vão-se deixando estar e quanto mais tempo se está na prostituição mais desorganizado se fica. Foi assim que então a instituição ao ter entendido que era necessário a aquisição dessas competências as pessoas sentirem que são gostadas que alguém gosta delas que há afeto sem terem que dar nada em troca, portanto as mulheres perceberem que o facto de nós sermos técnicos devemos ter o distanciamento emocional para não nos deixarmos envolver descontroladamente na situação o que nos vai tirar a objetividade para ajudar aquela pessoa, mas isto não quer dizer que a gente não goste das pessoas. É fundamental num trabalho com pessoas nós gostarmos de pessoas, portanto há mulheres que me dizem assim “Você é minha amiga, não é?” e eu digo “vamos lá conversar sobre o conceito de amizade” e falamos as duas sobre isso e ela depois diz “pois realmente não é minha amiga” e eu digo “não, não sou, mas gosto de ti!”. É importante elas perceberem que o facto de não sermos amigas no conceito de eu partilhar as minhas coisas como uma amiga, as minhas coisas pessoais, a minha intimidade com elas, não faço isso porque não o devo fazer não quer dizer que ela não o possa fazer comigo, mas isto não quer dizer que não goste dela e que não haja afeto e que não haja uma relação afetiva nas relações com as pessoas que muitas vezes tanto precisam e precisam até de perceber connosco a entrevista de ajuda o que é que é manipulação, o que é que é a sedução porque é que falam connosco e nos tentam seduzir para alcançar algum objetivo, como fazemos com as crianças porque é que tantas vezes um não é necessário naquele momento um não assertivo em que se explica o porquê daquele não, não é um não porque não. Na nossa instituição há regras, há um regulamento que é efetuado com elas, portanto consoante os grupos pode ser alterado em que o importante é elas perceberem o objetivo das regras, as regras não são para nós técnicos nos refugiarmos atrás delas e dizermos para as mulheres “olha é regra é regra” não! As regras tem o objetivo da ajuda portanto há episódios que se passaram na instituição que se percebe muito bem esta questão, por exemplo a diretora entrar e a mulher naquele dia faltou cinco dias na oficina e portanto ela diz “ela durante dois dias não vai à cantina almoçar enquanto não vier falar sobre o que é que se passou” e a diretora técnica fechar os olhos e deixar passar e que as outras colegas um bocadinho às escondidas até lhe deem de comer e depois para elas até é um certo tipo de solidariedade, mas ao mesmo tempo a diretora técnica tem quase que fazer um papel de quase que não estou a ver, mas ao mesmo tempo apoiar a solidariedade das outras perante aquela, parecem pequenas coisas mas não são e isto ajuda. No que diz respeito aos serviços da instituição foi criado um lar, mas tendo entendido que não era o suficiente ter as mulheres ali no mesmo espaço, a nossa instituição considera ser importante não serem uma instituição total, uma instituição onde as pessoas estão e fazem tudo naquele espaço. A instituição fala propriamente da reinserção social o facto de um lar ser num sítio da cidade o facto das oficinas serem noutra, isto tem um objetivo pedagógico isto não foi feito à toa isto foi pensado quer para a escala de aquisição de competências tenho que me levantar cedo, tenho que tomar banho tenho que dar banho à criança e levá-la à escola ou à creche próximo do lar ou próximo da oficina e depois estar às nove horas na oficina, tudo com o objetivo pedagógico da pessoa se reorganizar interna e externamente, portanto as

oficinas funcionam como, não é bem ergoterapia porque não temos lá nenhum terapeuta, mas com um estar durante umas quantas horas sete horas por dia elas estão ali connosco naquele espaço a fazer o artesanato – vendemos o artesanato, mas é uma importância mínima aquilo que vendemos ao longo do anos – o objetivo é sobretudo para adquirirem competências essenciais para a sua reinserção social e profissional. O apoio psicológico e terapêutico é fundamental, nós não obrigamos as mulheres a irem à psicóloga, o objetivo é estar na instituição durante o horário de trabalho delas, até é uma forma de saírem um bocadinho da sala de trabalho e irem à psicóloga para as motivar para depois aderirem à psicoterapia que é tão importante na grande maioria dos casos, é muito importante que as mulheres tenham apoio psicológico e psicoterapêutico e psiquiátrico, pois muitas delas também precisam do apoio da psiquiatria e da medicação e tenham esse apoio. Portanto as oficinas funcionam como se fosse o trabalho, mas é uma espécie de oficina protegida com vista depois à reinserção no mercado de trabalho, em 2001 foi possível estabelecermos um protocolo com a câmara de técnicas de manutenção de jardim e o que é que consta neste protocolo? A instituição indica 12 mulheres para integrarem esse protocolo trabalham nos jardins e nas quintas da cidade e a câmara dá uma verba à instituição e essa verba é toda para as mulheres que estão nesse protocolo, elas cumprem como qualquer outro trabalhador da câmara usam a mesma farda como qualquer outro trabalhador pequenos pormenores que podem parecer pequenos e não são que é para a mulher sentir que é igual entre iguais que tem uma farda que não a diferencia em relação às outras mulheres que estão a trabalhar, cumpre o mesmo horário de trabalho almoça nas mesmas cantinas que os outros trabalhadores e depois no final do mês recebe aquilo a que nós chamamos um subsídio de reinserção social sujeito aos descontos para a segurança social. Muitas delas nunca na vida tinham feito descontos para a segurança social e no âmbito deste protocolo começam a sua carreira contributiva e são tão boas trabalhadoras como qualquer outro trabalhador, são mulheres que se empenham e querem aprender e querem manter o seu posto de trabalho e cumprem como qualquer outro trabalhador. Claro que nos tem a nós por trás se tem algum problema pessoal se tem algum problema habitação, de saúde sabem sempre que podem contar connosco, nós somos o intermediário enquanto elas continuam connosco no protocolo, em 2020, 5 delas entraram nos quadros da câmara e são hoje funcionárias públicas. Este protocolo que tem tido ótimos resultados é onde o próprio poder local ajuda na reinserção social, mas é o que nós costumamos dizer são mulheres que como elas também nos dizem parece que a prostituição nos retirou alguma coisa que dificilmente voltamos a conseguir ter em nós, são mulheres que precisam do nosso apoio para quando quiserem. Somos uma referência que em qualquer momento da sua vida sabem que podem contar connosco, seja para nos dizer que já estão casadas, com filhos, com a sua vida organizada se surge alguma situação mais complicada e sabem que podem vir ter connosco. Porque muitas vezes não têm família retaguarda não têm ninguém que as apoie e nós constituímos-nos como essa referência. Os serviços da instituição são o lar, que se entendeu que a oficina devia ser local e ter o objetivo de ser o mais parecido possível com aquilo que depois vão encontrar lá fora, os técnicos que trabalham na instituição ajudam a mulher na gestão do dinheiro, fazer com ela o orçamento para o mês, elas pagam uma importância simbólica pelo quarto e pelas refeições na instituição, atenção que não é para fazermos dinheiro com isso, até porque é uma importância pequena, mas é porque tem objetivos pedagógicos que ela ao fazer as suas contas, saber que alimentação e um teto ela vai ter que pagar em qualquer lado portanto ela paga 25€ por mês de quarto e 0,70€ por cada refeição com o objetivo de as ajudar a reorganizarem-se não ser tudo de graça não só porque cá fora também vão ter que pagar, como não é nenhuma esmola é também ajudá-las a incutir os direitos e deveres eu paguei a minha refeição se eu me apetecer dizer que a sopa hoje não está boa tenho o direito de o fazer como qualquer pessoa tem o direito de fazer uma crítica que

entender, não estou a dar esmola nenhuma estão a dar-me uma refeição e eu pago pela minha refeição, parecem pequenas coisas mas não são, tudo tem objetivos pedagógicos desde ajudar no crescimento das pessoas. Por exemplo, a terminologia o facto de termos de cuidar da terminologia quando trabalhamos com pessoas de numa conversa com uma mulher duas palavras, culpa e castigo, duas palavras fortes, para elas sempre tiveram impacto, elas próprias interiorizam a culpa de estarem na prostituição muitas vezes acham que merecem a situação em que estão. Desde pequenas a ouvir que são culpadas que vão ser castigadas, portanto eu posso ter uma conversa com uma mulher sobre uma situação qualquer que aconteceu e substituir culpa e castigo, por responsabilidade e consequência e o peso da conversa tem logo outro valor naquilo que uma pessoa vai entender e naquilo que eu estou a dizer, o termos cuidado com o tom de voz com as não interromper quando estão a falar, parecem pequenas coisas e não são. Uma entrevista de ajuda é uma técnica importante desde não sermos interrompidos desde que estamos com uma mulher numa entrevista de ajuda e termos esses cuidados e tentarmos que isso não aconteça, cuidarmos a terminologia ajudarmos as mulheres a refletirem sobre as situações em profundidade, a darem pequenos passos mesmo que tenhamos de estar um quarto de hora em silêncio se for isso que naquele momento é o melhor para a mulher, é importante termos em conta o trabalho com pessoas e pessoas vulneráveis e frágeis, obedece a que realmente nós temos uma escuta ativa sem preconceito sem juízos de valor. Quando nós conseguimos que uma mulher esteja connosco em que as defesas caíem ao ponto de um dia em que não vai trabalhar me telefona a dizer “eu hoje não me apeteceu e não fui trabalhar”, isto é importante muito mais importante do que esconder e depois claro que a gente vem a saber quando recebe a nota de ocorrências da câmara, mas ser ela a vir-nos dizer o que é que aconteceu, não me senti bem aconteceu isto, não me apeteceu caírem as defesas e contarem-nos coisas que muitas delas contam que nunca contaram a ninguém na vida e coisas graves e traumáticas que se passaram na sua infância, na sua adolescência. O nosso objetivo é criar um espaço seguro onde a mulher se sinta segura, onde ela vislumbre na instituição, nos técnicos uma alternativa real para ter um projeto de vida diferente daquele que tem na prostituição. Não é fácil, não é nada fácil a instituição sabe perfeitamente que nós somos uma gotinha de água. O que é que o nosso trabalho nos dá? Dá-nos uma convicção muito forte em defendermos aquilo em que acreditamos isso dá-nos porque conhecemos as pessoas. Eu quando falo das pessoas eu vejo caras eu vejo nomes eu não estou a falar no vazio, portanto dá-nos essa grande convicção, mas sabemos perfeitamente que o problema em relação à prostituição não é com imensas instituições iguais à nossa que se resolve até podia haver a instituição em cada cidade do país, mas não é assim que se resolve. A grande questão aqui é as causas que levam tantas mulheres à situação de vulnerabilidade mulheres, homens, crianças que levam a num determinado momento da sua vida alguém as recrute, até uma amiga que diz que também faço isto não sei o que é que te posso dizer mais só se quiseres vir comigo. A instituição defende que se deve combater as causas que levam tantas pessoas em situação de vulnerabilidade sejam recrutadas para a prostituição. Há um outro serviço na instituição que eu não quero deixar de referir, temos o lar residência, as oficinas, o centro de atendimento – que faz trabalho com as mulheres que ainda se estão a prostituir – e um outro trabalho que é a informação que no fundo é isto que estamos aqui a fazer hoje é nós conseguirmos dar resposta ao estudantes que nos procuram, irmos as escolas, irmos aos grupos organizados quer seja em sindicatos paróquias, alguém que nos pede para irmos falar sobre a nossa experiência de trabalho e como é que nós vemos a problemática da prostituição e esse serviço também é fundamental para no fundo passar o que a instituição ao longo dos anos com a sua experiência foi aprendendo e o que é que consideramos que é importante para futuro para se poder minimizar um problema social tão grave.

**Entrevistadora:** Falou-nos um pouco aqui da parte dos serviços da instituição, mas no que diz respeito à direção. Qual a estrutura organizacional?

**Entrevistada:** Somos uma IPSS, uma instituição particular de solidariedade social, que têm todos os órgãos sociais mesa da assembleia geral que é constituída por um presidente e dois secretários a direção que é constituída o pelo presidente, pela secretária, pela tesoureira e por três vogais e o conselho fiscal que é constituído por um presidente e dois vogais, são todas pessoas voluntárias, portanto toda a direção é voluntária. A direção dá as orientações do trabalho, neste momento a presidente da direção foi diretora da instituição durante 40 anos, por isso está por dentro de todo o nosso trabalho todas as indicações estão relacionadas com os 40 anos de experiência no nosso trabalho direto, no fundo a direção é quem gere a instituição. Confia na equipa técnica, porque no fundo eu posso ser uma pessoa muito generosa muito bem-intencionada, mas sem querer ela pode estar a desfazer trabalho que um técnico está a fazer. Não é muito comum haver voluntariado na instituição, o que houve até corria bem, mas depois as pessoas desapareciam, porque não é uma problemática que não é como estar a trabalhar com crianças, com idosos que ainda há muito preconceito que elas estão lá porque querem que não saem de lá porque não querem as próprias mulheres de algum homem que pensem fazer isso acham que ele vai lá é para conseguir alguma coisa daquelas mulheres portanto há muito preconceito em relação a esta situação e não é fácil conseguir voluntariado para a instituição, mas cá são todas pessoas voluntárias nós podemos ter um voluntário e têm de ser muito bem enquadrados porque por exemplo se eu estou a fazer um trabalho com uma mulher de ajudá-la a gerir o dinheiro para o mês e de repente ela queixa-se a uma pessoa e ela dá-lhe 50€ às minhas escondidas pode estar a estragar todo o trabalho de estruturação daquele trabalho de estruturação daquela mulher a nível do seu orçamento que se está a fazer com ela, por isso é importante que os técnicos os estagiários sejam bem enquadrados e que perceba que as coisas ali não se fazem por acaso, não é por acaso que se paga em cheque às mulheres, claro que hoje em dia as coisas já avançaram muito. Muitas mulheres quando se prostituíam nunca tinham entrado num banco, pela primeira vez entraram num banco quando vieram para a instituição nunca tinham ido, não tinham conta bancária, não iam ao banco era um sítio para elas onde estão os engravatadinhos e nós não entramos ali, para quê? Nós temos o dinheiro aqui na mão, se for preciso até são clientes, mas ali não entramos! Parecem pequenas coisas e não são, o pagar em cheque, o terem um horário, depois há a pausa da manhã para tomarem o pequeno-almoço nas oficinas se quiserem, nada é feito por acaso é tudo pensado com objetivos pedagógicos. Nós fazemos aquilo que chamamos empréstimos, temos uma verba que o podemos dar a uma mulher que pode estar a precisar numa situação mais específica. As mulheres que estão na oficina recebem um subsídio de inclusão no final do mês, cada uma recebe 400€ para gerir e para fazer fase as suas despesas, mas pode haver uma mulher que pague 300€ de renda de casa e que não consiga com os 400 € sobreviver, por isso trabalhamos em articulação com a misericórdia, com a segurança social para conseguirmos outros apoios para aquela mulher. Por exemplo uma mulher que tenha filhos, encontrar uma creche ou um infantário onde ela pague mediante o que ganha, portanto, em vez de estar a pagar uma exorbitância numa ama privada a pagar ao dia, não o vai fazer, mas sim pagar consoante aquilo que ganha, consoante o seu subsídio de inclusão. Ao subsídio que elas ganham nas oficinas chamamos de subsídio de inclusão ao subsídio que recebem dos jardins já chamamos de subsídio de reinserção porque já há um avanço, porque nos jardins elas já estão muito mais próximas do que é o mercado de trabalho normal. Nas oficinas seguimos a lei geral de trabalho para elas saberem o que vão encontrar cá fora no mercado de trabalho para saber que se elas derem faltas tem de trazer justificação tem de avisar a entidade



patronal, como por exemplo de terem de ir ao médico ou que aconteceu alguma coisa com a criança, portanto se elas vão à assistente social elas trazem-me um papelinho da assistente social a dizer que tiveram lá, se elas vão buscar um banco alimentar elas trazem-me um papelinho a dizer que estiveram lá, o objetivo é a ajuda, não é controlo é a ajuda, ou seja é fazerem aqui aquilo que lhes vai ser exigido pela sociedade em geral. Quando se tem um trabalho é necessário que avisar a nossa entidade patronal se não vamos trabalhar apresentar a justificação, seguimos a lei geral de trabalho com esse objetivo de as ajudar na reinserção profissional e mesmo no lar, por exemplo é o mesmo quando nós temos crianças pequenas quantas vezes nos apetece chegar a casa e nem perguntar se trazem trabalhos ou não, como é que foi. É ensina-las no que diz respeito à relação materno-infantil porque nós temos mães com crianças mas ensiná-las que por vezes é muito mais fácil dizer “sim, sim e deixa-me eu estou muito cansada” é muito mais fácil, mas educar é muitas vezes dizer não, e é um não assertivo e é um não que se explica o porquê daquele não, explicar o porquê de as coisas não poderem ser uma balda, o porquê de no lar não se poder fechar o quarto à chave aquilo não é uma pensão não é uma casa de hóspedes aquilo é uma instituição em que temos de ter o conjunto o todo porque é que cada uma não come a sua refeição porque é que a refeição é confeccionada igual para todos, quer para os técnicos que nós jantamos e almoçamos lá com elas quer para o resto das mulheres, para tentarmos que haja um ambiente. Nós não somos a família delas, mas funcionamos como um sistema familiar tentando o mais possível colmatar as falhas entre aspas de que elas tiveram ao longo do seu percurso de vida, a nível de socialização através do processo de modelagem. Eu quando vou com uma mulher ao médico não é porque acho que ela é incapaz de ir sozinha ao médico o objetivo não é esse, muitas vezes são elas próprias que nos pedem, o objetivo é por exemplo quando nós falamos com uma mulher e lhe dizemos tu vais tratar deste assunto às finanças e elas chega toda chateada a dizer “não me resolveram nada fartei-me de discutir lá”. Depois nós vamos com elas e mostramos que envolver aquela pessoa que está ali a ajudar e discutir e dizer que é o meu direito e você isto e você aquilo é uma forma de elas através do que o técnico faz perceberem a melhor forma de alcançarem um objetivo ajudá-las a saber utilizar os recursos da comunidade, médico de família, junta de freguesia, tudo aquilo que elas necessitam como qualquer um de nós quando precisam de recorrer a um serviço ajuda-la a saber fazer o IRS, saberem que nesta altura até ao dia 25 de fevereiro tem de validar as suas faturas, podem parecer pequenas coisas e não são dão trabalho exigem tempo por parte dos técnicos ajuda-las a saberem consultar a sua página da segurança social a ver se está tudo em ordem a tratar de coisas com a segurança social. Quando elas nos pedem ajuda para procurar emprego ou para irem a um curso de formação profissional ajudá-las a fazer o currículo fazer com elas o treino de uma entrevista como se estivessem em frente ao empregador o que é que vão dizer como é que vão dizer fazer todo esse tipo de tarefas com elas e de procedimentos que depois vão ser importantes depois para a sua reinserção social. O último serviço da instituição que eu estava a falar, o serviço de informação, o que nós fazemos é passar a mensagem daquilo que é o nosso quotidiano e daquilo que é o nosso trabalho no direto com as mulheres.

**Entrevistadora:** Agora gostaria de compreender qual o seu papel na instituição?

**Entrevistada:** Eu sou assistente social, eu candidatei-me a uma vaga que havia de monitora. Eu fiz todo o percurso de estar como monitora do lar a ficar lá de noite a sair à meia-noite, ficar com elas a jogar às cartas, tive mulheres externas que viviam próximo do lar que ficavam connosco e que saíam quando eu saía as outras internas ficavam. Durante a noite não fica nenhum técnico, a partir das 11h da noite as mulheres são responsáveis pelo espaço, daí que seja tão importante a triagem dos casos que vêm para a instituição porque problemas mentais graves que necessitem de outro tipo de

acompanhamento que não possamos dar ou problemas de toxicodependência em que primeiro é preciso tratar desse problema fundamental que muitas vezes foi esse problema que as levou à prática de prostituição foi arranjar dinheiro rapidamente para a droga. Portanto fazemos o estudo da situação antes porque as mulheres já na fase de reinserção temos o objetivo é que corra bem e que consigam fazer um caminho, não quer dizer que não haja avanços e recuos há mulheres que vão para um trabalho e as coisas não correr bem, mas sabem que continuam a contar connosco que a porta continua aberta mas o que é certo é que nós temos a consciência das nossas limitações por isso fazemos uma triagem e um estudo rigoroso e um acompanhamento próximo das situações antes de entrarem na instituição sobretudo no lar, nas oficinas é mais fácil. Podemos detetar que há problemas tentamos ver como podemos resolver, mas ela está ali connosco das 9h às 17h30 enquanto no lar é diferente ela está lá a dormir depois ficam sozinhas ao fim de semana o técnico só entra às quatro da tarde. Em relação às minhas funções entrei na instituição como monitora. No lar é onde nós conseguimos talvez por causa da relação informal a partir de uma certa hora ficamos na conversa onde se consegue saber muita coisa da vida das mulheres de uma forma espontânea em que ela nos vai contando, baixaram as defesas já confia em nós já está na instituição há algum tempo vai contando o que se passou no seu percurso na sua vida, todas as vulnerabilidades os traumas as coisas boas e as coisas más que passou. Comecei como monitora no lar depois passei para coordenadora, eu assistente social sou sempre pois é a minha formação académica, mas entrei como monitora para a categoria de monitora de lar depois passei para coordenadora do lar como técnica superior já como assistente social. Entretanto em 2001 a Dra. Inês Fontinha, a diretora, precisava de alguém também próximo dela para ajudar no trabalho da informação, nesse ano começamos o protocolo de jardinagem, por isso era necessário haver alguém responsável pelo protocolo e no fundo ser a pessoa que é o elo de ligação entre a câmara e as nossas mulheres quer para a integração delas, eu mensalmente vou ao jardins, elas vêm ter comigo uma vez por mês, trazer o recibo do passe assinar o recibo do subsidio de reinserção fazemos atendimento ajudamos a resolver qualquer problema que surja. Só para lhe dar um exemplo nem sempre as coisas correm muito bem há alturas em que temos que pedir as mudanças de uma quinta ou de um jardim é uma coisa que tem de ser negociada com a câmara, o facto de eu ter uma mulher que estava com um companheiro que a maltrata de ela fugir dele, mas ele até sabe onde é o jardim em que ela está tenho que organizar as coisas de forma a tentar a ela a ir para outro jardim em que ele não saiba onde é que ela está. Podem surgir várias questões para resolver durante o tempo que estão no protocolo de jardinagem, mas no fundo o meu trabalho é o trabalho de uma assistente social normal, que é ajudar as pessoas a concretizarem o seu projeto de vida nunca fazer nada pelas pessoas, mas sim com as pessoas, o projeto não somos nós que fazemos por elas, mas sempre lado a lado estando um bocadinho a ser as balizas e não deixar cair nem para um lado nem para o outro. Fazemos um trabalho intervenção social de acompanhamento quer das mulheres que estão connosco e os seus filhos, quer das que estão nas suas casas, nos seus quartos, partes de casa e esse acompanhamento é feito delas e do agregado familiar. A segurança social não teve grande dificuldade em entender isto e é uma verdade não é dar-nos mais trabalho é estarmos mais tempo porque a trabalhar com pessoas não perdemos tempo gastamos mais tempo com uma mulher que está fora da instituição do que com uma que está lá dentro num lar porque dentro do lar está tudo mais próximo enquanto a que está fora temos de ajudar nas questões da casa, perceber as relações da vizinhança, perceber os recursos da comunidade, ajudar com os filhos que quando chegam a casa, a visita domiciliaria integrada no acompanhamento não vamos lá visitar para beber um chá não quer dizer que um dia ou outro não possa fazer isso, mas temos objetivos muito concretos com as visitas domiciliares é ajudar as pessoas a pedido delas. Nós não fazemos visitas surpresa achamos que os

técnicos de ação social começaram a ter um carinho com as pessoas que ajudamos como sendo as assistentes sociais retiram os filhos às mães vão a casa ver como é que a gente gasta o dinheiro e esta questão é uma falta de respeito aparecer em casa de alguém de surpresa se é uma pessoa com quem eu estou a trabalhar, assim ficamos com o carimbo de controladoras e nós não vamos lá para a controlar a gente vai lá para ajudar. Portanto mesmo que eu vá lá marque com a rapariga e vejo uma coisa menos bem o meu objetivo é ajudá-la não é estar ali a controlar nem a ver nem a abrir os armários, nem a abrir o frigorífico para criticar eu quando vou a casa de uma mulher ela é que me vai mostrar os armários e o frigorífico porque quer, não sou eu que vou lá andar a abrir nada. Eu acho que outra coisa importante de nós técnicos da área social é nós percebermos que nós como pessoas somos todos iguais realmente podemos é ter funções diferentes e elas ali na instituição elas percebem isso perfeitamente nós somos iguais mas eu tenho uma função e elas tem outra, mas somos iguais portanto eu se exijo da parte delas ou se acho que devo exigir e que merecem respeito eu também tenho que as respeitar portanto eu não vou estar a fazer coisas considerando os outros menores só porque precisam de ajuda de uma instituição antes pelo contrário eu tenho que ajudar a que elas percebam que elas não são menores, que o estigma que tem da culpa que não é a culpa dela a situação de violência as situações da sua própria vida e todos os fatores do seu percurso de vida que não é culpa dela que aquilo tenha acontecido como muitas delas acham que de alguma forma merecem aquela situação daí que a questão do apoio psicológico e a psicoterapia seja tão importante, mas também nós técnicos da área do social temos treino e sabemos as técnicas para utilizar numa entrevista de ajuda coisa que é muito importante fazer com as mulheres ajudá-las a avançar mesmo que sejam pequenos passos, passos seguros, faz parte das minhas atividades com elas ajudá-las com a procura de emprego fazer o currículo de se inscreverem na NET Emprego de se inscreverem no centro de emprego irem às entrevistas. Todo o processo de apoio para a reinserção social tendo em conta à autodeterminação das pessoas, tendo em conta que por vezes a Dra. X costumava dar um exemplo que eu achava muito engraçado e que quem mora nesta cidade consegue perceber isto melhor, mas é igual noutra sítio qualquer por causa das linhas do metro, nós temos um metro que vai direto para ao lado A do sítio onde nós estamos por exemplo e há um outro que vai ao lado B dá uma volta pelo lado C e depois é que vai ao lado A isto é a questão do tempo. Se a mulher disser que quer ir pelo caminho maior ela tem de fazer a volta maior até para ela perceber que há uma forma de lá chegar mais curta, mas é o tal respeito pelo tempo das pessoas o tempo das pessoas não é o tempo dos técnicos, não é o tempo dos políticos. Uma pode demorar 6 meses a organizar uma série de coisas na sua vida e vir-nos logo a pedir para começar à procura de um trabalho ou quer um curso de formação profissional ou quer tirar o 12º ano, outra pode demorar dois ou três anos até dar o primeiro passo a fazer esse pedido. Daí que seja tão importante na instituição de nós termos o cuidado de não dar mais ansiedade às pessoas, de impor limites de tempo quando há algumas pessoas que não conseguem fazer naquele tempo que muitas vezes dizemos que só tens este tempo e mais nada, nós não concordamos com isto e conseguimos que a própria segurança social entendesse que o tempo das pessoas tem de ser respeitado e há pessoas que demoram muito mais tempo a conseguir organizar-se e orientar a sua vida do que outras. Face ao meu trabalho, neste momento estou na sede da instituição na oficina de treino e aprendizagem ao trabalho ou melhor neste momento não estou, neste momento estou também canalizada para o lar porque toda a equipa em situação de pandemia estamos alocados de forma diferente para nos prevenirmos o mais possível e que para caso haja algum surto termos uma equipa 14 dias em casa que vem substituir a outra equipa que está, portanto estamos com equipa em espelho, fazemos todo o trabalho de ação social com elas ir aos recursos da comunidade se for necessário ir ao hospital marcar uma operação tratar do abono de família dos filhos, tratar seja do

que for, a escola é preciso ir ajudá-la porque não sabe como é que pode fazer para inscrever na escola na creche sempre com o objetivo de não andar com as pessoas ao colo, mas com o objetivo de elas por modelagem e porque confiam em mim eu ser para elas também uma referência e ir com elas tratar dos assuntos. Mostrarmos ao mesmo tempo que como elas dizem “não tem vergonha de ir comigo, não tem vergonha de andar comigo, vai-me ajudar a tratar de um assunto” e vai-se ganhando confiança houve mulheres que ganharam mais confiança comigo e contaram-me coisas partilharam comigo situações da sua vida, por exemplo ao estarmos a beber um cafezinho enquanto esperávamos pela hora de sermos atendidos na segurança social, porque às vezes uma situação de uma certa informalidade de estarmos ali de estarmos à espera. Nós não vamos com as pessoas para estar a fazer companhia se calhar qualquer um de nós gostava de ter companhia para ir ao médico e muitas vezes não temos não é porque é aborrecido estar tanto tempo à espera, mas nós não vamos com o objetivo de fazer companhia nós vamos com objetivos pedagógicos e com objetivos de ajuda à pessoa que vamos acompanhar nas várias diligências que ela necessita. Outra questão importante em termos do nosso trabalho é ajudá-las a abrir horizontes para outro tipo de situações da sua vida neste momento com a pandemia não tem sido possível, mas uma das coisas que o lar fazia era um planeamento de atividades educativas e culturais, quer o planeamento das férias, quer o planeamento de dias significativos como o 25 de abril, o dia da mulher outros mais lúdicos como o carnaval ou o dia dos namorados, fazemos algo para as ajudar a terem outros horizontes a encararem a cultura, porque a cultura é fator de inclusão a importância que é elas passarem ao filho em vez de passar a tarde toda a ver novelas ou a ver desenhos animados de que forma é que podemos ajudá-la a que a própria criança que está com ela por exemplo que goste de ouvir uma musica clássica ou que goste de ouvir uma outra música qualquer ou ver um bailado ou seja o que for mas ajudá-las a que a cultura faça também parte e que sintam elas próprias que fazem parte de uma sociedade. Assistir a um debate ou a um programa qualquer que nos interesse na televisão e depois discutir sobre aquilo que estivemos a ouvir em conjunto, por exemplo nas oficinas faz-se uma reunião mensal com elas para avaliação cada uma se avalia a si própria e avalia as colegas o objetivo não é a produtividade o objetivo é a aquisição de competências, pode haver uma mulher muito esforçada e que não consegue atingir o que outra atinge é importante elas saberem fazer uma critica construtiva se aquela mulher até se esforça imenso, mas não tem capacidades ou cognitivas ou porque vê muito mal fazer o que a outra faz mas temos que valorizar este esforço é importante ajudá-las a fazer esse esforço portanto ajudá-las a fazer uma critica construtiva a saber valorizar não somos todos iguais uns temos mais capacidade para isto outros para aquilo mas temos que nos respeitar todos e essas reuniões são de extrema importância para elas irem crescendo também sendo solidárias com o outro. Há mulheres que saíram do pé de nós, por exemplo quando há uma festa se oferecem para vir fazer os doces, uma mulher que trabalha no restaurante que faz muito bem mousse de chocolate, mousse de manga quando há uma festa ela vem fazer é como ela diz “é no fundo pagar um bocadinho do que vocês me deram”, mas no fundo para nós a grande importância é que gostamos que ela venha como ela também sente que, com as outras que são novas, vem partilhar um bocadinho e da gratidão que ela sente por uma instituição que a apoiou quando ela mais necessitou. Estou-me a lembrar de um caso concreto de uma mulher traficada e que hoje está ótima com o marido e com os filhos e têm sido todos eles uns lutadores e está integrada cá em Portugal e os filhos já são todos portugueses e veio de uma situação muito complicada de tráfico na Nigéria, no fundo o nosso trabalho como assistentes sociais é tendo em conta todos os princípios da intervenção ajudarmos as pessoas com a sua autodeterminação. Uma mulher pode dizer-me que que passar um fim de semana fora com o namorado e eu por A mais B mais C, seja o que for por várias circunstâncias e estou-me a lembrar de um caso em concreto que esse namorado era um cliente um

ex-cliente que até a veio trazer à instituição porque queria ajudá-la, só que de uma classe social completamente diferente da dela mas ela tinha a esperança que ele a ia pedir em casamento mas esta esperança era só dela porque nada disto ia acontecer porque isso da *pretty human* só nos filmes, não existe na realidade. O que é certo é que tivemos muitas dúvidas se ela deveria ir até porque já estávamos a prever o desfecho e a magoa que ia ser para ela, mas na reunião com a psicólogo ela disse-nos que devíamos deixar ir ela precisa de ser ela a passar porque senão amanhã ia idealizar aquela relação ia achar que foi por nossa causa que não tinha a vida que queria ter com a pessoa de quem gosta, mas hoje tem a sua vida muito organizada e está ótima, mas realmente teve que ir perceber por si própria que ele queria que ela fosse com ele para o Algarve para poder utilizá-la com forme queria e quisesse, mas que no fundo nunca a iria pedir em casamento que isso era uma ilusão da cabeça dela e assim foi e o que é certo é que ela cortou relações com essa pessoa e depois andou com a vida dela para a frente e hoje está ótima. Nas reuniões de equipa, uma vez uma voluntária teve numa reunião de equipa conosco uma pessoa que era para vir para a direção, mas que por motivos pessoais não conseguiu e ela não estava a perceber porque é que estávamos ali quase à meia hora a falar de uma situação em concreto parece que estávamos a bater pedra. Estávamos a falar de uma situação em concreto de uma mulher que veio para o nosso lar e queria que nós guardássemos no nosso lar uma série de coisas de um companheiro dela que estava preso e o porquê de não guardamos e não deixarmos que ela trouxesse as coisas do companheiro para ali e depois encontramos uma solução, mas da importância de proteger o lar como um sítio para as mulheres seguro, esse homem estava preso por tráfico de mulheres quer dizer conhecer o lar da instituição, ter lá as coisas dele e estávamos ali à uma série de tempo porque as coisas não nos passam assim ao largo há coisas que podem parecer pequenas mas têm de se pensadas antes de ser confrontadas com uma situação que depois não conseguimos resolver. O trabalho do assistente social praticamente é este é estar dia a dia com as mulheres depois fazer *advocaci*, por exemplo quando vou com uma mulher ao médico ou quando vou com uma mulher à segurança social também com o objetivo de defender os direitos da mulher muitas vezes depois são mulheres que têm dificuldade em arrebatarem em justificarem e nós estamos ali para as ajudar não só para elas aprenderem como é que se faz, como também para ajudar a que elas consigam a ter os direitos que lhes assistem e saberem reivindicarem e saber tratar das questões para terem os seus direitos.

**Entrevistadora:** Vamos nos focar agora no apoio às mulheres. Colocando as seguintes questões: “quais são os principais problemas, dificuldades e situações que elas enfrentam?”

**Entrevistada:** Os principais problemas tem a ver com aquilo que eu falei na altura as causa que as levaram à prostituição muitas vezes deixaram marcas muito profundas a todos os níveis de organização interna, do seu bem estar emocional e físico portanto manifestam claramente problemas de depressão, de stress pós-traumático, questões muitas vezes em que se mostram agressivas e aquilo é apenas uma fachada porque elas dizem “as pessoas olham para nós como se nós metêssemos nojo e nós metemos uma carapaça para estarmos aqui duras”. É uma mulher que para se defender olha-se no espelho de manhã e diz “isto até se faz bem podia ser pior eles até são nossos amigos, os clientes” porque no fundo é uma forma de quando uma pessoa não vislumbra uma saída para a situação de violência onde se encontra tenta glamorizar um bocadinho ou até valorizar um bocadinho a situação em que se encontra isto é humano é eu estar numa aflição mas pensar no que posso tirar de positivo nisto. Ali não há nada positivo o que é certo é que ela tenta encontrar uma forma de se conseguir libertar daquele peso e depois é por isso que muitas delas procuram no álcool e nas drogas uma forma de alhearem da violência do dia-a-dia, mas as mulheres apresentam várias questões que são

importantes. A instituição ao olhar para a pessoa de uma forma abrangente, olhar para as pessoas de uma forma holística que não é tratar de o problema da habitação, do problema da escola, tratar do problema do emprego ou tratar do problema do filho, não vamos andar a mandar as mulheres daqui para ali para acolá, a instituição olha para a pessoa no seu todo e ir fazendo com ela um programa de intervenção e depois um projeto de inserção sempre com ela para resolver todos os problemas com que se debatem, claro que problemas exteriores a ela, há um grave que se já todas ou a maioria delas passa por esse problema grave que é a questão da habitação. A questão da habitação muitas vezes para uma mulher sozinha com um filho que ganha o ordenado mínimo nacional muitas vezes não têm qualificações para ganhar muito mais que isso, vão para a restauração para empregadas de limpeza mesmo no jardim onde elas estão é o ordenado mínimo nacional e que lhe pedem 500€ ou 600€ ou 700€ por uma casa com uma assoalhada isto é muito complicado gerir esta situação é que ainda por cima ela depois tendo um ordenado estando a fazer descontos para a segurança social não tem direito a apoios sociais que uma pessoa com o ordenado mínimo não tem direito depois de ter o complemento do RSI ou isto ou aquilo não tem direito a mais nada, portanto o problema da habitação é um problema grave é um problema que muitas vezes é impeditivo de as pessoas andarem para a frente no seu percurso e no seu processo de mudança. Viver em quartos como elas dizem muitas delas sempre o fizeram, mas o grande objetivo era terem uma casa terem o seu espaço muitas vezes terem de viver com o filho numa única assoalhada. Temos algumas mulheres que há muitos anos, são sobretudo mulheres mais velhas moravam em barracas nos bairros as barracas foram deitadas a baixo e foram construídos bairros de habitação social e elas conseguiram ir para bairros de habitação social, essas conseguem minimamente orientar-se porque pagam a habitação consoante o rendimento que têm, agora as outras mesmo uma mulher que nós temos que trabalha nos nossos jardins que até já passou para a câmara mesmo essa mulher que conseguiu há muitos anos uma casa onde paga 300€ passa muitas dificuldades económicas para conseguir esticar os outros 300 para ela, para o filho, para pagar as contas. É uma verdade que não é um problema só das mulheres na situação de prostituição é um problema comum a tantos jovens que gostariam de começar a ter a sua independência dos pais a ter o seu espaço e que não o conseguem fazer e então uma pessoa sozinha bem pior é porque se uma pessoa está com outra há uma partilha das despesas, hoje em dia sabemos bem a dificuldade que existe a este nível. As mulheres prostituídas, as mulheres que nos pedem ajuda têm uma panóplia de questões quer com questões externas a si próprias quer questões do seu interno que têm de ser com calma com contacto tem de ser trabalhada exigem tempo, exigem reflexão exigem tomada de consciência das suas capacidades das suas potencialidades, mas também das suas fragilidades daquilo que muitas vezes faz com que as coisas não corram bem ou porque são mais impulsiva ou porque sou mais introvertida e não faço nada para conseguir, deixo-me estar e fico mais deprimida e vou-me deixando estar portanto há toda uma série de questões que têm de ser com que elas sintam que têm um apoio de retaguarda não descurando nunca a sua autodeterminação e que em última análise quem faz as suas opções e as suas escolhas é a mulher não quer dizer que se a mulher tiver confiança em mim não me venha pedir uma opinião. Nós fazemos ações de aprendizagem, uma que está nos nossos planos é uma ação relacionada com a parte financeira e a esses cartões de crédito que andam por aí para elas perceberem o perigo que é deixarem-se envolver numa situação de cartão que depois nunca mais, mas isto também não são só elas há gente a que isso acontece, portanto ajudá-las a perceber claro que uma mulher se quer muito se tem aquela impulsividade a pouca tolerância à frustração e quer muito uma coisa ela vai fazer isso sem nos consultar porque ela sabe que nós a iríamos ajudar a refletir sobre isso não quer dizer que ela depois não fizesse na mesma mas pelo menos ela sabe que nós a vamos ajudar a refletir sobre se perde o trabalho depois o subsídio de

desemprego é “X” se surge alguma dificuldade, que ajudamos pelo menos a refletir se ela se vai por assim numa dívida que pode desorganizar a sua vida toda e ficar numa situação muito complicada. Como eu digo, há várias questões e no fundo muitas questões ligadas ao relacionamento interpessoal à forma como se olha para o outro porque as vivências que tiverem durante o tempo de permanência na prostituição deixaram marcas e marcas profundas na forma como se olha para o homem. Eu lembro-me de uma vez em que um amigo meu ou irmão meu me foi buscar ao trabalho e a primeira coisa que ela me disse foi “como é que o seu marido não fica chateado com isto?” para elas um outro homem me ir buscar ao trabalho é impensável, o meu marido não devia deixar. Há uma série de valores que lhes foram transmitidos a elas como a muitas pessoas da sociedade, mas que na prostituição parece que tudo se agudiza que tudo tem um peso maior, mas não é muito diferente daquilo que se passa na sociedade em geral, ajudá-las a pensar por exemplo como as vezes faço quando estou na sala de trabalho com elas se o meu marido arranjar uma outra mulher porque é que eu vou e a primeira coisa que elas acham é que eu vou ter com a outra mulher e falar com ela vou-lhe dar na cara ela é que se meteu com ele coitado do homem, se se dá um osso a um cão ele roí e ajudá-las a refletir sobre isto tudo o que é que está por detrás disto tudo. No fundo se eu for casada com aquela pessoa é aquela pessoa que tem um compromisso comigo a outra sei lá eu se também não foi enganada, mas a mulher é logo contra aquela que está porque no fundo parece que a responsabilidade é só dela parecem pequenas coisas, mas que são muito importantes também para elas ganharem consciência da defesa dos seus próprios direitos. Por exemplo a questão do ciúme o de acharem que um casal sem ciúme é porque ali há qualquer coisa e depois deixam-se muitas vezes estar em situações tóxicas em situações de agressividade só porque no início acharem muita graça ele querer ver as mensagens que ela trocava com A, com B ou com C, depois já não acham graça nenhuma quando a situação chega à situação de violência. Há toda uma série de questões que no fundo é viver com pessoas, é estarmos a viver com pessoas nós também erramos nós não temos de ter problema nenhum em se errarmos em alguma situação com uma mulher em pedir desculpa, todos nós somos seres humanos. O nosso trabalho passa por à aceitação da pessoa tal como ela é sem juízo de valor sem culpabilização e tentar dentro do projeto que essa mulher pensa para a sua vida com afeto, tendo em conta os princípios de intervenção ir ajudando com dinâmicas de grupo se for necessário e se for importante em dados momentos tentarmos encontrar todas as alternativas para ajudar as pessoas num caminhar progressivo para a sua autonomização.

**Entrevistadora:** Dentro do grande grupo de mulheres que a instituição acompanha quais os problemas que enfrentam, especificamente, as mulheres com filhos?

**Entrevistada:** Nós temos mulheres que já têm filhos mas mesmo quando tinham um filho a seguir casaram tem mais dois do atual companheiro se o tal companheiro aceitou bem a primeira criança as coisas correm bem e temos casos assim, mas a grande questão é quando é uma mulher sozinha com um ou dois filhos tudo se complica a nível de não haver uma figura parental muitas vezes filhos de mais que um homem em que ela de repente se sente assoberbada e é aí que nós também temos que ajudar com as crianças com o ter que cuidar o ter de ser protetora, de ser educadora. Claro que os filhos só podem aparecer na vida destas mulheres e constituírem-se de duas formas ou o fator de que vai precipitar a mudança, em que ela nos diz eu estou grávida eu quero sair disto eu não quero que o meu filho venha a saber que isto me aconteceu na vida ou um fator para ficar mais tempo que é dizerem-nos quando nos contam as histórias muitas vezes já os filhos cá estão onde dizem que continuaram naquela vida porque queriam dar ao filho aquilo que não tiveram. O grande objetivo é ajudá-las a perceber que a qualidade da relação é muito mais a do que a quantidade de coisas que

pode dar à criança e o dinheiro pode ter no fundo uma vida muito mais instável, porque no fundo na prostituição vive-se uma vida sem planos para futuro não se sabe o que vai acontecer amanhã quem é que quer para os seus filhos ou para as suas filhas uma profissão onde a probabilidade de ser magoada de ser violada de ser violentada de ser espancada é superior a qualquer outro trabalho, ninguém quer isso para as pessoas de quem nós gostamos. Na prostituição elas vivem muitas vezes sem grandes planos, mas ter uma criança é um plano muito longo porque temos ali alguém que depende de nós que nós temos responsabilidade e é esta questão que temos que ver com elas porque enfrentam questões realmente difíceis, mas é para isto que realmente nós lá estamos. Neste momento eu tenho a situação de uma rapariga que vai entrar no lar com um bebé de 10 meses e está quase a fim de termo do segundo vai ser uma situação que nos vai dar muito trabalho, mas é uma mulher sozinha que quando nasceu o filho foi o marco para mesmo as drogas e a prostituição desaparecerem da vida dela quer dizer o centro dela é aquela criança que já cá está. A rapariga achava que estava prevenida porque tinha um implante e engravidou agora outra vez e quando deu conta já está de 7 meses, por isso vai ser uma situação que vai exigir muito da nossa parte. É o mesmo que uma mãe solteira sozinha, não é por ser prostituída é isto que eu também gostava que ficasse claro porque uma pessoa que se vê sozinha com as crianças sem ter alguém com quem partilhar claro que não quer que isso não aconteça a tantos pais que se divorciam e que ficam sozinhos durante muito tempo, mas aqui temos que pensar que há vários fatores de vulnerabilidade acrescidos não é só a questão de haver uma mãe solteira com um filho até ser mãe solteira por opção e consegue orientar a sua vida perfeitamente aqui tem a ver com todos os outros fatores presentes na história de vida das mulheres não é só por ter um filho. Claro que um filho é sempre uma responsabilidade grande porque é que as famílias com projetos de vida um bocadinho mais estruturados e os jovens tem cada vez filhos mais tarde porque tem receio tem instabilidade do mercado de trabalho do valor das rendas de casa enquanto que em muitas situações em que as pessoas têm é por isso que há famílias mais numerosas nas famílias de estratos sociais mais altos como nos mais baixos onde no fundo dizem que mais uma boca tudo se cria onde comem dois comem três. No entanto, é como digo isto não é específico no contexto de mulheres prostituídas criar filhos sozinhos não é fácil, tendo apoio e tendo os apoios certos claro que como digo não é fácil se não há família de retaguarda para ficar quando as crianças ficam com constipações com problemas respiratórios a possibilidade de perder um trabalho aumenta, sobretudo no tipo de trabalho que estas mulheres tem, num restaurante que se estão a contar que ela faça a comida ela faltando é um grande transtorno, ora tendo um filho que constantemente a ter constipações aquelas coisas normais que as crianças têm não havendo ninguém de retaguarda que possa apoiar nestas alturas é uma situação grave, mas como digo tanto é grave para as pessoas que se prostituem como para as outras pessoas. Aqui a grande questão que se pode colocar é a falta de apoios de retaguarda a falta de ter alguém em que uma pessoa sinta confiança para dizer que aconteceu algo e que não posso mesmo faltar ficas com a criança, claro que havendo um casal as coisas são partilhadas e é diferente, mas não quer dizer que o facto de elas estarem sozinhas com as crianças não sejam ótimas mães como eu digo à situações em que são os filhos que fazem com que elas repensem a sua vida e deem a volta e venham pedir ajuda para sair da prostituição as situações que elas encaram são as situações que qualquer família monoparental passa, mas eu estou a falar das mulheres que já estão connosco e pediram ajuda para sair. Mulheres que estão na prostituição é mais complicado a este nível ou conseguem separar e é a tal questão da separação entre por exemplo terem alguém cá de família e estou a falar de mulheres estrangeiras por exemplo vêm para o nosso país com o filho e trazem mais alguém da família e depois é essa mulher que diz que trabalha nas limpezas e que se prostitui numa casa fechada para a mãe que fica com o filho não saber, mulheres que estão na



prostituição separam normalmente para a família de retaguarda que apoia e o filho não se aperceberem da situação que ela vivencia claro que escondem sempre que estão a fazer prostituição ao filho e as pessoas de família que tem cá. Há uma questão que é não é propriamente a ausência porque se for preciso elas até vão todos os dias à ama ver a criança, mas há situações em que o facto de o álcool as drogas estarem no meio disto e por isso não é o facto de ser prostituída que causa numa maternidade uma sinalização daquela situação muitas vezes não é essa a questão com que se sinalize é outras questões que estão adjacentes por exemplo a droga ou o álcool, mas isso tanto acontece com mulheres que se estejam a prostituir como qualquer outra pessoa.

**Entrevistadora:** Neste grupo em particular beneficiam de um apoio específico da instituição?

**Entrevistada:** Ajudamos em todos os direitos que elas possam ter em relação às crianças ajudamos a encontrar uma estrutura para a criança ficar durante o dia, uma creche um jardim de infância. Só para ter um exemplo agora esta mulher vai entrar tem um filho de 11 meses as escolas estão fechadas agora, mas nós já tínhamos a inscrição para o menino feita portanto assim que as escolas abrirem ele vai entrar na creche vai entrar para começar a ir para as nossas oficinas e à procura de trabalho, claro que tem esta nova gravidez claro que isto vai complicar, mas beneficiam de todo o nosso apoio como qualquer outra acrescido que é um agregado familiar é uma mãe com dois filhos e tudo o que isso implica a nível de apoios que essa mulher precisa de ter. Nós apesar de não sermos a família entendemos perfeitamente que uma mulher sozinha com um filho ou com dois se lhe apetecer ter uma horinha ou duas para ela também precisa de ter e nós também podemos ficar com a criança claro que se a criança for para a creche ela está no seu trabalho e é como qualquer pessoa, mas nós próprios ali da instituição e do lar onde elas estão com as crianças podemos nos constituir como a alternativa que elas não têm por parte do marido ou de uma avó ou de um avô da criança. Claro que não podemos levar as crianças para casa não é pedagógico nem é o correto, mas por exemplo se houvesse voluntários que fizessem isso talvez apesar que mesmo aí seria uma questão avaliarmos bem porque conhecemos histórias de algumas crianças que iam para a casa de voluntários onde tinham tudo é a tal diferença em quem tem muito e quem não tem quase nada e depois o que isso causa. Na instituição as mulheres ficam com os seus filhos lá no lar vão por os filhos às creches ou as escolas e vão trabalhar como qualquer outra pessoa, tenho uma mulher lá connosco que está a trabalhar nos jardins às 8h da manhã deixa a criança na pré-primária e tem uma tolerância de meia hora porque o jardim também não é muito longe de onde ela vive para entrar às 8h30 no local de trabalho e depois como sai às 4 da tarde vem nas calmas buscar a criança antes de ir para o lar. Têm todos os apoios, claro que quando são mães muitas vezes são elas a nos pedir ajuda sobretudo quando são mais de primeira viagem vir pedir conselhos a quem já têm filhos, por exemplo se uma mulher dá uma castigo a uma criança – aconteceu isto na instituição – que no país dela de origem a Nigéria por exemplo que lhe fizeram a ela isso e que ela acha que qual é o mal, fizeram-me a mim qual é o mal de fazer também e nós temos que explicar que aquele tipo de castigo aqui é maltrato e ela arrisca-se a que lhe possam retirar a criança se continuar a impingir aquele tipo de castigo à criança e não podemos deixar ponto final paragrafo. Isto tem a ver com a cultura, mas nós temos de dizer não! Tu vieste para a europa estás num país onde meter piri-piri na vagina da menina porque se portou mal é de maltrato não o podes fazer. Vai havendo evoluções, nós temos lá uma rapariga agora que fechava a filha quando a filha tinha sido malcriada, na casa de banho e fechava a porta para a miúda não conseguir abrir a porta e era uma berraria de todo o tamanho a miúda do outro lado ao gritos, mas ela foi evoluindo ela teve atenta ao que é que na escolinha fazem quando as crianças tem um comportamento menos adequado e ela agora já faz igual ao que a educadora costumava fazer, encontrou um cantinho,

não é um cantinho escuro, lá na casa que a menina já sabe que é um cantinho para pensar se faz alguma coisa que não está tão bem fica ali uns minutos para pensar às vezes bem barafusta mas não a mãe mantém a decisão. Por exemplo ajudar as mulheres que tem filhos na idade escolar a importância de irem à escola de não faltarem à reunião de pais de fazerem o acompanhamento das crianças. Há mulheres que agora estão a ter problemas com a questão da pandemia e que inclusive uma mulher que trabalha nos jardins conseguimos que a escola até deixasse que o menino fosse para as escolas de acolhimento que há para trabalhadores essenciais porque ela a trabalhar, as plantas não se tratam sozinhas, os jardins não se varrem sozinhos portanto ela não pode fazer teletrabalho e o facto para este menino ter sido muito prejudicial em abril ele ter ficado em casa nesta altura prevenimos e pedimos se havia a possibilidade de como ela ultrapassa que o trabalho dela é considerado essencial como as pessoas que trabalham na câmara os que andam a tirar o lixo estão a trabalhar normalmente. Conseguiu-se que a escola encontrasse uma solução de ele ir presencialmente às aulas e isto é bom em termos das rotinas sobretudo quando são crianças com mais questões também é uma mãe solteira também vive sozinha com a criança e não tinha outra alternativa ela até agora tem estado com as faltas justificadas ao abrigo daquele decreto de quem tem os estabelecimentos de ensino fechado recebe 66% do salário claro que a instituição mete os outros 33% portanto ela tem estado em casa e recebe os 100%, mas vimos em conjunto que independentemente de ela ser necessário em trabalho e ser importante ela mostrar que ela também tem interesse para nós pesou aqui mais a criança e as aprendizagens da criança. Já naquela altura perdeu porque esta foi uma mulher que foi para fora do país para Inglaterra há três anos atrás tentar uma melhor situação para a sua vida as coisas não correram bem e voltou e o menino perdeu um ano ficou retido um ano e com estas mudanças que já aconteceram na vida dele esta situação da pandemia viu-se que a criança não estava a lidar bem com isto portanto agora o facto dela trabalhar num jardim fez com que fosse possível agora tratar dessa questão para a criança e ir trabalhar. Claro que consoante cada criança consoante se são crianças com problemas de saúde, problemas de disciplina, problemas de serem crianças mais tristes claro que temos uma atenção especial no fundo aquela mãe está ali connosco e temos uma atenção especial para além disso no sentido de não perpetuar o ciclo, o ciclo da pobreza o ciclo da vulnerabilidade. Por isso é que me preocupa tanto as escolas estarem fechadas no fundo miúdos com potencial miúdos com talento miúdos muito inteligentes mesmo que sejam de estratos sociais mais pobres na escola é pelo menos um vislumbre que se podem destacar e virem em termos do elevador social é ali na escola agora se são crianças inteligentes, mas que chegam a casa e não tem computador ou porque os amigos estão a jogar a bola lá na parte de baixo do prédio ou porque o pai e a mãe, um trabalha nas obras e outro nas limpezas e não pode dar aquela atenção à criança como os pais que estão em teletrabalho ou que pelo menos possa um deles estar a dar apoio esta criança por muito inteligente e talentosa que seja se calhar o elevador social acabou. Este ano vai ser muito difícil as crianças de estratos sociais mais pobres são os que vão sofrer mais com o fecho das escolas.

**Entrevistadora:** Para finalizar tenho uma última questão. Na sua opinião acha que seria importante que o estado democrático investisse numa política pública de proteção e salvaguarda dos direitos das crianças?

**Entrevistada:** Mas com certeza! Acho que as crianças são o futuro. Como por exemplo uma rapariga que esteja na toxicod dependência a consumir vai parar a uma maternidade e sem ter atenção aquela criança além que aquela criança também pode já nascer com dependência e tem de ser tratada clinicamente a própria mãe se não tem condições ou se não vai para uma comunidade terapêutica

com a criança porque há essa possibilidade a pessoa se realmente quiser ficar com o filho há algumas alternativas que podem surgir se a pessoa se quiser tratar e ir com o filho para uma comunidade terapêutica, mas e é claro que já há proteção das crianças dizer que as vezes há coisas que correm menos bem todos nós sabemos que sim todos nós ouvimos as notícias de crianças maltratadas que deram sinais e que ninguém teve atento aos sinais portanto todos nós sabemos disso. Mas claro que deve haver políticas de proteção isso é basilar e fundamental daquilo que são defendermos os direitos humanos e os defendermos a constituição tem muito a ver com quem nós somos como sociedade e como tratamos as nossas crianças e o que é que prevemos a nível do futuro das crianças.

## **Entrevista 2:**

**Entrevistadora:** Como investigadora, cumprirei todas as normas éticas das ciências sociais, das ciências da educação, assim como o Código de Ética da Universidade do Minho, sendo totalmente garantida a confidencialidade e o anonimato dos participantes no estudo, bem como a utilização exclusiva para fins académicos dos dados recolhidos.

**Dados de Caracterização:** idade; formação académica e curso; casada; com filhos; profissão do pai; profissão da mãe; nível de instrução e o curso do pai; nível de instrução e o curso da mãe.

**Entrevistada A:** 28 anos, sou licenciada em direito com mestrado em crime, diferença e desigualdade no campo da sociologia. Não sou casada e também não tenho filhos. A minha mãe é bailarina clássica e o meu pai é empresário, o meu pai tem o ensino médio e depois tirou um curso profissional mais tarde, a minha mãe tem um curso profissional em hotelaria.

**Entrevistada B:** 39 anos, licenciada em psicologia pela Universidade do Minho, fiz mestrado entregue na faculdade do porto também em psicologia. Não sou casada, mas tenho um filho. O meu pai é funcionário público técnico de informática, a minha mãe é professora no ensino secundário, a minha mãe tirou licenciatura em línguas, o meu pai fez um curso profissional para ter o 12º ano e depois fez um curso técnico profissional na área da informática.

**Entrevistadora: Sobre o Movimento Feminista.** Gostaria de saber qual a vossa perspetiva geral sobre: desigualdades de género, origens do movimento, posições ideológicas e políticas, ponto de situação a nível global, da união europeia, em Portugal, etc.

**Entrevistada A:** Surge a ideia de começar pelas posições ideológicas e políticas numa visão mais plural, dois feminismos dois movimentos feministas é uma coisa que vai de encontro às diferentes necessidades, diferentes épocas e posicionamentos, dependendo de onde estivermos. Penso por exemplo, no feminismo negro que é mais voltado na América do Sul para algumas questões que são mais particulares de um contexto de colonização, ou de um feminismo que é mais forte aqui por exemplo, o próprio posicionamento das feministas abolicionistas ou não. Acho que dentro do movimento existem várias vertentes e várias buscas conforme esse posicionamento e a realidade em a gente está inserido. Se estamos inseridos no contexto brasileiro com “n” questões a gente vai pensar de uma forma que não aqui, é importante falar então da pluralidade do movimento.

**Entrevistada B:** Relativamente às desigualdades de género não temos dúvidas, efetivamente e acho que de alguma forma já é consensual apesar de às vezes ainda ouvirmos algumas vozes contraditórias na medida em que nos querem silenciar dizendo que a igualdade já está conquistada. As mulheres já trabalham já entraram no mercado de trabalho e isto claro a um contexto muito específico em que vivemos, porque se olharmos para outros contextos, para outros continentes inclusivamente com certeza não poderemos dizer o mesmo. Creio que em diferentes áreas nós podemos dizer que as desigualdades de género são uma realidade e ocorrem em diferentes áreas de vida, obviamente que estas desigualdades têm repercussões também a outros níveis nomeadamente no reforço nas próprias violências de género porque de alguma forma sustentam algumas violências que principalmente as mulheres sofrem, mas também será importante dizer que estas desigualdades e esta violência decorre deste pressuposto de género. O que é que é isto do género? Como Simone de Beauvoir dizia “nós não nascemos mulheres nós tornamo-nos mulheres” e esta foi de alguma forma uma pensadora que trouxe algo de muito importante para os feminismos e aqui nós colocamo-nos no que seria a 2ª vaga dos feminismos depois discutimos o que é isto da 1ª vaga, da 2ª vaga e da 3ª vaga. A Simone de Beauvoir trouxe um novo pensamento e desta forma o feminismo se reformulou precisamente sobre esta construção social que é o género em que efetivamente apesar de as nossas diferenças biológicas, físicas, fisiológicas entre homens e mulheres. No entanto, isto numa perspetiva binária do sexo e do

gênero em que vemos homens e mulheres e não vemos diversidade de pessoas existentes em função daquilo que é a sua base genética os seus cromossomas. A ciência também nos trouxe esta informação de que há um conjunto de pessoas e demos recentemente conta de um artigo com a necessidade de reformular a palavra ou aquilo que nós definíamos pessoas intersexo são as pessoas que nascem com características sexuais femininas e masculinas, mas que são diversas, ou seja, que não são homens nem mulheres são pessoas intersexo muitas delas se querem identificar como tal. Portanto, essas pessoas trouxeram este conhecimento e a ciência também trouxe este conhecimento e é muito importante para desconstruir a ideia de que homens e mulheres são diferentes biologicamente e por isso acabam também por ser diferentes, como dizem “somos pessoas com diferenças na diferenciação sexual”. No fundo para trazer esta diversidade de pessoas existentes que relativamente ao sexo não são do sexo feminino nem do masculino, a própria Judith Butler filósofa contemporânea discutia exatamente isto se Simone Beauvoir dizia que a questão do gênero é uma questão social a Judith Butler diz que também é uma construção social. Nós atribuímos o sexo, o sexo não nasce connosco, portanto nós temos um conjunto de características e nós enquanto sociedade é que fomos definindo que aquelas pessoas com aquelas características eram homens e aquelas pessoas com aquelas características eram mulheres. Quando aparecia alguma “anormalidade” (gesto de entre aspas), esta anormalidade era corrigida automaticamente sem o próprio conhecimento das pessoas pais e mães daquele ou daquela bebé seja o que for. Portanto, o que é certo é que estas pessoas sempre existiram, no entanto nós não tínhamos conhecimento da sua existência fomos percebendo que as pessoas intersexo existiam muito mais tarde quando morriam, porque tentavam engravidar ou por uma questão de doença é que na realização de exames específicos conseguiam perceber que aquela pessoa por exemplo reunia características de ambos os sexos. Isto veio trazer esta ideia de que as coisas não nascem connosco infelizmente a sociedade é que vai atribuindo papéis opostos dependendo do sexo com que se nasce ou que nos é atribuído.

**Entrevistada A:** São também essas expectativas do que é que a gente vai ser, como é que a gente vai agir enfim, expectativas relativamente a certos papéis ou no cumprimento desses papéis. Então tudo o que foge a essa projeção social pensando nesse binário homem, mulher e novamente ignorando toda a amplitude de possibilidades que se tem no meio, se a gente não corresponde a isso a gente sofre uma série de violências. E por si só mulheres nesse sentido e historicamente por todos os papéis atribuídos às mulheres, falando na cultura que nos é mais próxima, todos esses papéis essas expectativas voltam a gente para determinados lugares quando a gente não cumpre a gente sofre uma série de violências, mas isso só por si só justifica outras violências. Por exemplo, a ideia de que o lugar da mulher é em casa é nos cuidados isso está muito enraizado e a gente escuta isso volta e meia ainda hoje em dia, então já que o lugar das mulheres é em casa nos cuidados talvez ela não esteja tão apropriada para um trabalho externo, para um salário, para um cargo de liderança. Uma coisa acaba por influenciar em outra e acaba por ser um efeito cascata determinados estereótipos, determinados preconceitos e ideias que nos mantêm em determinados lugares e quando a gente sai disso a gente ainda enfrenta dificuldades na sociedade.

**Entrevistada B:** É isso! Estas expectativas que se têm a partir do momento que se é um bebé.

**Entrevistada A:** Sim, por exemplo no chá de revelação em que há o azul e o rosa, os brinquedos que são dados, as roupas que são dadas.

**Entrevistada B:** Tudo isso a forma que nós nos comportamos mediante aquela possibilidade de pessoa já está determinada por essas expectativas de gênero pelas ideias que nós temos sobre o que os homens e as mulheres devem ser e, portanto, tudo isso vai influenciar o percurso daquela pessoa desde as oportunidades aos recursos que vai ter as próprias barreiras que vai encontrar.

**Entrevistada A:** As desigualdades que você disse no início vão ser em várias esferas da vida seja no lar seja no trabalho, na educação, nos espaços de lazer, no desporto, em tudo.

**Entrevistada B:** Relativamente à origem do movimento este ocorre segundo a visão ocidental de aquilo que são os feminismos porque com certeza haverá história de luta de mulheres em diferentes contextos, mas que não nos é conhecida. Mas efetivamente numa perspetiva ocidental nós podemos dizer que ele se inicia com as sufragistas ou seja na luta pelo direito ao voto este reconhecimento das mulheres como cidadãs porque efetivamente elas não eram reconhecidas como os homens eram, como cidadãs de primeira e, portanto, ele inicia-se segundo essa perspetiva aí, obviamente isto ocorre ao nível mundial em diferentes momentos. Curiosamente em Portugal nós só tivemos o sufrágio universal com o 25 de abril todas as mulheres e todas as pessoas de resto independentemente da sua condição social podem votar e, portanto, em Portugal só em 74 é que foi possível ter o sufrágio. No entanto, as sufragistas já existiam tínhamos mulheres aqui em Portugal a lutarem por este direito ainda antes, a história da Carolina Beatriz Ângelo é paradigmática neste sentido. Segundo esta perspetiva nós temos a 1º vaga nas lutas das mulheres para o direito ao voto e isto ainda não é uma realidade observada em todo o mundo porque obviamente depende dos regimes políticos que cada país vive isto não é uma realidade para todos e para todas, mas efetivamente em alguns países já podemos verificar o sufrágio universal. Daí também ter referido a Simone de Beauvoir porque nestas primeiras lutas do direito ao voto direito, pela educação mulheres que ficavam limitadas no acesso à educação, à saúde, ao trabalho, nestas lutas que se iam fazendo dependendo dos próprios contextos de cada país de cada estado vivia. Elas defendiam, por exemplo o direito à educação ou a serem mães e terem direitos por isso defendendo as suas próprias características como contrárias ou como opostas às dos homens por poderem ser mães defendiam esta necessidade de terem alguns direitos enquanto tal. Com a Simone de Beauvoir esta ideia de termos direitos apenas por sermos mulheres, por termos características específicas enquanto mulheres foi desconstruída com a contribuição desta filósofa e outras pensadoras. Sendo que, destaco a Simone de Beauvoir por trazer esta questão do género enquanto construção social e que por isso aquelas realidades que vivíamos enquanto mulheres aquelas desigualdades que vivíamos enquanto mulheres era porque a sociedade assim nos colocava não é porque nós nascemos mulheres e temos determinadas características, mas sim porque a sociedade nos coloca num lugar de segunda. Isto na segunda vaga e depois na terceira vaga onde entra já e a par com os feminismos negros também com as reivindicações dos movimentos contra o racismo, a favor dos direitos LGBT+ há uma nova reforma do próprio movimento feminista e onde encontramos novas reivindicações em que nós percebemos que mulheres mesmo enquanto grupo social não estamos todas nos mesmo lugares e portanto o que a minha colega disse no início em que temos que olhar para os feminismos como algo plural porque nós mulheres enquanto tal nos encontramos em lugares de privilégio sobre outras mulheres.

**Entrevistada A:** A gente vive e experiencia as desigualdades de formas diferentes, pensando de onde vimos e quais as nossas possibilidades, a gente vivência as desigualdades de uma forma diferente.

**Entrevistada B:** E daí também haver esta necessidade de haver um feminismo interseccional em que se cruza outras dimensões para além da dimensão de género em que nós temos de olhar para as pessoas num cruzamento de opressões muitas vezes ou de privilégio que vivem para podermos reivindicar determinados direitos que muitas vezes não são visíveis para as pessoas que estão num nível privilegiado. Eu vivo determinadas desigualdades como mulher, mas comparativamente há coisas como a mutilação genital feminina que não passam pela minha realidade. Parece que a mutilação genital feminina é algo daquela cultura tradicional com a qual não nos identificámos efetivamente a mutilação genital feminina ocorre em Portugal, são práticas tradicionais que de alguma forma tem de

ser repensadas, reconstruídas, mas tem de ser algo também com a própria cultura não sermos nós com a nossa moral a dizer efetivamente o que é que se deve fazer ou não fazer.

**Entrevistada A:** Pensando na mutilação genital feminina, na mulher numa perspectiva islâmica recomendo o livro “Infiel” de Ayaan Hirsi Ali. Ela traz uma perspectiva de primeira pessoa da sua vivência enquanto mulher somali e que viveu nesse sistema e que depois foge para a Holanda ela dá essa narrativa do quanto ela tem a visão do absurdo e da violência que as mulheres sofrem dentro desse sistema. Claro está, que é a perspectiva de uma dessas mulheres, relata em primeira pessoa a experiência dela, é um livro enriquecedor.

**Entrevistada B:** Algumas dessas mulheres que de alguma forma safaram-se dessa mutilação algumas mulheres que vivem nestas culturas por ser uma prática tradicional em que coloca as mulheres que passaram por esse ritual em determinada condição, portanto elas são consideradas melhores colocando assim nestes termos quando passaram por esses rituais. Há mulheres que já em adultas tendo fugido por algum motivo, por alguma circunstância a essas práticas anteriormente acabam por elas próprias decidirem passar por esse ritual. Isto mostra como nós também temos de ter algum cuidado quando abordamos estes temas e quando falamos de culturas que não são as nossas. Quando eu me referia à minha situação de privilégio eu posso pensar por exemplo em pessoas que de alguma forma que são minhas companheiras, a minha colega que é minha companheira, mas é imigrante e isto enquanto migrante brasileira traz-lhe determinadas vivências que não vivo e, portanto, daí a importância de poder cruzar diferentes histórias para perceber o lugar de cada pessoa dar voz à pessoa e não falar por ela.

**Entrevistada A:** Minimizar os relatos se eu apresento uma narrativa do que aconteceu comigo enquanto mulher brasileira aqui em Portugal é muito fácil as pessoas falarem, “mas tem a certeza?”, “o que é que você fez por isso?”, “se calhar não foi bem assim” e eu acho isso muito grave em vários sentidos, várias situações, isso acontece muito. Geralmente a nossa voz é questionada o nosso relato é questionado é importante ouvir sem questionar. Essas questões que nos colocam também causa, pois colocam a nossa reflexão em causa é importante a gente ouvir sem colocar questão, sem julgar.

**Entrevistada B:** Pois, porque na verdade também há esta *violência simbólica* nós enquanto mulheres vivemos que a nossa palavra não é credível e, portanto, sempre que temos ou nos dão voz nós próprias se por acaso nos pressionam é muito fácil pensarmos que se calhar não pensei bem, que eu estou maluca. Isto acontece muito com a situação de vitimização quando as mulheres estão a sofrer situações de violência sejam elas quais forem, na questão de violência sexual é muito visível a própria violência na intimidade em que os companheiros colocam em causa aquilo que a mulher diz e elas próprias começam a duvidar sobre si mesmas. Daí a nossa dificuldade muitas vezes, obviamente que aqui a analogia é um bocado distante também a nossa dificuldade de muitas vezes ir a lugares de liderança de ter voz no momento em que nos dão, por exemplo, assembleias, reuniões mais facilmente nos mantemos caladas porque desconfiamos daquilo que vamos dizer achamos que outra pessoa vai dizer melhor, portanto muitas vezes privámo-nos de falar muitas vezes privámo-nos de ir para determinados lugares porque achamos que aquilo não é para nós.

**Entrevistada A:** A gente volta para o início do que a minha colega falou, das expectativas dos papéis como é que a gente se tem de comportar, silêncio, não mostrar a nossa opinião a gente vê ainda essa dificuldade de se expor de falar em diversas áreas diversos lugares principalmente por essa ideia de quais são os lugares ocupados por nós e como nos devemos comportar e fazer. Dentro de casa com a família, é o famoso “Bela recatada do lar” que se não me engano saiu em 2017 numa revista de grande repercussão brasileira se referindo à atual companheira do atual presidente onde o título era

“Bela recatada do lar” que veio buscar essa referência em épocas de ditadura e que colocava a mulher nesse lugar e até hoje a mulher ideal seria isso. Então tudo o que vai contrariar essa visão está errado.

**Entrevistada B:** Na verdade isso traz-me também aquela questão da situação em que vivemos ao nível mundial efetivamente o movimento feminista ser algo que vai acompanhado os vários contextos que vivemos. Eles são diferentes, dependendo do contexto em que nos encontramos, temos diferentes movimentos feministas dependendo das próprias lutas que se vão fazendo nesses diferentes contextos, obviamente que depois enquanto movimento também devemos estar solidárias com as lutas vividas pelas diferentes mulheres em diferentes contextos. No entanto, não podemos dar por garantido os direitos até agora conquistados porque se em 2017 surge este slogan que já havia sido utilizado anteriormente, pois a propaganda em Portugal era neste sentido coisas que já tinham sido conquistadas voltam a surgir. Parece que há aí um movimento qualquer e que aqui em Portugal começa a ser mais visível como partido, como por exemplo aquele que nós sabemos. Estas coisas começam a ser ditas me praça pública novamente e há pessoas que alinham nestes discursos e temos mulheres a representar esse mesmo partido e portanto começamos por perceber que não podemos dar por garantido os direitos até agora conquistados sabendo que ainda há muito por fazer, mas que realmente ao nível mundial alguns movimentos de extrema direita que estão a aproveitar-se do contexto em que vivemos para voltarmos atrás e é aqui que nós devemos continuar a lutar não esquecendo que não temos nada como garantido e a nossa luta é constante.

**Entrevistadora: Sobre a Associação.** Querendo compreender a perspetiva geral sobre: origens do movimento, marcos históricos, estrutura, funcionamento, campos de intervenção, etc. Qual o papel da participante na associação?

**Entrevistada A:** É uma organização que surge depois do 25 de abril pensando todas as reivindicações que as mulheres naquela época queriam e procuravam e surgiu então esse movimento e a organização vem atuando em diversas esferas da sociedade, desde a produção de conhecimento no atendimento a vítimas de violência no trabalho de prevenção vem atuando em diversas áreas e também atendendo a reivindicações o que está em alta na época. Nós não podemos ter os nossos direitos como conquistados e garantidos porque a gente está sempre nesse ciclo do eterno retorno do fascismo que coloca em causa e então a gente está sempre acompanhando essas vontades que culminou numa serie de conquistas. A associação esteve na luta na legalização do aborto, está presente na luta pelo reconhecimento do trabalho sexual, pela igualdade salarial pelo reconhecimento do trabalho doméstico. Desde a sua fundação até hoje em dia estamos em diferentes campos de ação e reivindicando diferentes direitos e diferentes necessidades vão muito de acordo do que já foi feito e do que vai aparecendo, conjugando velhas e novas causas. A forma de atuação, o principal foco está em Lisboa, mas depois os núcleos estão espalhados pelos diversos lugares do país, embora a gente tenha um foco e o movimento siga uma determinada proposta os núcleos têm alguma independência do que vão fazendo, como por exemplo 25 de novembro 10 de dezembro que são datas simbólicas a gente se organiza em cada núcleo para fazer uma atividade não precisam de ser as mesmas atividades, mas podemos trabalhar em conjunto. Atualmente neste núcleo nós já fizemos várias coisas a gente tem agora um projeto em andamento que é o projeto de prevenção da violência a prevenção primária que trabalha em escolas que é o projeto ATMIS+, mas além desse projeto a gente tem as reuniões mensais do grupo com as voluntárias com as associadas, pensamos em conjunto resolve coisas burocráticas responde a pedidos.

**Entrevistada B:** Há uma direção enquanto associação nós somos obrigadas a cumprir determinados estatutos, temos de ter uma direção temos de ter uma presidente temos que ter determinados órgãos sociais. Nós pensando na nossa atuação como horizontal isto é sem hierarquias uma vez que também é isso que defendemos, nós tentamos constituir estes órgãos de modo a que por exemplo na direção



estejam representados todos os núcleos que pertencem à associação a própria direção tem representada todos os núcleos do país continente e ilhas, os açores de alguma forma acabam por ter uma delegação própria teve que assim ser temos um relação histórica com os Açores, para poderem na altura criarem o seu próprio centro de apoio a vítimas tiveram que se constituir enquanto associação e portanto vamos tentando estar em ligação, mas a delegação dos açores é independente das outras. Nós na direção tentamos perceber a nossa ação de um modo mais geral, mas nos núcleos temos esta independência de modo a atuar localmente porque os contextos variam, as necessidades de Braga são diferentes do Porto, mas o nível de atuação pode mudar dependendo daquilo que é necessário e que vamos sentindo mais urgente fazer.

**Entrevistada A:** Cheguei à associação em 2018, foi o meu primeiro contacto com a associação depois de eu ter chegado a Portugal. Tornei-me voluntária participava em algumas coisas fui entrando no núcleo até que surge a oportunidade de eu trabalhar no projeto ATMIS+ que é um projeto atualmente está nas escolas e começo a ter esse trabalho, sendo também ativista participando em reuniões. Faço então parte deste programa de prevenção da violência de género principalmente, vai trabalhar também os direitos humanos os direitos das crianças os direitos das mulheres. Na pandemia tive uma participação forte no auxílio ao Grupo foi o grande foco na pandemia porque foi um grupo totalmente omitido dos auxílios por parte do Estado por parte de outras instituições é um trabalho que não era reconhecido e ficou mais precário ainda, tivemos então uma atividade ali bem junta com o grupo tentando ouvi-las e até atender determinados pedidos na medida que nos fosse possível, isto já é um exemplo da nossa forma de atuação no núcleo. Temos reuniões, filmes, de debate, de rua, de manifestação, até porque há diferentes necessidades, diferentes reivindicações e vivências então a gente tenta ajudar e se relacionar com outros grupos participamos por exemplo na marcha LGBT+.

**Entrevistada B:** Sobre mim, eu sou de um dos elementos a representar o núcleo na direção, estando em maior ligação com o funcionamento geral da associação. Sou um elemento que neste núcleo estou quase desde a sua fundação, sendo formado em 2008 **eu entro em 2009** é formado por um grupo de estudantes universitárias. Estavam muito ligadas à comunicação social de alguma forma inspiradas numa tese de uma colega sobre o Dia Internacional das Mulheres e como ele é tratado na comunicação ao longo do tempo. Desde então têm cruzado o trabalho desde a comunicação, o género também esteve por detrás do projeto “PubliDiversidade” que foi importante para termos criado o observatório das diferenças de género nos meios de comunicação que eventualmente por não ter gente com capacidade disponível para trabalhar, porque isto exige trabalho e tem estado mais ou menos parado. Fomos trabalhando dependendo nas áreas em que estávamos ligadas e naquilo que íamos percebendo como necessário fui também muito culpada pela dinamização do festival de arte feminista tivemos duas edições e foram alguns dos projetos que ficaram mais presentes de alguma forma até na direção da associação nos chamavam de “as jovens muito ativas”. Estava de forma voluntária enquanto ativista pouco depois tornei-me associada e mais tarde é que me tornei um dirigente da associação e sou técnica também no projeto ATMIS+.

**Entrevistada A:** A falar agora das jovens eu lembrei-me que uma das características da associação é esse cruzamento de diferentes gerações, nós temos várias gerações no movimento, várias vivências diferentes perspetivas, sendo que as perspetivas também vão mudando ao longo do tempo.

**Entrevistada B:** Nós lutamos pelo reconhecimento do trabalho sexual, mas este foi um tema que nem sempre foi consensual e poderá ainda não ser de todas as companheiras, mas hoje a atual direção defende o reconhecimento deste trabalho enquanto tal. Isto foi muito por conta de estarmos constantemente a atualizarmo-nos e termos o contacto direto com as pessoas dar-lhes voz às pessoas pertencentes às diferentes vivências e experiências e por isso foi possível nós hoje em dia termos esta

possível porque nem sempre esta posição foi uma posição. Não era um tema consensual na própria organização.

**Entrevistadora:** Falando agora sobre o Trabalho Sexual. Perspetiva(s) (teórica e ideológica) geral sobre: prostituição versus trabalho sexual.

**Entrevistada A:** Eu fiz agora o primeiro ano de mestrado em sociologia e a minha ideia era junto do trabalho próximo do grupo era fazer uma dissertação pensando no antes, no durante e talvez no depois, focando mais no durante porque a gente ainda não acabou esta pandemia apesar de não acabar nem a curto, médio ou longo prazo. Até onde eu sei no que diz respeito à prostituição versus trabalho sexual há a ideia de que a prostituição seria uma das atividades do trabalho sexual, a prostituição como se fosse uma espécie do género do trabalho sexual, mas também há uma perspetivas dos posicionamentos diante dessa atividade então se eu defendo o agenciamento dessas mulheres claro que a gente também não pode pensar no trabalho sexual a tratar as mulheres como um grupo homogêneo, como uma coisa só. Vai ter trabalho sexual atrelado ao trafico de seres humanos? Vai! Mas aqui estamos referindo, até a autora X fala nisso na palestra que ela dá, refere-se a um trabalho livre, consentido e praticado entre pessoas maiores de idade. Se a gente defende o agenciamento dessas mulheres esse trabalho a gente vai usar mais essa postura de trabalho sexual porque elas não são vítimas, elas são trabalhadoras e o trabalho sexual como um trabalho é importante a gente falar justamente quando procuramos o reconhecimento da atividade como um trabalho então é muito mais nessa perspetiva do agenciamento de um trabalho sexual com um trabalho. É importante esta necessidade de ser reconhecido porque se não é reconhecido uma série de direitos vão ser deixados de lado, fora o estigma social que é permanente que volta aquela ideia da mulher “Bela e recatada do lar” quando ela vai de contra a tudo isso e ela usa o sexo que é uma coisa que sempre colocada em relação à procriação ao não prazer a uma série de coisas. Quando ela usa isso para ganhar dinheiro e para sobreviver, quando ela usa dos seus corpos e não estou a dizer que é um assunto pacífico não e às vezes eu entro em conflito comigo e aí gostava de ter o meu corpo sendo vendido? No entanto, sabendo da existência disso enquanto trabalho enquanto pessoas que ganham a vida com isso há quem se refira ao trabalho sexual já a prostituição é uma coisa que acaba por ser atrelado às vítimas às mulheres que são prostituídas que são exploradas nesse sentido. As palavras o nome que a gente dá às coisas traz uma carga, por exemplo no Brasil eu conheço uma autora Amara Moira que ela se identifica como travesti, puta e feminista essa identificação dela como travesti tanto como puta é uma reivindicação política e social dos termos porque são termos muito pejorativos geralmente a gente associa de uma forma negativa e então ela usa esse termo para naturalizar o ser puta, vamos naturalizar o ser travesti. Para além dessa ideia de a prostituição ser um dos exemplos do trabalho sexual todo, mas essa ideia do reconhecimento do trabalho sexual enquanto trabalho e o nome que a gente dá as coisas e a mensagem que a gente quer passar com isso. Eu refiro-me o trabalho sexual às trabalhadoras do sexo porque elas exercem um trabalho elas recebem por isso embora muitas vezes precariamente as condições de trabalho dela sobretudo por causa do reconhecimento falando do contexto do grupo que está em contacto com a gente.

**Entrevistada B:** Gostava de ressaltar a parte do estereótipo que traz e isso leva-me a pensar como muitas vezes como nós quando falamos de trabalho sexual ou mesmo prostituição nos coloca ou nos leva no nosso imaginário para uma determinada forma de trabalho sexual de relações sexuais deste tipo. Como isso facilmente é sujeito a moral, como é muito mais fácil também recorrendo a esse estereótipo nós podemos e até se calhar cada uma de nós ter alguma dificuldade em lidar com esta questão porque nos remete para um determinado imaginário.

**Entrevistada A:** Quando o termo não é utilizado com essa proposta de reivindicação e de desconstrução do sentido pejorativo do termo quando não é utilizado assim que eu já que são poucas

que utilizam assim acho que pode causar um afastamento. Quando você fala das que exercem o trabalho e que se reconhecem enquanto trabalhadoras do sexo que fazem o trabalho sexual isso pode criar uma barreira.

**Entrevistada B:** Isso é muito claro quando olhas para aquilo que é, portanto, o trabalho da associação ou as suas ações neste âmbito e doutras associações a palavra que utilizam e isso desde logo já reflete o posicionamento das próprias organizações relativamente às mulheres trabalhadoras.

**Entrevistada A:** Como é um assunto tabu social mal visto por grande maioria da sociedade e voltado para debaixo do tapete geralmente o senso comum e no nosso dia-a-dia o que é que a gente lê o que é que a gente observa esse termos da prostituição é muito falado então quando a gente começa a entrar no campo a pensar a ver a refletir a ver diferentes posições e também a pensar como é importante a gente nomear as coisas de determinadas formas e a carga que isso tem é assim que a gente começa a mudar o tipo de abordagem, faz parte do processo.

**Entrevistadora:** Propostas (e medidas) políticas e sociais da associação em relação ao trabalho sexual. Quais as formas de interação (e de apoio) da associação (a nível nacional e local) com as trabalhadoras do sexo? Que conhecimento adquiriram e com que vias obtiveram esta informação?

**Entrevistada B:** O que nós fazemos é praticar um feminismo de base em que isto significa que nós trabalhamos ao lado das mulheres que vivenciam determinados problemas e damos-lhe voz para que sejam elas mesmas as propulsoras na própria proposta de medidas. Nós trabalhamos com grupos nomeadamente a carta aberta dos trabalhadores do sexo em que curiosamente na própria carta ao ler vocês podem ver que as próprias pessoas colocam prostitutas e prostitutos como a minha colega dizia não é raro encontrar depois as pessoas que reivindicam estas palavras num sentido positivo ainda que na carta se perceba que elas utilizam no sentido de as pessoas saberem do que é que se está a falar, mas aconselhava a fazer a leitura da carta para que de alguma forma também perceber que esta carta veio no seguimento de uma proposta da Deputada Cristina Rodrigues era uma deputada do PAN e depois torna-se independente tem vindo a fazer algum trabalho do qual nós vamos estando às vezes de acordo, mas desta vez não estamos de acordo e realmente o Movimento dos Trabalhadores do Sexo veio responder com esta carta. Em Lisboa nós temos malta que está em contacto com este movimento e com um grupo de investigadoras nesta área e que trabalha as questões quer da rede tráfico quer do trabalho sexual e que faz muitas vezes este cruzamento de áreas para tentar exatamente propor medidas que beneficiam efetivamente estas pessoas porque nós podemos achar ou podemos pensar que fazer sexo assim ou assado está mal. E há uma coisa que nós nos estamos a esquecer é que nós estamos a falar de pessoas e estas pessoas segundo a declaração universal dos direitos humanos e segundo as nossas constituições são detentoras de direitos básicos e, portanto, estes direitos têm de estar garantido. Não é que por exemplo uma pandemia estas pessoas sejam completamente esquecidas elas e das suas famílias porque há crianças há famílias inteiras envolvidas e que de alguma forma não estão protegidas pelo nosso sistema. Inclusivamente esta última situação em que há uma trabalhadora que morre e até para morrer nós precisamos de atuar porque a família não consegue reaver o corpo.

**Entrevistada A:** Todo o estigma que gira em torno disso também, na hora de pedido de apoio como é que a gente faz esse pedido de apoio será que as pessoas vão querer dar apoio para uma trabalhadora do sexo que estava aqui e precisa de voltar de uma forma ou de outra para o país de origem. Talvez o reconhecimento possa minimizar esse estigma histórico que o trabalho sexual tem ao *passo que o trabalho sexual é uma das profissões mais atingidas do mundo*.

**Entrevistada B:** Temos estas pessoas a viver estas realidades cujos direitos não são garantidos e se eventualmente há propostas de lei para criminalizar esta atividade o que é que nós estamos a fazer a

estas pessoas porque para já em Portugal não há uma lei que criminalize ou legalize esta atividade, parece que não existe. Se nós tentamos criminalizar esta atividade o que é que acontece as pessoas que trabalham nesta área estamos a persegui-las provavelmente estamos a trazer-lhes ainda mais problemas. Porque depois já há conhecimento nesta matéria pois os países onde se atua do mesmo modo percebe-se que as trabalhadoras e os trabalhadores do sexo não ficaram em melhor situação muito pelo contrário viveram situações de maior violência tiveram mais dificuldades não estamos a fazer melhor por elas. Portanto, a própria carta aberta traz esta questão muito bem. A proposta da Cristina Rodrigues a ser implementada não ia trazer nada de bom para os trabalhadores do sexo muito pelo contrário e, portanto, nós enquanto associação vamos tentando trabalhar a par, lado a lado destas pessoas para poder propor ou pelo menos reivindicar os espaços que elas devem ter na sociedade, se querem fazer alguma coisa com estas pessoas então vamos dar-lhes voz e vamos tentar perceber o que é que elas nos têm a dizer sobre as suas realidades e como é que estas realidades devem ser trabalhadas, elas próprias dizem que são contra o tráfico, as situações de exploração.

**Entrevistada A:** Elas conhecem a existência do tráfico inclusive algumas delas vieram traficadas ou tiveram um período disso não falam sobre, mas sabem da existência e saíram disso não concordam com isso. Novamente aquela ideia de o trabalho sexual ser livre, consentido e exercido por pessoas maiores de idade. Marcou-me muito elas não falarem sobre o tráfico não falarem por medo e por uma série de coisas.

**Entrevistada B:** O próprio grupo de investigação que trabalha mais em Lisboa nós temos uma pessoa que trabalha ativamente e até ao nível de investigação que faz parte também da direção da nossa associação. Ela traz esta questão de haver mulheres que sabem que entram nas redes de tráfico, já são trabalhadoras do sexo não são inconscientes relativamente a isto e entram nas redes de tráfico para eventualmente encontrar contexto onde estão mais protegidas ou porque vão beneficiar de maiores vantagens económicas seja o que for, mas que se envolvem muitas vezes nestas redes de tráfico nessa busca. No entanto, elas querem ser trabalhadoras do sexo e elas depois são encontradas nestas redes de tráfico são recambiadas para o país de origem, mas não era isto que estas pessoas queriam e, portanto, o modo de atuar sobre estas pessoas também tem de ser com este conhecimento que há mulheres que estão nas redes de tráfico são trabalhadoras do sexo e querem ser trabalhadoras do sexo não querem ser exploradas sexualmente ou no trabalho. É preciso nós também aprofundarmos o conhecimento das pessoas envolvidas para podermos sabermos como melhor atuar.

**Entrevistadora:** Caracterização mais detalhada do Grupo (fundação, história, objetivos, formas de intervenção, o que elas fazem em termos de grupo).

**Entrevistada A:** O que eu posso dizer é o que uma delas me falou sobre o Grupo, este grupo conta com um todo de 20 mulheres mais fixas acho que muitas delas têm filhos e filhas ele surge numa vertente social das trabalhadoras do sexo se organizarem. É essa vontade de fazer parcerias de fazer formações de promover debates de capacitar essas mulheres para que elas possam ter a escolha de continuar no trabalho sexual ou seguir um outro caminho uma outra vontade, mas também de capacitá-las e de refletir com elas determinadas situações que possam surgir inclusive no trabalho. Dar ferramentas para que essas mulheres se tornem mais conhecedoras que reflitam sobre coisas que sejam agentes de mudança que sejam agentes de conhecimento surge muito nesta busca social. Ao contrário do que o MTS, estão ligados um braço mais político vão atuar mais na reivindicação política isto é o que me falaram eu não estou por dentro do funcionamento não estou por dentro de como acontece de facto. Com o objetivo de estas mulheres se possam organizar e possam falar das dificuldades que há muitas vezes nessa organização entre elas. O Grupo é pioneiro no que representa e à capacidade organização e comunhão entre as pessoas que estão ali, geralmente está uma para cada lado e o grupo consegue unir uma série de pessoas e isso traz uma série de benefícios. Na pandemia

iam buscar apoios enquanto grupo, tudo em nome do grupo e connosco chegou um pedido de apoio por conta do contexto e a gente conversou no núcleo e acatamos o pedido queremos ouvi-las e ouvir as necessidade e as buscas para tentar auxiliar nesse sentido, por exemplo estão a precisar de fraldas então vamo-nos organizar para contribuir com fraldas, depois elas dizem que já conseguiram algo, mas que agora precisam de outra coisa, então vamos comprar aquilo que precisam, alguma situação que precisamos de esvaziar um imóvel, então vamos ajudar nisso. Isto é tudo uma parceria, de apoio mútuo até que eu tenho a certeza que teria do outro lado, nós fazemos esta colaboração sempre ouvindo e atendendo as vozes tentando dar a voz delas. Este contacto próximo e esta escuta estas dinâmicas que são muito desconhecidas pela gente é muito incrível poder ouvir de perto e perceber de perto outro contexto que é tanto afastado muitas vezes ou escondido ou omitido.

**Entrevistada B:** O posicionamento da associação surge com do conhecimento que foi trazido até nós pelo investigador Manuel Carlos Silva que começou a trabalhar inicialmente nesta área e de alguma forma a sua investigação e o contacto com as trabalhadoras trouxe estas narrativas que foram importantíssimas para que realmente a associação se posicionasse em determinado momento, mas efetivamente foi a partir de então que nos posicionamos relativamente ao trabalho sexual e haja legislação de direitos para estas trabalhadoras.

**Entrevistadora:** Dentro deste grupo de mulheres que a associação acompanha quais os problemas que enfrentam, especificamente, as mulheres com filhos?

**Entrevistada B:** Eu penso em todos os direitos que eu enquanto mãe tenho como garantidos através da segurança social estas mulheres não poderão ver garantidos esses direitos enquanto mães. Eu estou a falar colocando-me na situação claro que há coisas que me escapam, mas estes momentos em que precisamos de assistir os filhos e as filhas por doença seja porque for como é que nós vemos os direitos garantidos. Se eu por exemplo como mãe já encontro uma série de problemas naquilo que é a conciliação laboral, pessoal já encontro uma série de problemas neste âmbito de conciliação. de horários *Pessoas que não veem reconhecido o seu trabalho cujo trabalho tem um estigma, uma carga muito negativa, como é que será depois no dia-a-dia para podermos conciliar a vida familiar, profissional, pessoal para as trabalhadoras do sexo. Por exemplo, a gestão,* portanto para poder gerir o meu trabalho e a assistência e o cuidado dos filhos e das filhas. Estou a pensar no tempo da pandemia em que eventualmente eu poderia ter beneficiado se tivesse recorrido a ele de um apoio com o direito a estar em casa a assistir o meu filho e não trabalhava faltava ao trabalho, mas esta falta era compensada pelo apoio existente através da segurança social. Estas pessoas não têm como recorrer a estes apoios, não me estou a recordar de mais nada, mas já isto quer dizer muita coisa só isto no nosso dia-a-dia é assustador. Eu própria já tenho uma dificuldade em lidar e fazer conciliação quanto mais as trabalhadoras.

**Entrevistada A:** Por estarem a falar da conciliação eu lembro-me de uma conversa que muitas vezes elas trabalham conforme os horários das crianças, por exemplo enquanto os meus filhos estão na escola é o horário em que podem estar na atividade. Elas têm uma flexibilidade de horários dependendo, já um trabalho de todos os dias das seis as sete da noite não permite também não sei se pode vir ao caso alguma reflexão sobre por ser uma atividade socialmente estigmatizada como isso pode ser nas relações das crianças e se isso pode prejudicar de alguma forma ou não infelizmente as relações sociais ou convívios dessas crianças realmente eu não sei, mas veio-me à cabeça e isso não deveria acontecer.

**Entrevistadora:** Eu tive a possibilidade de falar com uma trabalhadora sexual pelo contacto que me disponibilizaram e ela disse-me que “se as crianças estão em risco é porque as mães estão em risco”.

No seguimento desta frase gostaria de debater a problemática dos eventuais riscos que elas correm no contexto do trabalho sexual.

**Entrevistada A:** Suborno por parte das forças policiais, no exercício da atividade eles dizem que ou elas pagam ou saem daquele local, quando provavelmente se atividade fosse legalizada isso não ia acontecer. Isto é uma tentativa de tirar as mulheres da atividade acho que posso falar de uma política de higienização em determinadas regiões e isso foi muito interessante no período da quarentena em que o confinamento impediu de elas estarem nas ruas e aí entrava a parte da chantagem por parte da polícia porque estavam a fiscalizar. Foi interessante para quem está no governo seja na cidade, seja na freguesia manter esse afastamento que mesmo a nível nacional as zonas verdes tendo sido liberadas eu acho que são essas zonas que podem acontecer o trabalho, mas mesmo podendo a nível federal em algumas freguesias em alguns lugares eles dificultavam esse retorno para as ruas. Porque já que eles conseguiram tirar essa atividade da rua vamos tentar manter assim, atrelada ao perigo ao malvisto. Penso também nas próprias violências que eventualmente podem sofrer ou não denunciam e se forem denunciar são descredibilizadas imagina se a nossa voz é calada em situações de não trabalho você imagina eu ir fazer uma denuncia de violência enquanto exercia o trabalho sexual eles iam dizer “não é o seu trabalho?”, “você não é paga para isso?” então gira muito em torno disto.

**Entrevistada B:** O facto de não haver legalização de proteção deixa que as hierarquias, os poderes funcionem de forma muito mais perversa porque efetivamente alguém que por exemplo que no contacto com o grupo eu consegui perceber que há praças. O que é que são as praças? São os lugares em que cada trabalhador está, mas ela aluga, compra aquela praça por determinado valor e período de tempo. Isto quer dizer que há pessoas cujo espaço público, estamos aqui a falar do trabalho sexual de rua, e há pessoas que aquele espaço não lhes pertence e estão a lucrar. E quem são estas pessoas? São homens que podíamos eventualmente dizer ou identificá-los como proxenetes, mas com que as trabalhadoras normalmente estabelecem uma relação de proteção porque aquela pessoa normalmente lhes assegura proteção naquele local e de alguma forma há aqui uma relação de dependência bastante perversa se por um lado precisam daquela pessoa para lhes assegurar o lugar a proteção, etc. Se eventualmente se tentam livrar também correm riscos e determinados perigos. Esta questão das violências também são tanto no trabalho como na sua intimidade também é interessante trazer para cima da mesa, porque o estigma a que estão sujeitas às relações eventualmente de confiança que têm eventualmente esta ideia de que só podemos confiar nestas pessoas. Estas pessoas com quem temos relações íntimas de proximidade eventualmente pensam que só podem contar com aquelas pessoas e tudo fazem para garantir essa relação de confiança então se essas pessoas próximas também são violentas para com as trabalhadoras é difícil cortar essa relação. Do mesmo modo se passa connosco que nas nossas relações íntimas há uma pessoa que nós conhecemos e eventualmente muito gostamos e é difícil cortar a relação quando a pessoa é violenta connosco e, portanto, creio que isso é de referir acrescentando o estigma que estão em volta. E lembrei-me com aquilo que disseste que as mães estão em risco os filhos também estão com o facto se eventualmente nós cortarmos com a possibilidade de estas trabalhadoras ganharem o seu dinheiro higienizando ruas seja o que for e daí ter sido um grupo tão afetado na pandemia porque ao pararmos com tudo, mulheres que não têm apoio algum por parte do Estado não têm forma de ganhar dinheiro ficam sem comer, mas também ficam sem comer as suas famílias de quem elas dependem afeta exatamente, se as mães correm risco os filhos e as filhas correm também.